

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História**

**Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão:
Criciúma, 1952-1964.**

Gustavo Perez Lemos

Florianópolis
2008

Gustavo Perez Lemos

Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão:
Criciúma, 1952-1964.

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de
Mestre em História Cultural, Curso de Pós-Graduação
em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado.

Florianópolis
2008

*Le debo una canción a lo imposible
a la mujer, a la estrella, al sueño que nos lanza
le debo una canción indescriptible
como una vela inflamada en viento de esperanza.
(Silvio Rodríguez)*

Agradecimentos

Muitos obstáculos deram o ar de sua pouca graça na confecção deste trabalho: mudanças de cidade, de emprego, de país. A dura caminhada, só foi possível com a ajuda ativa e compreensão de muitas e valorosas pessoas.

Gostaria de agradecer aos entrevistados, vitais para o estudo desta história. Sua experiência de vida foi sem dúvida um exemplo de luta por direitos e ideais.

Gostaria de agradecer aos Sindicatos de Mineiros de Criciúma e Rio Maina, que abriram seus arquivos e me apoiaram em todas as minhas solicitações.

Agradeço aos profissionais do Centro de Documentação da Unesc e do Arquivo Público Municipal de Criciúma

Gostaria de agradecer aos professores e servidores técnico-administrativos do Programa de Pós-graduação em História, particularmente os professores Adriano Duarte e Henrique Espada Lima Filho e especialmente ao meu orientador, professor Paulo Pinheiro Machado.

Agradeço aos amigos que ficaram em Florianópolis e sempre perguntavam quando eu ia sair da mina de carvão. Obrigado Pereira, Cunha, Disma, Yan, Miguelito, Koreano, Tina, Carolinas (gaúchas e catarinenses), Marcão e aos comunas Brunão, Adri e Elke.

Agradeço aos colegas do IBGE, pelo apoio.

Agradeço aos meus Pais, que me incentivaram sempre.

Agradeço especialmente a minha companheira de viagem nessa vida, querida Maria Fernanda, lutadora internacionalista, que me ama desde Cuba.

Resumo

A indústria carvoeira foi, durante muito tempo, o principal fator do desenvolvimento econômico na região sul de Santa Catarina. No mesmo passo desse processo, surgia nos subterrâneos das minas, mas também nas vilas operárias e órgãos de classe, um importante e controverso movimento dos trabalhadores mineiros. Qualificado, muitas vezes, pela historiografia, hora como extremamente “combativo”, hora como perdidamente “pelego”, entendemos que essa história merece ser estudada nas suas especificidades e complexidades. O objetivo do presente trabalho é abordar as estratégias de luta e negociação dessa categoria, nas décadas de 1950 e 1960. O foco principal recaiu sobre o sindicato, suas diretorias e suas formas de legitimar-se perante os operários que representavam.

Para vasculhar este passado, diversas fontes foram utilizadas. As atas dos sindicatos envolvidos serviram para apresentar, dia a dia, o desenrolar de greves e negociações com empresários e governo. Foram analisadas as eleições sindicais, esboçando-se um mapa político das vilas operárias mineiras cotejando essa realidade local com os resultados das eleições governamentais, encontrados na imprensa. Tentamos assim, mostrar as aspirações e compromissos políticos entre os trabalhadores e suas lideranças, bem como suas tensas relações com os mineradores e o governo. Os depoimentos orais foram de fundamental importância na análise das greves.

No primeiro capítulo buscamos principalmente compreender a atuação do getulista Auzenir Guimarães Carvalho no sindicato dos mineiros e suas desavenças com os “vermelhos”. Posteriormente, já no segundo capítulo, mostramos a ascensão da aliança entre petebistas de esquerda e os comunistas, e o auge da legitimidade das táticas grevistas. No terceiro capítulo, o tema é a política formal e as comunidades mineiras de Criciúma, partidos, igreja, patrões e sindicatos disputam projetos de sociedade no conturbado Brasil dos anos 1960.

Palavras-chave: Mineiros do Carvão, Sindicalismo, Trabalhadores e Política em 1950 e 1960.

Abstract

Coal industry was, for a long time, the main factor of economical development in the southern region of the Brazilian State of Santa Catarina. On the meantime, inside the mines and working class neighborhoods, an important and controversial movement of coal-mine workers was being born. Qualified by the current historiography some times as an extremely struggling movement and some times as “pelego”, we believe that this part of history must be studied in its specific and complex detail. The object of this work is to aboard the category’s fighting and negotiating strategies, in the decades of 1950 and 1960. The main landmark of this study is the category’s union, their directories and the in witch ways they legitimize themselves towards the workers they represented.

To search about this part of the past, different sources were used. The union registers presented day-to-day strike evolutions and negotiations with employers and government. Union elections were analyzed, forming a map of political forces within coal-mine worker neighborhoods and comparing this local reality with government election results published by the press. Therefore, we wish to observe the yearnings and political compromises established between workers and union leadership, either the tense relations between coal miners and government. Oral testimonies were fundamentally important for strike analyses.

In the first chapter, we wish to understand the political performance of getulist Auzenir Guimarães Carvalho inside the coal-mining union and his quarrel with the “reds”. Subsequently, in the second chapter, we exhibit the ascension of political alliances between left-wing petebists and communists, and the height of strike tactical legitimacy. The third chapter topic is formal politic and coal-mine worker communities in Criciúma, political parties, church, employers and union dispute of society projects in the disturbed Brazilian political atmosphere of the 1960’s.

Key words: Coal-miners, Unionism, Brazilian Workers and Politics in 1950 and 1960.

Lista de Tabelas e Gráficos

Gráficos:

Produção de carvão bruto em Santa Catarina, 1915 a 1930 (em toneladas).....	8
Produção de carvão bruto em Santa Catarina, 1930 a 1945 (em toneladas).....	12
Produção de carvão bruto em Santa Catarina, 1939 a 1955 (em toneladas).....	14
Produção de carvão bruto em Santa Catarina, 1950 a 1958 (em toneladas).....	47
Produção de carvão bruto em Santa Catarina, 1949 a 1960 (em toneladas).....	51

Tabelas:

Leis Federais sobre a mineração do carvão, 1911-1918.....	9
Preços de produtos de primeira necessidade em Criciúma	21
Resultado das eleições do sindicato dos mineiros de Criciúma, em 1955.....	43
Resultado das eleições do sindicato dos mineiros de Criciúma, em 1957.....	56
Divisão dos cargos pela diretoria sindical eleita em 1957.....	57
Proposta dos mineiros para o acordo coletivo de trabalho de 1958.....	57
Preços de gêneros alimentícios e eletrodomésticos em 1957.....	58
Proposta do Governo para o acordo coletivo de trabalho de 1958.....	59
Acordo coletivo de trabalho aceito pelos mineiros, em 1958.....	61
Acordo salarial obtido com a greve de 1959.....	65
Divisão dos cargos pela diretoria sindical eleita em 1957.....	68
Resultado das eleições do sindicato dos mineiros de Criciúma, em 1959.....	69
Comparação de preços entre fevereiro de 1959 e fevereiro de 1960.....	85
Resultado das eleições majoritárias de 1955, nos bairros operários de Criciúma.....	92
Votos para o sindicato e candidatos do PTB à Assembléia Legislativa.....	93
Votação nos vereadores Manoel Ribeiro e Vânio Faraco.....	94
Comparação entre forças nas eleições do Sindicato dos Mineiros na vila operária da Mineração de Içara (1957-1963).....	96
Eleição para Presidente da República em Criciúma – 1960.....	99
Resultado das eleições do sindicato dos mineiros de Criciúma, em 1961.....	108

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Indústria e experiências sindicais no segundo governo Vargas	6
1.1 Vargas.....	9
1.1.2 A Batalha do Carvão.....	13
1.2 Experiências.....	16
1.2.1 “Trabalhar por esse aumento de salários é trabalhar pela vida da cidade”.....	19
1.2.2 Fora Galdino!	21
1.2.3 Práticas de resistência	27
1.2.4 E o sindicato?	31
1.3 Confusões sindicais em Criciúma	34
1.3.1 Comunistas e Comadres.....	39
1.3.2 “Carvalho, não larga!”	42
1.3.3 Intervalo	48
Capítulo 2 - Ascensão da esquerda sindical e o ciclo de greves	50
2.1. A primeira eleição.	51
2.1.1 As greves de 1958 e 1959.....	57
2.1.2 A greve de 1959.....	62
2.1.3 O Carvão é Nosso	66
2.1.4 “Parente do diabo”	68
2.2 A greve de 1960	72
2.2.1 Pós-greve, traumas e armadilhas	80
Capítulo 3 - Mineiros, políticos e projetos de sociedade	90
3.1 O Partidão.....	90
3.1.2 Mariazinha, me dá uma caixa de foguete!	96
3.2 Da Legalidade... ..	103
3.2.1 ...ao Anticomunismo.....	105
3.3 Sindicato Rio Maina	109
3.3.1 “Carvãoobras”.....	114
Considerações Finais	117
Fontes	119
Referências Bibliográficas	121

Introdução

O início de tudo foi uma conversa bem agradável com seu Amadeu da Luz, comunista histórico, para uma disciplina de história oral. Eu queria entender um pouco a história das lutas dos mineiros em Criciúma e achava que me contentaria com um bate-papo. A partir daí, a pretensão de se tornar um historiador provocou um trabalho de conclusão de curso, sobre uma greve de mineiros, ocorrida no longínquo ano de 1952.

Essa busca por lembrar o passado, mesmo o que não foi possível viver *in loco*, foi o que me levou ao mundo dos fungos e ácaros, no sofridos arquivos de Criciúma. E a buscar livros. E a conhecer lacunas.

A periodização mais freqüente da história do sindicato (e do movimento em geral) dos mineiros é a seguinte: da sua fundação, em 1944 até 1957, temos o “peleguismo”, onde predominava o assistencialismo, a pouca representatividade do sindicato e a colaboração com os patrões. De 1957 a 1964, temos os “combativos”, as greves são radicais, o aumento de salários é efetivo e os donos de mina são constantemente desafiados na sua autoridade. Mas, como nenhum “combativo” surge tal “um raio num céu azul”, também nenhum “pelego” some sem mais nem menos. Essa periodização não pode ser encarada ao pé da letra, pois em ambos os períodos há tanto práticas que podem ser consideradas como “combativas”, quanto outras que se enquadram na descrição de “pelegas”.

A chamada “época combativa” consolidou sua presença na memória da cidade, principalmente quando, nos anos 80, uma corrente política ligada ao Partido dos Trabalhadores buscava identificar-se com sua “radicalidade”, contrastando com os sindicalistas do período militar.

Nos trabalhos acadêmicos que retratam essa fase, destaca-se *A Pirita Humana: os mineiros de Criciúma*, da socióloga Terezinha Gascho Volpato¹. A pioneira autora, referenciada numa leitura da sociologia marxista, apresenta um retrato da categoria da época, descrevendo seus métodos de trabalho, suas contradições entre a necessidade da sua reprodução e os conflitos do “chão de fábrica”. Volpato, porém tende a pensar que os mineiros são especialmente combativos porque as relações de trabalho são especialmente duras. Assim, tende-se a “naturalizar” que posturas de enfrentamento apareçam nos movimentos operários mineiros.

¹ VOLPATO, Terezinha Gascho. **A pirita humana: os mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

Outro texto que enfatiza a “combatividade” é a tese de Maria Luiza Fernandes, *Partidos e sindicato: um estudo de caso: o sindicato dos trabalhadores na indústria de extração de carvão de Criciúma*². A preocupação da autora é determinar, através de um corte cronológico, quais as relações entre partidos e sindicato dentro da periodização acima descrita. Sob essa perspectiva, pouco espaço cabe às mobilizações operárias, vistas como um ambiente de cooptação partidária, de “combativos” e “pelegos”.

Ao final da década de 1980, com as decepções do “novo sindicalismo”, que não rompeu com o modelo de organização do trabalho essencialmente varguista³, surgem outras concepções que procuram explicar as opções políticas desses trabalhadores. Situa-se aí a dissertação de mestrado de José Paulo Teixeira, *Os donos da cidade*⁴. Teixeira coloca as conquistas dos operários das minas de carvão de Criciúma como possíveis, sobretudo, porque havia o interesse dos empresários em pressionar o governo, a fim de aumentar o preço do carvão. As greves e mobilizações, de certa forma, perdem sua legitimidade.

Posteriormente outras formas de conhecer a classe trabalhadora mineira aparecem na literatura, mostrando as estratégias de resistência que não apareciam em trabalhos dos anos 80 e início dos 90. São práticas que aparentemente tem menos relação com o sindicato, mas que são muito importantes para demonstrar sujeitos ativos na construção da sua vida. Primeiro gostaria de citar o importante trabalho de Carlos Renato Carola, *Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina*. Estudando o período de 1937-64 e partindo de um “referencial teórico baseado na noção de gênero”,⁵ Carola “desenterra” a experiência das trabalhadoras nas minas de carvão, dentro e fora do ambiente de trabalho. Além de desarticular o discurso da pretensa leveza do serviço das “escolhedeiras”,⁶ o autor descreve valiosas práticas de resistência, que vão desde “simulação de doença” a ações trabalhistas contra as empresas.

Com o mesmo empenho, está o trabalho de Marli de Oliveira Costa, “Artes de Viver”: recriando e reinventando espaços – Memórias das famílias da vila operária mineira Próspera, Criciúma (1945/1964). Destaco neste texto a percepção da autora na questão das vilas

² FERNANDES, Maria Luiza. **Partidos e sindicato: um estudo de caso: o sindicato dos trabalhadores na indústria de extração de carvão de Criciúma**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. (Dissertação de Mestrado).

³ Para uma avaliação crítica do novo sindicalismo e sua historiografia ver: MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

⁴ TEIXEIRA, Jose Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996.

⁵ CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. p. 13.

⁶ São as trabalhadoras responsáveis pela seleção manual do carvão. A atividade desapareceu na década de 60 com o incremento da mecanização.

operárias, vistas como espaço de dominação e disciplinarização dos trabalhadores. Ou seja, as lutas de classes não se dão apenas no “chão da fábrica”, mas também se evidenciam através de “projetos de higienização e disciplina do trabalho, por meio da autoridade religiosa e da autoridade médica”⁷. O espaço da moradia operária, pensado e construído pelos patrões, é, no entanto transformado pelas pessoas que “não se encontram passivas, ao contrário, (...) reinventam e recriam o espaço”⁸.

Minha ênfase, entretanto, passa um pouco ao largo dessas interpretações embora as reconheça e incorpore em certa medida. Na verdade, busco as experiências e teias de relações entre os sindicalistas, os trabalhadores e os sistemas de alianças que os mesmos precisam criar para conseguir melhores condições de vida.

Essa inspiração vem, sobretudo, de *A formação da classe operária inglesa*, de E.P. Thompson. Nesse clássico, o autor inglês argumenta que a “experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”⁹. A expressão “grande medida” conduz a um caminho polêmico: Badaró Mattos aponta para certa inconsistência teórica do conceito de experiência, que “seria tomado como simples mediação entre um nível objetivo da classe na produção e o nível subjetivo da consciência”¹⁰.

Já Simona Cerutti aprofunda a crítica ao autor inglês, duvidando que o modelo “estrutura/superestrutura” tenha sofrido mais que um arranhão pelas mãos de Thompson. Isso porque “nenhum elemento de ordem extra-econômica é introduzido para dar conta do nascimento de uma nova consciência de classe”¹¹. Apesar de mostrar um sujeito capaz de interpretar e criar consciência de grupo, segundo a autora, Thompson reduz a matéria prima da experiência, reduzindo os próprios motivos da ação.

O autor de *A formação da classe operária inglesa* certamente reagiria a essas atribuições. Mas concordaria com o seguinte: a experiência é formada nos “diferentes campos da vida social”¹². Assim, junto a essa “grande medida” de relações de produção, penso que há espaço para uma “pitada” de experiência política, organizativa, familiar etc.. Quando

⁷ COSTA, Marli de Oliveira; FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Artes de viver: recriando e reinventando espaços - memórias das famílias da Vila Operária mineira Próspera Criciúma (1945/1961)**. Florianópolis, 1999. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina. P.. 23

⁸ Idem p. 15

⁹ THOMPSON, op cit., vol. I, p 10.

¹⁰ MATTOS, op. cit., p 27.

¹¹ CERUTTI, Simona. Processo e Experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p 186.

¹² Idem. p 187.

Thompson diz que as experiências comuns podem ser “herdadas ou partilhadas”, descreve o processo de socialização dessas experiências como sendo histórico e cultural. Em “última instância”, processos objetivos e subjetivos na formação da classe trabalhadora estão imbricados, são faces da mesma moeda.

O autor parece confirmar uma noção mais ampla de experiência em *As peculiaridades dos ingleses*, obra que polemiza com Perry Anderson e Tom Nair. Quando pensa em classe, Thompson vê “um corpo de pessoas (...) compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências pessoais, tradição e sistema de valores (...)”¹³. Dessa forma, penso ser possível falar em experiência “combativa”. Uma experiência política, que se articula através dos canais de sociabilidade do grupo: sindicato, partido, chão de fábrica. Mas também família, comunidade, igreja, meretrícios e botecos.

Considero, portanto, que existem vários tipos de experiência ou vários tipos de relações onde ela se acumula. E da relação dialética entre a experiência do vivido e os valores e tradições, **pode** surgir uma ação coletiva baseada em “termos classistas”. Aí cabe o espaço da política, de “redesenhar a linha de classe” no que estava posto. Nas palavras do autor inglês: “Onde a linha será traçada? E o desenho dela não é matéria de vontade consciente ou até inconsciente “dela” (da classe), mas o resultado de habilidade política e cultural. Reduzir classe a uma identidade é esquecer exatamente onde repousa a *agência*, não na classe, mas nos homens”.¹⁴

E esses homens, muitas vezes tornam-se lideranças dessas comunidades de trabalhadores. Hobsbawm coloca que a ação coletiva da classe operária “requer estruturas e lideranças que sejam eficazes. Sem uma organização formal para ação, (...) é improvável que sejam eficazes; sem alguém que seja capaz de exercer hegemonia (para usarmos a expressão de Gramsci) irão permanecer tão subalternas como a plebe no passado pré-industrial”¹⁵.

Pode-se questionar o tom enérgico de Hobsbawm, mas concordo que para se ter agência, ou melhor, certos tipos de ação, um grupo de indivíduos precisa reivindicar e procurar exercer a hegemonia política. Os sindicalistas combativos podem ser “aceitos como

¹³ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p 169.

¹⁴ Idem, p 171.

¹⁵ HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 4ª Ed. p 47.

líderes por pessoas que não compartilhavam de seus pontos de vista, porque eram os melhores e apresentavam idéias pertinentes bem como algumas aparentemente não pertinentes”¹⁶.

Buscamos construir um texto através da concatenação de diferentes tipos de documentos. A tarefa é um desafio, pois nenhum trabalho em perspectiva temporal mais ampla, sobre o sindicato dos mineiros de Criciúma e seus personagens, foi confeccionado ainda. Aqui não se está procurando escrever “A História dos Mineiros”, mas sim uma pequena e limitada parte dela.

“Pelegos” e “combativos” lutaram muito na arena política de Criciúma, mas esses debates poderiam ser mais analisados. A todo o momento, enquanto as fontes permitiram, procuramos colocar os diferentes pontos de vista nas contradições do momento. Assim, o líder sindical que defende os mineradores, por pensar que a manutenção deles é a manutenção de seus empregos, não é tratado como um mau caráter. E isso é mais fácil de fazer quando entrevistamos essas pessoas. Vemos ali um ser humano repleto de contradições, contando como lidou com cada uma delas.

Além das entrevistas, trabalhamos exaustivamente com as atas do sindicato. Elas nos permitem seguir a cronologia dos eventos, acompanhar a evolução dos problemas e soluções e suas entrelinhas guardam informações preciosas.

No primeiro capítulo procuramos dar início a uma discussão sobre a indústria do carvão em sua transformação de simples combustível, a “minério nacional”. Assim, entramos no período do pós-guerra e as primeiras greves da década de 1950, onde encontramos Auzenir Guimarães Carvalho, a imagem estereotipada do “pelego”.

No segundo capítulo, procuramos mostrar a ascensão de Antonio Parente, a imagem estereotipada do “combativo”. Focalizamos como foram construídas as eleições em que saiu vitorioso, quem foram seus apoiadores e como se articulavam nas vilas operárias. Ao final analisamos a greve de 1960, o início de sua derrocada.

No terceiro capítulo, procuramos analisar primeiramente as complexas alianças políticas entre sindicalistas e o PTB, no contexto das duas últimas gestões sindicais antes do golpe militar de 1964, bem como as tentativas de empresários, igreja e opositores de retomar os corações e mentes dos mineiros de Criciúma.

¹⁶ Idem, p 298.

Capítulo 1

A Indústria e as experiências sindicais no segundo governo Vargas

A história da mineração do carvão em Santa Catarina tem como primeiros partícipes, os tropeiros que desciam a serra no sentido Lajes/Laguna, no século XIX. Pelo caminho, nas terras do atual município de Lauro Muller, o pedaço de chão que havia servido para a fogueira queimava durante muito tempo. Dos boatos espalhados pela região até a primeira expedição científica, liderada pelo naturalista Friedrich Sellow, em 1832, não se sabe quanto tempo havia passado¹⁷.

Os primeiros municípios da futura bacia carbonífera, todos surgidos da velha Laguna (fundada em 1682), foram: Tubarão, fundada em 1836, Araranguá, de 1848 e Jaguaruna, de 1867. Nessas localidades da região sul-catarinense, predominavam a “pesca e artesanatos afins, além da cultura de subsistência”¹⁸. Com a chegada dos primeiros imigrantes italianos, em 1877, pequenos núcleos coloniais vão pouco a pouco tomando forma. Assim, são fundados: Azambuja (1877), Urussanga (1878), São José de Cresciúma (1880), Cocal (1885), Nova Veneza (1890) e Nova Belluno (1891)¹⁹.

O século XIX, porém, não teria condições de extrair o precioso minério. Volpato cita algumas tentativas, como a de Augusto Kersting, em 1837. Nos anos seguintes, a exploração dava-se de maneira “artesanal e em pequena escala” nas proximidades de Laguna²⁰. Já em 1861, o Visconde de Barbacena adquire concessão para minerar na região do Passa Dois (atual Lauro Muller).

Por intermédio do Visconde, duas firmas inglesas são constituídas, para finalidades distintas, mas complementares. A construção de uma ferrovia fica a cargo da The Dona Thereza Christina Railway Company Limited. O carvão, por sua vez, era alvo da The Tubarão Brazilian Coal Mining Company Limited. Os ingleses não ficaram muito tempo na região, e o principal motivo, segundo Goularti Filho, foi a baixa qualidade do minério, com “alto teor de rejeito piritoso comparado com o carvão europeu.”²¹

¹⁷ O mesmo já havia, em 1825, pesquisado o carvão mineral no Rio Grande do Sul. VOLPATO, Terezinha Gascho. **Vidas Marcadas: trabalhadores do carvão**. Tubarão: Editora Unisul, 2001.

¹⁸ Tubarão, Araranguá e Jaguaruna tornaram-se municípios em 1870, 1880 e 1891, respectivamente. GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. p. 69.

¹⁹ Idem, p. 72.

²⁰ Idem, p. 86.

²¹ Idem, p. 87.

As jazidas de carvão catarinense somente seriam exploradas em maior escala na segunda década do século XX, quando foi fundada, em 1913, a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá – CBCA. A queda das importações, que se seguiram ao início da Primeira Guerra Mundial, fez a incipiente indústria se desenvolver: pelo menos cinco mineradoras foram estabelecidas entre 1917 e 1922. Ainda assim, devido às dificuldades de transporte até o porto de Laguna, a produção não apresenta resultados melhores antes de 1920, quando é concluído o ramal da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina – EFDTC, ligando a região das minas ao mar.²² Dessa época são as companhias Carbonífera Urussanga – CCU, de 1918, e a Carbonífera Próspera, de 1924.

O interesse do governo federal nas minas de carvão catarinense foi renovado quando dos resultados de testes feitos na Europa e EUA, no início da década de 1920. Propagandistas circulavam pelo Rio de Janeiro, organizavam exposições, contendo os resultados das análises na Estação Experimental²³. Assim, em 1924, foram aprovados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, empréstimos no montante de cinco mil contos de réis, apenas para três empresas da região. A finalidade de tal soma seria a “modernização do setor”, ou seja, o investimento no beneficiamento (“lavração” do carvão) e estocagem.

Nessa época, a disputa entre os partidários do “carvão nacional” e os seus opositores, enchia os olhos da imprensa carioca, ela mesma escolhendo suas trincheiras. Cabe ressaltar que havia poucos que fossem contrários à extração do minério. Estes advertiam que o processo de beneficiamento do carvão, tanto o gaúcho quanto o catarinense, era antieconômico.

O principal objeto de disputa, entretanto, era justamente a intervenção estatal na atividade. Os apoiadores da ingerência governamental começavam a agitar a bandeira nacionalista, acusando seus adversários de “(...) antipatriotas, brasileiros gananciosos, que tinham como único objetivo deixar a exploração do ‘ouro negro’ nas mãos dos estrangeiros (...)”. Já os opositores, diziam que o verdadeiro objetivo daquele “nacionalismo”, era “apropriar-se da verba pública em benefício próprio”.²⁴

As ações do governo federal foram no sentido da intervenção na cadeia produtiva do carvão, pelo menos até meados da década de 1920. Segundo Goularti, a indústria carbonífera

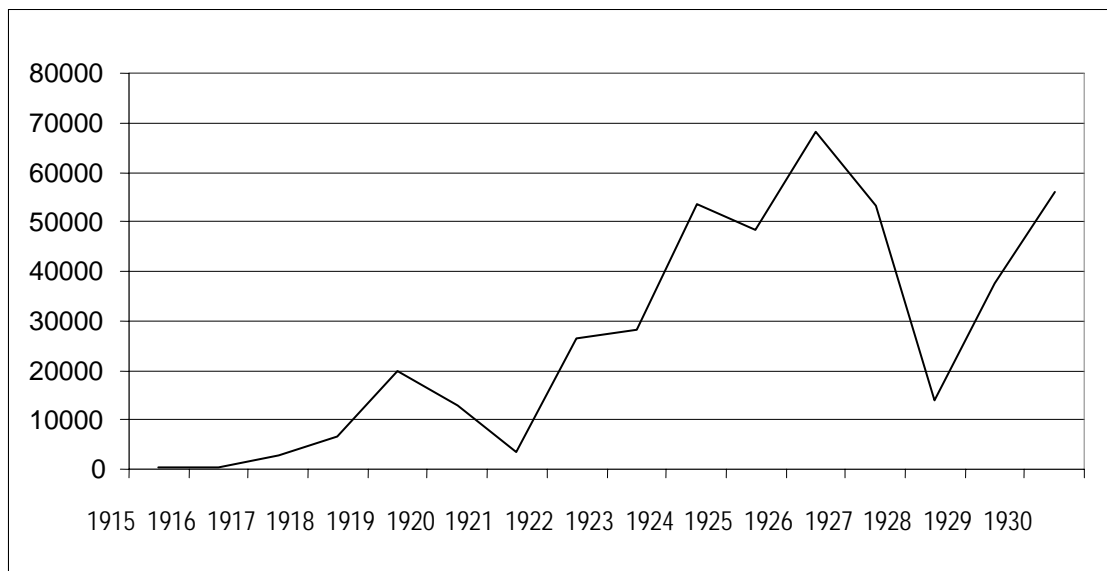
²² VOLPATO, op. cit. p. 17.

²³ Organizada em 1822, pelo engenheiro Fonseca Costa. VARGAS, Milton. **Técnica, Tecnologia e Ciência**. In. Revista Educação e Tecnologia. Programa de pos graduação em Tecnologia. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba, nov. 2003.

²⁴ BERNARDO, Roseli Terezinha. Carvão nacional: do discurso formado à ação concretizada, 1880-1930. In. GOULARTI FILHO, Alcides. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 64.

manteve um ritmo de expansão até “1927, quando começa a perder espaço para o carvão importado”²⁵. Porém, como se pode observar pelo quadro abaixo, a produção logo é recuperada.

Gráfico 1. Produção de carvão bruto em Santa Catarina, 1915 a 1930 (em toneladas).²⁶



Durante a República Velha, a principal utilização do carvão era como combustível nos transportes férreos e marítimos. A principal preocupação, romper a dependência estrangeira no tocante aos custos e dos transportes - ou seja, uma visão focada na circulação de mercadorias e matérias primas. Nas palavras do engenheiro Francisco Lessa, em missiva ao Ministro da Viação, em 1923:

“... Tendo a American Locomotive Company introduzido algumas modificações na locomotiva 370 da Central do Brasil, de modo a torná-la apta à queima de carvão nacional, procuramos realizar mais uma experiência de acordo com o programa de V. Exa. partindo da estação inicial da Central num trem rebocando 220 unidades e subindo a serra em debanda da Barra do Pirahy onde acabamos de chegar com êxito. Esta é mais uma prova de que o problema da combustão do carvão nacional em grelhas adaptadas está completamente resolvido, restando apenas solucionar a parte relativa ao transporte **para que nos libertemos da importação do combustível estrangeiro**. Peço a V. Exa. que aceite as minhas congratulações juntamente com a dos meus companheiros Drs. Edgar Werneck, César Grillo, Tavares Leite e Paranhos Fontenelle”²⁷

²⁵ GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. p. 83.

²⁶ Todas as tabelas sobre a produção de carvão tem como fontes: CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. p. 243 e INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século XX**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/seculoxx>. Acesso em 21/04/2006.

²⁷ BELOLLI, Mário et al. **História do Carvão de Santa Catarina**. Criciúma: IOESC, 2002. p. 59

Essa visão é corroborada se observarmos algumas leis tocantes às atividades de mineração do carvão de pedra:

Tabela 1. Leis Federais sobre a mineração do carvão, 1911-1918.²⁸

Lei nº 2.524, de 31 de dezembro de 1911.	Determinava ao Governo fiscalizar a “entrada de carvão estrangeiro e da aplicação de carvão mineral com isenção de taxa de expediente destinado ao consumo próprio das companhias de navegação nacionais e estrangeiras”
Lei nº 3.213, de 30 de dezembro de 1916.	Isentava da taxa “dos direitos de importação e de expediente os maquinismos destinados à exploração, briquetagem e beneficiamento do carvão nacional
Lei nº 3.070, de 31 de dezembro de 1916.	Autorizava o Governo a entrar em acordo com as companhias de navegação, para reduzir os fretes do carvão ao patamar mínimo possível
Lei nº 3.232, de 5 de janeiro de 1917	Autorizava a Estrada de Ferro Central do Brasil a instalar uma usina de purificação de carvão nacional até 50 mil toneladas anuais
Lei nº 3.454, de 6 de janeiro de 1918	Construção, de um ramal que se dirija à região carbonífera catarinense, para facilitar a exploração das respectivas jazidas. Esta lei também autorizava a aquisição, “em concorrência pública, a quantidade de carvão nacional que for possível utilizar nos diversos serviços públicos”

Assim, os incentivos do governo para a indústria seguiam no sentido de produzir mais uma commodity, ou seja, baratear o custo energético dos transportes nos grandes centros e ferrovias. A outra utilização possível, a siderurgia, embora já fosse discutida, ainda engatinhava, tal como o próprio processo de industrialização do país²⁹.

1.1 Vargas

A atividade econômica por excelência das elites de Criciúma, no período da República Velha, foi o comércio³⁰. Somente na década de 40, com a implantação de um complexo industrial carbonífero, a hegemonia econômica e política da região será exercida pelos mineradores.

²⁸ GOULARTI FILHO, op. cit., p. 89

²⁹ Data de 1923 o primeiro projeto do governo federal de investimento industrial na região, quando uma comissão técnico-parlamentar do Congresso Nacional indicava a construção de três usinas de altos-fornos, uma em Santa Catarina e duas em Minas Gerais

³⁰ Teixeira, op. cit., p. 110.

São dois os movimentos de impulso do setor, intermediados ou movidos pelo governo federal: a falta de carvão no mercado mundial, por ocasião da Segunda Grande Guerra e os planos de industrialização de Vargas. Ambos ocorreram em pouco mais de uma década (1941 a 1953) e foram os principais responsáveis pela cristalização dessa atividade econômica.

Segundo Mauricio Aurélio dos Santos, “até 1930 a intervenção estatal era fruto muito mais de *lobby* de políticos e empresários, ou para atender situações emergenciais, como durante a Primeira Guerra Mundial, e muito menos uma política de Estado³¹”. A política de industrialização de Vargas garantiu um mercado “cativo” para os mineradores. Já em junho de 1931, apenas sete meses à frente do governo “provisório”, Vargas decretou o consumo obrigatório de 10% de carvão nacional sobre quantidade importada.

O decreto não foi bem aceito por algumas companhias consumidoras como a *The Leopoldina Railway Co. Limited*, *San Paulo Gaz Company Limited* e *Société Anonyme du Gaz* do Rio de Janeiro³². O argumento já era conhecido: a péssima qualidade do minério. O governo federal, porém, mostrou-se enérgico na defesa da obrigatoriedade do consumo. Do púlpito do executivo, um novo discurso emergia, transformando o carvão em *carvão nacional*:

“Não se justifica a abolição de impostos para a importação de combustíveis, porque, havendo produtos nacionais similares ou sucedâneos, **não se deve julgar a possibilidade de desenvolvimento da indústria nacional**, isentando de taxas aduaneiras o concorrente estrangeiro. Não resta dúvida que possuímos importantes jazidas carboníferas, cumprindo, assim, estimular a exploração das mesmas, porquanto **a concorrência e melhoria do produto se estabelecerão nos próprios mercados internos**.³³

Com discursos incisivos como esse, os empresários da indústria carbonífera conseguiram o que mais almejavam: o comprometimento do governo. O processo de industrialização negaria o direito de se ter qualquer dúvida, quanto a quem deveria ser beneficiado no mundo dos negócios. Ao mesmo tempo em que brandia os temas do liberalismo – a concorrência – o governo estabelecia que a mesma fosse baseada no mercado interno.

Localmente, os “revolucionários” de trinta apresentavam o mesmo discurso. Aqui, entretanto, o entusiasmo com a mineração tinha sempre um apelo bem maior, seja no

³¹ SANTOS, Mauricio Aurélio dos. A Carbonífera Próspera S/A: da estatização à privatização. In: http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_45.pdf - acesso em 30/04/2007

³² BELOLLI, Mário et al. **História do Carvão de Santa Catarina**. Criciúma: IOESC, 2002. p 129.

³³ BRASIL. **Legislação do carvão nacional**. Brasília: Conselho Nacional do Petróleo, Assessoria de Relações Públicas, 1977. p. 123.

crescimento do município como um todo, seja nos lucros pessoais. Ernesto Lacombe³⁴, coronel e chefe revolucionário para o sul catarinense, assim se expressou no jornal “A Imprensa”, de Tubarão, em sua edição de 27 de outubro de 1940:

“foi preciso a rajada salvadora da Revolução de 1930, para aparecerem os primeiros sintomas de uma vida nova no município (Criciúma)... Para que o Brasil tivesse sua independência concreta, positiva na ordem econômica, faltava unicamente a indústria do ferro e do aço, para que viesse completar multiplicidade de recursos que constituem a riqueza do seu solo. Com a montagem das grandes usinas siderúrgicas e com o carvão de Criciúma fornecerá, ao redor de um milhão de toneladas por ano, o Brasil será, como é, indiscutivelmente o mais importante Estado do continente americano”.³⁵

Nesta passagem, certamente, o líder revolucionário e o homem de negócios entrelaçaram suas falas. Lacombe havia se tornado sócio de uma mineradora em 1938³⁶, e agora, com a iminência da construção das siderúrgicas, seu nacionalismo misturava-se à grande expectativa pelos lucros futuros.

Antes de a siderurgia tornar-se uma realidade, o governo concederia, em 1937, uma nova taxa de consumo obrigatório do carvão brasileiro, chegando aos 20%.³⁷ As indústrias carboníferas da região tinham praticamente todo seu mercado em empresas públicas (autarquias) de energia e transporte. O governo tornava-se o proprietário de possíveis riquezas do subsolo e concedia o direito de exploração às companhias. Também era o único responsável pelo preço do carvão e do seu frete.³⁸ Principalmente após a criação da CSN, a União consolida sua presença direta na região, coroada com a estatização da Carbonífera Próspera em 1953.

Em setembro de 1941, o poder Executivo lança o decreto que “reserva para o consumo do país a produção do Estado de Santa Catarina”³⁹. O recrudescimento da guerra provoca um segundo decreto-lei, em agosto de 1942 que “institui, como medida de emergência, a entrega

³⁴ LACOMBE, Ernesto. Empresário e político. (Jaguarão, RS, 1879 – Florianópolis, SC, 1951). Viveu a infância em sua terra natal. Ingressou no comércio em 1905, percorrendo na condição de caixeiro-viajante, os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Foi pecuarista e industrial em Cruz Alta, RS. Em 1924 mudou-se para o município de Tubarão, SC, onde criou uma charqueada. Em 1930, com a patente de coronel, chefiou a Revolução de Outubro no Sul catarinense, quando foi guindado ao cargo de governador do Sul de Santa Catarina, com sede em Tubarão. Belolli, Op. Cit. p. 287.

³⁵ Idem. p. 160.

³⁶ Em 1938 estabeleceu-se em Criciúma, SC. Ali, associou-se à empresa de mineração de carvão “João Pessoa”, de Francisco Meller, e promoveu, em 1940, a sua transação comercial com o Grupo Jaffét de São Paulo, contribuindo para a constituição da empresa Montanha Carbonífera S/A. ibidem, p. 287.

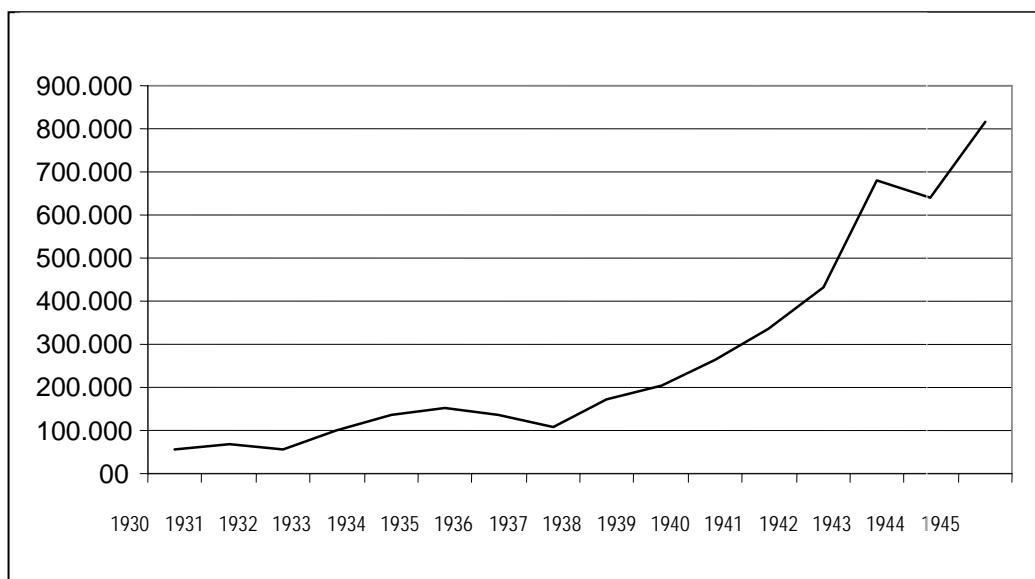
³⁷ BRASIL. Op. Cit., p. 130.

³⁸ Idem, p. 163.

³⁹ Idem, p. 89.

obrigatória ao Governo Federal de todo o carvão nacional”⁴⁰. Praticamente toda a cadeia produtiva do carvão: produção, transporte, consumo, estoques e preços ficam controlados por uma comissão da Marinha Mercante⁴¹. Esse período especial vai aumentar a infra-estrutura e a produção do minério.

Gráfico 2. Produção de carvão bruto em Santa Catarina, 1930 a 1945 (em toneladas).



Se antes o comércio era o principal negócio da elite econômica da região, agora cada palmo de terra será explorado na tentativa de achar o minério. Não havia mais quem fosse apenas comerciante, industrial ou agricultor: todos queriam extrair carvão. O número de empresas carboníferas subiu a cerca de uma centena, e nesse boom, nomes curiosos como o da Carbonífera “Vai ou Racha”, descrevem o clima desta verdadeira “corrida do ouro”.⁴²

Essas pequenas empresas eram, na maioria das vezes, empreiteiras de firmas maiores. Em 1937, a pioneira CBCA, por exemplo, que com a própria produção atingira uma cifra de 25.000 toneladas, alcançou com a participação das pequenas empreiteiras, 75.000 toneladas, o triplo dessa quantidade.⁴³

O principal acontecimento para o salto produtivo, na região carbonífera catarinense, foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional. Como apenas Santa Catarina possuía o carvão metalúrgico, cresce a participação deste estado no mercado nacional, e o montante extraído ultrapassa o Rio Grande do Sul, até então a maior indústria do país:

⁴⁰ Idem, p. 94.

⁴¹ BELOLLI, op cit., p.178.

⁴² Idem, p., 151.

⁴³ Idem, p. 148.

Com os novos estímulos do início da década de 1940 vimos a participação de Santa Catarina saltar de 19,5% em 1939 para 51,4% em 1948 e a produção catarinense crescer no período quase 510%, o que representa um aumento de mais de 6.500% de 1929 a 1948.⁴⁴

1.1.2 A Batalha do Carvão

Segundo Goularti, no momento imediatamente posterior a Segunda Guerra Mundial, a indústria carbonífera vivenciaria a sua maior crise até então. Após o fim da 2ª guerra, o espaço deixado pelos países beligerantes no mercado mundial de carvão foi, ao poucos, reconquistado. No Brasil, crescia o consumo de óleo combustível nos setores de transporte ferroviário e marítimo⁴⁵, substituindo o carvão vapor. O governo não garantia mais a compra de toda a produção. A produção, no entanto, continuou crescendo no mesmo ritmo. O setor passa a organizar uma ofensiva no sentido de pressionar o Rio de Janeiro a garantir a compra de toda a produção do minério pela CSN.

Assim, são organizadas duas mesas de negociações, a primeira em fevereiro de 1947 e a segunda em maio e junho de 1949. Seus organizadores lhes puseram a alcunha de “A Batalha do Carvão”⁴⁶. Nessas reuniões, misturavam-se os discursos de “soberania nacional” e tentativas de ataque à legislação trabalhista. Uma das soluções para a crise, por exemplo, seria a volta do regime de trabalho de oito horas⁴⁷.

Em 1949, no pico da produção carbonífera, a crise atinge os principais estados produtores, e o desemprego atinge 40% dos trabalhadores:

“... Nas bocas das minas de Crescuma, Urussanga e Lauro Müller; na Usina de Beneficiamento da Companhia Siderúrgica Nacional, em Capivari, a quatro quilômetros de Tubarão; nos portos de Laguna e Imbituba há grandes depósitos de carvão sem lugar para se colocarem mais quantidades. Os vagões da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina estão espalhados pelas linhas auxiliares (desvios) cheios de carvão e, ao que consta, no cais do Rio de Janeiro, onde a Companhia Siderúrgica faz a descarga do seu carvão, não há lugar para novas descargas! Ao todo estão orçadas em cerca de 300 mil toneladas de carvão imobilizadas, sem mercado consumidor. Dos 10 mil operários que empregavam na sua atividade nos serviços de extração da nossa hulha negra, já foram dispensados uns 4 mil...”⁴⁸

⁴⁴ SANTOS, Mauricio Aurélio dos. Op cit., p. 7.

⁴⁵ BELOLLI, op cit., p. 201.

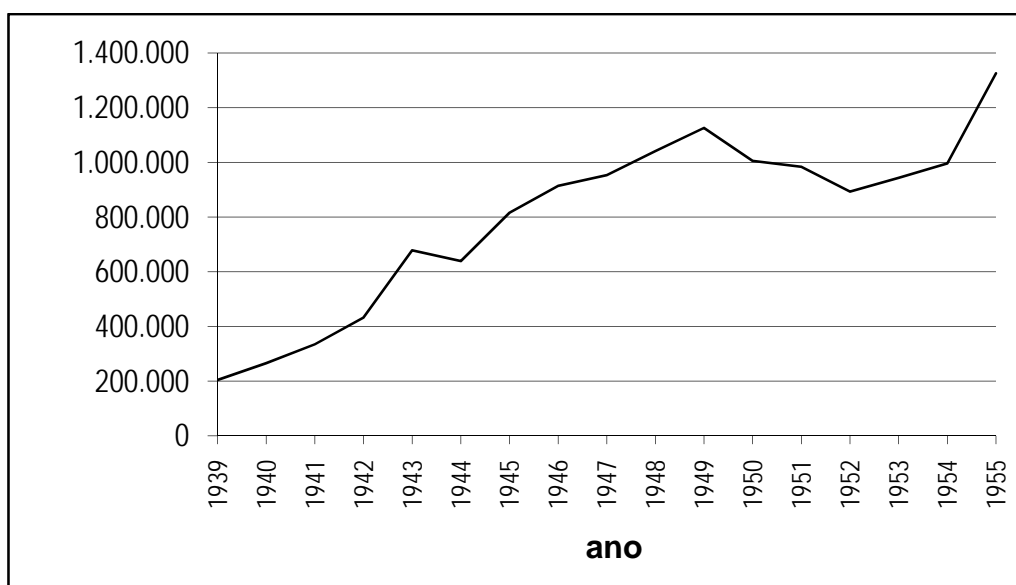
⁴⁶ GOULARTI FILHO, op cit., p. 147.

⁴⁷ “Além da proteção e das cotas, os mineradores reivindicavam a volta do regime de trabalho de oito horas e, para a incentivar ‘a formação de bons mineiros’, exigiam a permissão para que menores de idade pudessem ingressar ‘nas galerias do subsolo, por períodos não superiores há 4 horas diárias’”. Ibidem.

⁴⁸ Do jornal Folha da Tarde, de Porto Alegre, de 25 de abril de 1949. Citado em: História do carvão, p. 227.

Após onze anos de crescimento na produção de carvão (1938-1949), a região vive um desaquecimento no período de 1950 a 1954. A participação do Estado na produção nacional recuara de 52,88 % em seu auge (1949) para 45,57%. A produção de carvão decaiu a partir de 1948 e chegar ao seu patamar mais baixo em 1952, ligeiramente menor que a de 1946. A partir de 1953, com a estatização da Companhia Próspera, um novo fluxo de crescimento se efetiva no setor. Na década de 1940 há também um processo de centralização de capital, com fusões e aquisições de pequenas companhias por outras maiores. Em meados dessa década praticamente todas as companhias com menos de duzentos trabalhadores desapareceram.

Gráfico 3. Produção de carvão bruto em Santa Catarina, 1939 a 1955 (em toneladas).



Essa dependência do governo para a dinâmica do setor é apontada por vários autores como uma das causas da pequena inovação nos métodos de trabalho. Assim, se articulavam os defeitos da indústria: o carvão, de baixa qualidade, mas com certo mercado garantido, mantinha os métodos antiquados de extração. Neste círculo vicioso, maiores lucros só poderiam vir com aumento dos preços do carvão.

Para Terezinha Gascho Volpato “Esta dependência acentuava a certeza de que retornos melhores viriam antes da pressão e lobbys do que do esforço de redução de custos e racionalização do processo”. A autora considera, por exemplo, que por um período de quase 60 anos, de 1913 a 1976, a produção do carvão “seguiu por caminhos quase artesanais”⁴⁹.

⁴⁹ VOLPATO, Terezinha Gascho. **Vidas Marcadas: trabalhadores do carvão**, op. cit., p. 34.

Assim, foi possível interpretar as greves dos trabalhadores nas minas como sendo vantajosas para os mineradores. Desenvolvendo essa hipótese, José Paulo Teixeira chega a afirmar que “o corporativismo setorial (refiro-me ao setor do carvão) sempre esteve acima ou se sobrepôs ao corporativismo de classe”⁵⁰, sugerindo que os trabalhadores estivessem irmanados com seus patrões na pressão ao governo. Volpato comenta uma estratégia de “indução dos mineiros à greve pelas empresas mineradoras” já que os empresários “não dispunham de estratégia política mais eficaz junto aos órgãos públicos que administravam o preço do carvão, que a pressão exercida pelos mineiros nas greves”⁵¹.

Mas na mesma autora encontramos o limite de semelhante estratégia. De um lado as greves garantiam o aumento do carvão, de outro, garantiam melhores salários para os mineiros, “mas resultava também num poder de resistência maior dos mineiros, que a cada greve ganhavam em organização, experiência e respeitabilidade.”⁵² Os empresários não poderiam simplesmente incitar uma paralisação. E se a greve fugisse ao controle?

As relações entre mineiros e mineradores passaram por diversas mudanças desde a sua origem. Cabe ao presente estudo, debruçar-se sobre um, de 1952 a 1964. Antes, porém, de chegar a esse pequeno pedaço de tempo, é preciso recordar algumas experiências desses trabalhadores.

⁵⁰ TEIXEIRA, op. cit., p. 37.

⁵¹ VOLPATO, op. cit., p. 160.

⁵² Idem, p. 163.

1.2 Experiências

Infelizmente, a escassez de fontes e pesquisas sobre as condições e lutas mineiras na primeira metade do século XX, não permite fazer muito mais que tocar melodias um tanto conhecidas. É possível, entretanto, conhecer um pouco mais a formação étnica do trabalhador mineiro. No artigo *Relações de Trabalho e Formação da Mão-de-Obra Mineira em Santa Catarina*, Alcides Goularti Filho e Ângela Maria Antunes do Livramento comparam as folhas de pagamento das referidas minas com o Dicionário das Famílias Brasileiras, no intuito de escrutinar sua pretensa origem étnica. No caso, o grupo “lusu-brasileiro” congrega tanto brancos quanto africanos e indígenas. A formação étnica dos trabalhadores das minas de Rio América, Rio Salto e Rio Caeté, pertencentes à Companhia Carbonífera Urussanga, por exemplo, podia ser dividida da seguinte forma: luso-brasileira 39,6%, italiana, 27,3%, alemã, 8,3%, polonesa, 2,7%, espanhola, 1,4.⁵³

Outro aspecto importante levantado por Goularti, é que com o aumento da demanda por carvão, aumenta o número de “lusu-brasileiros”. O que acontecia já na década de 1920 tornar-se-á padrão com o incremento da atividade extrativa: as populações do litoral sul-catarinense, predominantemente de origem africana e portuguesa, reforçarão o contingente mineiro, abandonando a pesca e a agricultura.

Já a história da resistência e organização dos mineiros da região sul-catarinense não começa com a fundação do sindicato. Alcides Goularti Filho aponta a primeira greve de mineiros da região em 1920, na CBCA, “quando mais de trezentos mineiros pararam para exigir o pagamento de salários atrasados e aumento de 25%”⁵⁴. O electricista e membro do PCB de Florianópolis Manoel Alves Ribeiro (“Seu Mimo”), em sua autobiografia *Caminho*, relata outra greve, no mesmo ano, dessa vez na companhia Barro Branco, no município de Lauro Muller: “Por falta de pagamento estourou uma greve. Participei pela primeira vez de um movimento grevista, que foi vitorioso”⁵⁵. Celso Martins, no livro *Os Comunas*, destaca que na mesma greve, Mimo “constatou a existência de um grupo político, anarquista, com comunicações por códigos e sinais”, e que em “1923 ocorreu a primeira greve geral nas minas”⁵⁶, reivindicando às 8 horas. É Martins também que, embora sem citar fontes, nos fala

⁵³ GOULARTI Filho, Alcides e LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. *Relações de Trabalho e Formação da Mão-de-obra Mineira em Santa Catarina*. op. cit., p. 41.

⁵⁴ GOULARTI Filho, Alcides e LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960, op. cit., p. 288.

⁵⁵ RIBEIRO, Manoel Alves. **Caminho**. Florianópolis: Garapuvu, 2001. 2ª ed. p. 14.

⁵⁶ MARTINS, Celso. **Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27/Fundação Franklin Cascaes, 1995. p. 196.

do engenheiro Thomaz Lawson que, em 1916, “matou a tiros um operário (...), por ‘organizar distúrbios em minas’”⁵⁷. Goularti Filho cita uma grande movimentação em agosto de 1945 na companhia Próspera.⁵⁸

Não devemos considerar o período entre início da década de 1920 e 1945 como ausente de greves na região sul. As pesquisas ainda são muito escassas sobre esse tema, porém, é possível afirmar que a experiência grevista mineira já acontecia desde pelo menos 1920. E ela contava, por exemplo, com um conhecimento de atuação na clandestinidade. Nas palavras de um mineiro de Orleans, “Durante a guerra, quem deixasse de comparecer ao trabalho era preso”⁵⁹. Essas experiências estavam articuladas com as tentativas de fundar um sindicato.

Desde o início dos anos 40 os mineiros tentavam organizar um sindicato. Reuniam-se clandestinamente, à noite, em bocas de mina, em galpões escuros ou no meio do mato. Jorge Feliciano testemunhou muitas dessas reuniões, nas quais seus tios defendiam as greves como instrumento de reivindicação de melhorias nas condições de trabalho nas minas. As reuniões eram proibidas.⁶⁰

Em 1938, surge uma tentativa de organização de um sindicato de mineiros. O Sindicato dos Operários das Minas de Carvão de Cresciúma é “considerado instalado” no dia 13 de março⁶¹. Na leitura da ata de fundação, publicada no livro *História do Carvão de Santa Catarina* (onde não se encontram informações sobre a localização desse documento), chama atenção o fato de não ser mencionada nenhuma autoridade, de delegados do Ministério a delegados de polícia, fato presente no sindicato de 1944.

Talvez, esse sindicato teve vida curta pela intensa exploração e repressão que tomou lugar no Brasil durante o “esforço de guerra” após 1942. Nessa guerra, os direitos trabalhistas recém proclamados, foram “minados” pelos decretos presidenciais. A jornada de trabalho

“foi estendida para 10 horas; o sistema de férias foi alterado; a ausência no trabalho, a partir do oitavo dia, passou a ser considerada como abandono do emprego; a recusa do trabalhador em mudar de posto de trabalho ou sessão dentro da empresa tornou-se motivo de dispensa imediata; o trabalho noturno de mulheres e menores voltou a ser permitido.”⁶²

⁵⁷ Idem, *ibidem*.

⁵⁸ GOULARTI Filho, Alcides e LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960, *op. cit.*, p. 287

⁵⁹ DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e mineiros na grande Orleans**. Orleans: Ed. do Autor, 1986. p. 355.

⁶⁰ COIMBRA, David. **Atravessando a escuridão: memórias de um comunista casual**. Criciúma: UNESC, 1996. p. 37.

⁶¹ BELOLLI, *op. cit.*, p. 248.

⁶² COSTA, Hélio da. **Em busca da memória**. São Paulo: Scritta, 1995. p.16.

E ainda:

“Quanto às greves, o artigo 33 do Decreto-lei 4.766 tornava passível de condenação, com reclusão de dois a seis anos, o trabalhador nos centros industriais destinados a atender às necessidades da defesa nacional. A partir de novembro de 1942, as faltas passaram a ser equiparadas a crime de deserção.”⁶³

As coisas podiam ser piores para os mineiros, pois seu setor era considerado de segurança nacional. “Porém, essas ações não impediram que as fábricas deixassem de ser palco de luta, inclusive aquelas diretamente comprometidas com o esforço de guerra”⁶⁴. Assim, encontramos mais uma lacuna na historiografia catarinense.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração de Carvão de Criciúma começou como uma associação profissional em 27 de fevereiro de 1944. Sua primeira sede foi uma sala na própria Delegacia Regional do Trabalho. Em novembro de 1944 já eram 1500 os associados. Alguns meses depois, em 08 de maio de 1945 é decidido pela diretoria requerer a “investidura sindical” e contratar “um diretor administrativo, Sr. Fernandes Carvalho, o qual já havia dirigido o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração de Carvão de São Jerônimo (RS), para tratar da passagem a Sindicato.”⁶⁵

Em sua primeira eleição de diretoria, em agosto de 1945, os solitários 42 votantes são interpretados por Volpato como “sinal de descrédito da classe no sindicato”, considerado mais um “instrumento do governo para atender aos objetivos eleitorais”. A autora argumenta que os mineiros cricumenses “não participaram da experiência sindical vivida nos centros industriais do país que se somava desde o início do século”. Por essas e outras razões (que a autora não especifica quais), de 1945 a 1957 “predominam, com relativa facilidade, na direção sindical a orientação das lideranças pelegas, bem ao agrado dos donos de minas, apesar de já existirem práticas de resistência em seu interior”⁶⁶

Essa facilidade de ação que os pelegos tinham deve ser relativizada. O que encontramos nas movimentações da greve de 1952 indica uma tensão saliente, entre trabalhadores e sindicato.

Mas em uma conjuntura imediatamente anterior, encontramos alguns movimentos paredistas, isolados em algumas companhias. Em novembro de 1951, numa greve de dois dias

⁶³ Idem, *ibidem*.

⁶⁴ Idem, p. 15.

⁶⁵ FERNANDES, op. cit., p. 54.

⁶⁶ VOLPATO, Terezinha Gascho. **Vidas Marcadas: trabalhadores do carvão**, op. cit., p. 157. Práticas de resistências são encontradas justamente em 1945, em uma greve na Companhia Próspera.

de duração, “os operários da Cia Próspera e da Boa Vista pararam para reivindicar melhores condições de trabalho, assistência social e um aumento de salarial de Cr\$ 800,00.”⁶⁷ Alcides Goularti Filho aponta a presença da Força Pública Estadual, para “controlar a greve”. Poucos meses depois, em janeiro de 1952, outra greve, desta vez entre os mineiros da cidade vizinha de Urussanga, reivindicava o pagamento dos salários atrasados.

1.2.1 “Trabalhar por esse aumento de salários é trabalhar pela vida da cidade”⁶⁸

No jornal “Folha do Povo” de 21 de julho de 1952, a manchete de primeira página era quase uma palavra de ordem: “Os mineiros precisam ser melhor remunerados pelo seu trabalho”, que culminava com o subtítulo: “Sindicato dos Mineiros, um órgão superiormente dirigido”. Algumas semanas depois, no dia 5 de agosto, outra manchete que merecia estar numa faixa de passeata: “Com salários de fome não é possível aos trabalhadores das minas terem existência condigna!”

A linha do jornal nesse assunto percorre alguns caminhos. O primeiro é a defesa do sindicato dos mineiros, ou melhor, do sindicalismo oficial representado pelas diretorias até então. Por exemplo, afirma-se que o sindicato, num dissídio coletivo de 1945, cujo processo durou cerca de dois anos, agiu com “carinho” e “dedicação”. Além disso, a entidade é reconhecida pelo seu “espírito de organização” e “contrôle diretivo” [sic]. Associada a essa linha, está a defesa da “legislação social inovadora, criada por Getúlio Vargas”⁶⁹.

O segundo é que o aumento de salários é vital para a circulação de riquezas na cidade, sendo importantíssimo para o comércio. O jornal acusa os baixos salários como responsáveis pela migração de “centenas de famílias” a Londrina, a “Canaã brasileira”, para trabalhar nas lavouras do café. A migração também tinha como destino a cidade de Porto Alegre, onde se encontrava “gente de Criciúma a cada passo, havendo vilas residenciais que são habitadas

⁶⁷ GOULARTI Filho, Alcides e LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960, op. cit., p. 288.

⁶⁸ Fala-se no aumento da carne, para 15 cruzeiros o quilo. **Folha do Povo**, 11 de agosto de 1952.

⁶⁹ É interessante que o jornal reconhece o descompasso entre a promulgação da legislação sobre os direitos trabalhistas e sua aplicação: “horário de trabalho, férias, salário mínimo, proteção a maternidade e outras vantagens foram conhecidos dos nossos operários muitos anos depois de estabelecida a sua concessão”. Com salários de fome não é possível aos trabalhadores das minas terem existência condigna. **Folha do Povo**, 5 de agosto de 1952.

quase exclusivamente por filhos ou antigos moradores destas plagas”. Dessa forma “foram transportados milhões de cruzeiros que fazem falta na circulação local”⁷⁰.

O jornal conclama a cidade para fazer um “movimento em favor do aumento dos salários e do preço do carvão.” E, num momento de retórica, esquecido na conjuntura posterior, o jornal minimiza a importância parlamentar: “Os discursos pronunciados por deputados e senadores sobre esse assunto, nada produziram. São ineficazes parecendo que somente causam impressão na hora”⁷¹.

Dessa forma, a ênfase no aumento de salários, com as inspiradoras manchetes, chega ao seu fim. A partir de setembro, a linha do jornal limita-se a divulgar a “grave crise na indústria carbonífera catarinense”. Nessa matéria, ficamos sabendo que as “autoridades”, isto é, as carboníferas, o prefeito, o delegado de polícia, o vigário da paróquia e o presidente do sindicato dos mineiros, reuniram-se para enviar um telegrama ao Presidente da República. Na missiva, um pedido de aumento aos preços do carvão para “poderem as empresas destinar parte, como aumento dos salários de seus operários (...); e a outra parte destina-se resolver a situação difícil por que estão passando as próprias companhias”.

Como veremos, a situação no sindicato iria ferver nos próximos dias. Continuar a defesa do aumento de salários evocando o custo de vida e o crescimento da cidade era perigoso. Afinal, quem fazia Criciúma crescer era “o carvão” e sua indústria, ameaçados pelas posições vacilantes do governo. Dar importância ao salário mineiro na economia local era uma faca de dois gumes, que os trabalhadores poderiam explorar.

Mas o clima de reivindicação não era simplesmente inventado, ou artificial. Desde 1945, o aumento do preço dos alimentos era um problema cada vez maior para as famílias mineiras. O *boom* da produção carbonífera no início da década de 40, que mobilizava cada vez mais braços, implicava que a importação de alimentos seria feita cada vez mais longe, encarecendo as despesas dos operários. Entrevistado pela *Folha do Povo*, um trabalhador faz as contas:

Tenho cinco filhos e mulher pra sustentar. Meu salário é de Cr\$ 23,00 por dia. Sou um dos que mais ganham na sessão, como encarregado. Em 1.945 meu ordenado era Cr\$ 19,00 por dia, com mais Cr\$ 2,00 de compensação. O custo de vida é outro. (...) Não falo do preço da roupa, porque ha muito tempo que não sabemos o que é adquirir um terno bom. A vida está três vezes mais cara.⁷²

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem

⁷² Com salários de fome não é possível aos trabalhadores das minas terem existência condigna. **Folha do Povo**, 5 de agosto de 1952.

O operário aponta o valor de vários produtos em 1945 e 1952. Comparando os preços informados por este mineiro, junto com outras fontes chegamos à seguinte tabela:

Tabela 2. Preços de produtos de primeira necessidade em Criciúma⁷³

Ano	1945	1951	1952
Produto\preço	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Café	14,00	25,00	36,00
Carne	7,00	9,60	12,00
Feijão	1,80	3,00	5,00
Farinha de mandioca	0,80	1,20	2,70
Açúcar		5,00	
Banha		12,00	
Café misturado		22,00	

Ou seja, em um ano, de 1951 a 1952, encontramos um aumento de preços nos alimentos semelhante ao ocorrido em seis anos, entre 1945 a 1951. Enquanto isso os salários sofriam pouquíssimos aumentos. Na mesma matéria o jornal afirma “que não ultrapassou o aumento de salários a 20%.”⁷⁴ Além disso, nas palavras do operário, enquanto este recebia Cr\$ 19,00, tinha direito a um adicional de Cr\$ 2,00. Alguns anos depois, com um salário ligeiramente maior (Cr\$ 23,00), nenhum abono é citado.

Dessa forma, observando os argumentos do jornal Folha do Povo e o real encarecimento da vida daqueles trabalhadores, podemos considerar que a denúncia das más condições de trabalho e vida dos mineiros pôde ser apropriada pelos empregadores para satisfazer seus próprios interesses econômicos e políticos. No entanto, os resultados desse discurso fugiram aos seus primeiros objetivos, e acabaram contribuindo para a própria organização dos mineiros.

1.2.2 Fora Galdino!

Durante o primeiro semestre do ano de 1952, o sindicato cumpre a rotina: o presidente Galdino Amaral, o secretário Leôncio Bittencourt e o tesoureiro Cesário Dionísio reúnem-se

⁷³ Fonte: Para os anos de 1945 e 1952, Com salários de fome não é possível aos trabalhadores das minas terem existência condigna, **Folha do Povo**, 5 de agosto de 1952. Para o ano de 1951 ver: MILANEZ, Pedro. **Fundamentos históricos de Criciúma**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1991.p. 184.

⁷⁴ Folha do Povo 5 de agosto de 1952

no sobrado da Rua Coronel Pedro Benedet “para deliberarem sobre vários assuntos”⁷⁵. A maior parte da pauta das reuniões é composta por inúmeros pedidos de auxílio financeiro dos associados. São basicamente três tipos de solicitações: ajuda para documentação, despesas médicas e empréstimos. No primeiro caso estão pedidos de fotos 3X4 para a família, registro de filhos e auxílio para casamento civil. A ampla maioria destes pedidos é concedida. A situação muda nos outros dois casos. São negados inúmeros pedidos de radiografias de tórax e auxílio de internações hospitalares para membros da família. Os pedidos de empréstimo são todos negados.

Antes de demonstrar que tipos de assistência o sindicato fornecia, esses pedidos mostram algumas preocupações das famílias operárias. Pois as fotos e certidões normalmente estavam associadas à inclusão do mineiro em alguma caixa de assistência; as radiografias, aos inúmeros problemas de saúde decorridos do trabalho no subsolo; e os empréstimos, girando em torno de Cr\$ 200,00, mas chegando até Cr\$ 1.000,00, muitas vezes eram destinados a pagar dívidas nas vendas⁷⁶.

Essa aparente tranqüilidade da diretoria é quebrada no mês de agosto. O primeiro indício é a nota publicada na *Folha do Povo* de 11 de agosto, sobre as futuras eleições no sindicato dos mineiros, que aconteceriam em outubro. O jornal alerta da infiltração de “Elementos estranhos aos interesses da classe trabalhadora” que estariam “tentando intervir na indicação de candidatos aos postos eletivos do sindicato.”⁷⁷

Seguindo na leitura do periódico, no dia 18, há uma curiosa nota sobre a cassação do mandato do presidente Galdino Amaral. O jornal recusa-se a tecer comentários, informando apenas que o ex-presidente “pacificamente concordou em ficar licenciado do cargo.”⁷⁸ Por mais odiado que fosse um dirigente sindical, uma cassação de mandato não ocorre da noite para o dia. Talvez, estivesse ocorrendo um processo de erosão da legitimidade da diretoria. Em Partidos e Sindicatos, encontramos algumas informações sobre a decepção dos mineiros. Empossado em dezembro de 1950, após eleição em chapa única, Galdino “foi eleito assim num entusiasmo muito grande da classe trabalhadora. Mas não foi longe, não deu dois pulos e caiu nas mãos dos patrões”⁷⁹.

⁷⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Reunião da diretoria dia 21/01/1952**, livro de atas nº 1, ata nº 198, p. 42.

⁷⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Reunião da diretoria dia 29/03/1952**, livro de atas nº 1, ata nº 200, p. 45.

⁷⁷ As eleições do Sindicato dos Mineiros. **Folha do Povo** 5 de agosto de 1952.

⁷⁸ Sindicato dos Mineiros. **Folha do Povo** 5 de agosto de 1952.

⁷⁹ FERNANDES, op. cit., p. 62. A autora não especifica de quem é essa entrevista.

Mas é na leitura da ata da Assembléia Geral Extraordinária do dia 17 de agosto que encontramos dados muito mais interessantes⁸⁰. Estavam presentes à reunião 197 associados. Galdino era acusado de “violação dos estatutos e malversão [sic] do Patrimônio Social” incluindo-se aí “a compra de um automóvel velho, sem consentimento dos associados, atraso no pagamento do imposto territorial, má aplicação do imposto sindical e falta da necessária atenção às reclamações dos associados”.

Aí encontramos os nomes de Braz Tomaz Cardoso, que foi o requerente da assembléia, e Raimundo Verdieri, reconhecido anos mais tarde como dirigente comunista na cidade. Ambos foram indicados para secretariar a mesa, o que demonstra certa força política de uma oposição à diretoria.

O primeiro embate surge logo após a configuração da mesa. O presidente da Assembléia, João Estevão Fernandes, começa dizendo que a mesma não poderia ser realizada, pois o quorum mínimo era de 50% mais um dos associados requerentes. Tais instruções, continua Estevão, foram repassadas “verbalmente, pelo Senhor Delegado Regional do Trabalho”. Provavelmente essa afirmação não ajudou em nada o clima, pois o homem nem terminou de falar: foi aparteado por Braz Cardoso que disse desconhecer a formalidade e que “a mesma deveria então, constar dos editais publicados”. Ao verbo da DRT, o mineiro contrapunha a palavra escrita e acrescentava: que continuasse a sessão “sob pena de fechamento da sede do sindicato”. Foi aplaudido “pela quase totalidade dos presentes”. Braz usava de uma figura de linguagem muito comum, as intervenções do Ministério do Trabalho, que agora, na boca de um trabalhador, inflamava a reunião.

Acuados, os membros da diretoria, em conjunto com o advogado da entidade, tentavam esgrimir argumentos “legais” para remeter o caso às autoridades. Propõem fazer uma eleição secreta na Assembléia “cujo resultado iria depender da Delegacia Regional do Trabalho, a quem competia seu julgamento.” A cada repetição da proposta, uma bateria de inscrições dos associados, que “não estavam dispostos a consentir que o mesmo continuasse a frente do sindicato por mais dias” e que “de nenhuma maneira, se sujeitariam a votação em tais condições; que só votariam se o caso fosse resolvido na presente assembléia”.⁸¹

É Galdino quem faz a proposta de se licenciar, deixando o seu “substituto legal”, Leôncio Bittencourt, na presidência, o que é aprovado. Braz Cardoso é nomeado fiscal para

⁸⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 17/08/1952*. Livro de atas nº1, ata nº214, p. 56.

⁸¹ Idem, p. 57.

acompanhar os atos da diretoria até as próximas eleições. À DRT decide-se encaminhar um mero ofício. Assim, foi decretada “intervenção” dos trabalhadores no sindicato, após quatro horas de “rumoroso conclave”.

Os trabalhadores presentes não questionavam o imposto sindical. Antes, exigiam uma administração burocrática séria: os gastos de maior vulto deveriam ser discutidos com os associados. A queixa da falta de atenção pode ser interpretada tanto pela má vontade em engajar-se a favor dos operários nos dissídios coletivos, quanto pelo alto número de pedidos de auxílio financeiro negados, ponto extremamente sensível num quadro de preços altos e dívidas pessoais. Confirmando: a erosão atingia não só a legitimidade da diretoria do sindicato, mas também a autoridade da DRT.

Talvez por isso, o jornal não quis comentar o episódio. Também não encontramos mais, depois da assembléia, manchetes em grandes letras a respeito do salário dos mineiros. O eixo da discussão passa ser a crise da indústria carbonífera. Mas a “árvore da liberdade” já havia dado frutos, plantada indevidamente onde deveriam estar apenas, montanhas de carvão.

No dia 2 de outubro, acontece outra Assembléia Geral Extraordinária, desta vez convocada pelo sindicato. Tendo como objetivo oficial tomar “conhecimento do aumento de salários proposto pelos mineradores”, estavam presentes “mais de mil associados”. É o advogado do sindicato, Ênio Cavalazzi, que começa explicando a política das mineradoras:

(...) as Cias. Mineradoras pleiteavam da Cia. Siderúrgica [Nacional] um aumento de Cr\$ 40,00 por tonelada, mas, a referida Cia. Havia proposto um aumento, ou melhor, concordado com um aumento de sómente, de Cr\$ 27,00 por tonelada, com a condição de que fosse rebaixado o preço do carvão Irapuá, reduzindo ainda sua quota; que, as Cias., com aquele aumento de Cr\$ 27,00 por tonelada só poderiam aumentar 20% dos salários de seus (...) operários. [sic]⁸²

Não podemos deixar de recordar que, havia um mês, o presidente do sindicato fora deposto, entre outras coisas, “por falta da necessária atenção às reclamações dos associados”. Somando-se a isto o fato de estar acontecendo uma assembléia com cerca de 20%⁸³ da categoria presente, podemos compreender a generosidade da proposta inicial do sindicato de que “fosse pleiteado um aumento na seguinte base: [Cr\$] 17,80 a 30,00 – 60%, de 31 a 50,00 – 40%, de 51,00 a 70,00 – 30%, de 71,00 a 90,00 – 20% e de 91 em diante – 10%.”.

⁸² SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 02/10/1952*. Livro de atas nº1, ata nº218, p. 60.

⁸³ “(...) a cidade de Criciúma avulta como grande centro mineiro, nele mourejando cêrca de 5.000 trabalhadores em minas.” BOA NOVA Jr., Francisco de Paula. **Problemas médico-sociais da indústria carbonífera catarinense**. Rio de Janeiro: Departamento de Fomento da Produção Mineral, 1953. p. 13.

A tabela foi aprovada por unanimidade. Porém, a má vontade da direção e setor jurídico do sindicato para com uma atitude mais decidida na defesa dos direitos dos trabalhadores ainda transparecia. E os mineiros, tal como anteriormente, não estavam dispostos a esperar. Braz Tomaz Cardoso, escolhido na assembléia anterior para fiscalizar a diretoria, pergunta “mais ou menos a data em que perceberiam dito aumento”. E o advogado, demonstrando sua falta de tato político, responde que “não podia se comprometer porque tal caso dependia do Exmo. Senhor Presidente da República”. Ao mesmo tempo, contemporizando, Cavalazzi sugere reunir uma comissão para, junto com o sindicato, reivindicar “aquela pretensão”.

Nesse momento é que toma a palavra o operário Manoel Borges Xavier. Xavier havia sido um dos acusadores do ex-presidente Galdino Amaral, e seu verbo não estava menos afiado:

(...) com a palavra, disse que os operários nada tinham que ver com o aumento pleiteado pelas empresas e que estavam dispostos à luta; que unidos tinham força; que estavam dispostos a entrarem em greve desde aquele momento; que os empregadores tinham que reconhecer a força dos operários; que os operários não tinham medo de exército. [sic]⁸⁴

Aí está o núcleo da divergência entre os grevistas e o sindicato. Enquanto os dirigentes vinculavam estreitamente a majoração de salários à pauta dos patrões, outros mineiros declaravam sua autonomia frente à “grave crise” da indústria. Assumiam um discurso de classe não só contra os empresários, mas contra o Estado. A seu favor estava a união e disposição de luta. Para esses operários, o “reconhecimento”, ou a cidadania, tinha que ser conquistada a partir de uma demonstração de sua força.

O advogado tentou ainda ameaçar com o fantasma da fome (“os operários, geralmente em situação de miséria não podiam ficar sem trabalhar muitos dias”) e com a certeza do aumento, que de “qualquer maneira viria, pouco ou muito”. Mas se os mineiros não tinham medo do exército, o que os impediria de tentar? De qualquer forma, a última fala do Dr. Ênio causou algum resultado: “A maioria dos presentes acharam melhor fosse dado um prazo até o dia 10 do corrente para ser resolvido o caso”. Eram eles que davam os prazos agora.⁸⁵

Os três trabalhadores escolhidos para compor a comissão de classistas foram Antônio Manoel de Souza, Manoel Paulino Barbosa e Raimundo Verdieri. Na leitura da Folha do

⁸⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 02/10/1952*. Livro de atas nº1, ata nº218, p. 61.

⁸⁵ Idem. Ibidem

Povo, encontramos a comissão mais uma vez na assembléia de quinta-feira, 16 de outubro, às 16 horas, na sede do sindicato. No dia seguinte, uma outra reunião, dessa vez no sindicato patronal, demonstra que a pressão dos trabalhadores estava obtendo um reconhecimento de algo mais que o sindicalismo oficial.⁸⁶ Provavelmente foi uma situação semelhante a esta, ocorrida em São Paulo, em uma greve dos têxteis, no início da década de 1950.

“marchamos para uma campanha de aumento de salário, na assembléia já se elegia uma comissão para trabalhar junto ao sindicato, chamava-se ‘comissão de salário’. Era justamente essa comissão eleita, que reunia com a diretoria do sindicato e todas as discussões que ia ter com os patrões, comissão de salário estava junta. Os membros da comissão eram escolhidos na assembléia, apontados pelos companheiros da assembléia...”⁸⁷

Como já foi visto, era grande o clima de desconfiança entre trabalhadores e sindicato. E agora que se aproximava uma possível greve, seria suicídio político deixar no comando das negociações o vice de um corrupto e um advogado que não queria se comprometer. Mesmo sendo o advogado quem, na ata, propôs esta comissão, não podemos minimizar a pressão dos trabalhadores em criar um mecanismo de controle sobre as negociações. Até para tentar evitar a greve, a diretoria tinha que ceder e ainda assim, demonstrar certo domínio da situação. Referindo-se à conjuntura das mobilizações operárias na década de 1940, Hélio Costa aponta a estratégia dos sindicalistas atropelados pelos movimentos de massa:

“O primeiro impulso das entidades sindicais foi combater qualquer iniciativa que se desse fora do seu controle. Isto é, pleiteavam abertamente para si o papel de legítimos representantes dos trabalhadores, conforme anunciavam os dispositivos da lei. (...) procurando recuperar o tempo perdido, incorporavam algumas reivindicações dos trabalhadores, embora o fizessem de maneira genérica e tímida”⁸⁸

Em Criciúma, o sindicato não tinha escolha, a não ser aceitar a comissão. A escolha dos membros da comissão obedeceu a pelo menos um critério, somente observável indiretamente. Os três nomes da comissão eram candidatos à diretoria do Sindicato.

O Sindicato dos mineiros publica no dia 1º de setembro de 1952 um edital sobre eleições para a sua diretoria, que ocorreriam em 26 de outubro do mesmo ano. Estavam inscritas três chapas: a chapa 1 tem como primeiro nome, que supostamente é o candidato a presidente, justamente Antônio Manoel de Souza. A chapa 2, além de contar com o nome de

⁸⁶ Greve dos mineiros. **Folha do Povo** 20 de outubro de 1952.

⁸⁷ COSTA, Hélio da, op. cit., p. 157.

⁸⁸ Idem. p. 30.

Leôncio Bittencourt, apresenta Manoel Paulino Barbosa e a chapa 3 mostra Raimundo Verdieri como cabeça.⁸⁹ Provavelmente houve um acordo político entre as três chapas, acordo esse, porém, só possível dado o clima de pressão existente. Infelizmente, não foi possível determinar claramente que forças políticas compunham estas chapas. Sabemos que a chapa 2 era a situação e a chapa três muito provavelmente era apoiada pelos comunistas.⁹⁰ No entanto, ganhou a chapa 1.⁹¹

1.2.3 Práticas de resistência

O prazo dado pelos mineiros estava correndo. E agora corria atrás deles Heriberto Hülse, presidente do sindicato dos mineradores. No dia 6 de outubro, Hülse e Leôncio Bittencourt procuram os operários da CBCA. Foram pedir a “revogação da greve declarando ter recebido um comunicado do Rio de Janeiro, aprovando o aumento pleiteado, nos vencimentos dos mineiros”.⁹² O aumento a que a matéria do Diário da Tarde se refere, entretanto, não era a reivindicação mineira dos 10-60%, mas a proposta de 10-20% dos patrões. A proposta foi mais uma vez rejeitada, pois, entre os trabalhadores, se encontravam “pessoas sem escrúpulos” que, “objetivando vantagens pessoais provocaram confusões diversas no seio dos operários, declarando-se defensores da laboriosa classe, objetivando assim, captarem a estima da mesma.”⁹³ Ou então existiam uma forte solidariedade e organização nos galerias das minas, comprometida em buscar “vantagens” coletivas.

A greve estoura no dia 10 de outubro. A primeira companhia a parar é justamente a CBCA, mas era “voz corrente que a greve se estenderá por outras carboníferas”⁹⁴. Alcides Goularti Filho cita que a “greve foi geral em Criciúma e Urussanga, onde pararam as minas da Próspera, Boa Vista, Criciúma, Cocal, Metropolitana, São Marcos, Caeté, Catarinense, Montenegro, Rio Maina, Brasil e União.”⁹⁵ O Sr. Adílio da Silveira conta como parou a mina em que trabalhava:

⁸⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. EDITAL. **Folha do Povo**. 1º de setembro de 1952.

⁹⁰ Em 1952 temos a extinção de atestado ideológico para líderes sindicais candidatos aos cargos eleitorais.

⁹¹ Eleições no Sindicato dos Mineiros. **Folha do Povo**. 5 de dezembro de 1952. A eleição foi adiada para o dia 30 de novembro provavelmente em função da greve

⁹² FREYELESBEN, Mário. Ameaças de linchamento e desacato ao atual regime do país. **Diário da Tarde** 4 de novembro de 1952.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Os mineiros entraram em greve. **Folha do Povo**. 13 de outubro de 1952.

⁹⁵ GOULARTI Filho, op. cit., p. 288.

Começou na CBCA, eu lembro que eu trabalhava na União, e veio uns elementos da CBCA. Eu tinha uns primos, o Antônio Artur, o Tobide. Só chegaram ali nós paramos e já acompanhamos eles. Fomos pra Mineração [Geral do Brasil]. O Antônio era meio louco, chegou lá ... chegou já fazendo rebardaria na mina.⁹⁶

Ou seja, os mineiros organizaram piquetes para propagar o movimento. Mas não apreciavam “rebardarias”, coisa de gente meio louca. Preferiam convencer os operários pacificamente. A cada mina, chegando por meio de “galhotas”⁹⁷, a massa de trabalhadores crescia.

O centro de gravidade da movimentação era a CBCA. De lá partia o primeiro piquete aguardado pelos operários. Como já vimos, o futuro presidente “combativo,” Antônio Parente, e o membro da comissão de classistas, Raimundo Verdieri, trabalhavam nessa companhia. É o Sr. Adílio que esclarece:

Qualquer coisa nós esperávamos o movimento vir da CBCA. Às vezes nas outras minas, o pessoal tava agitado. Mas esperavam a turma da CBCA porque lá eles eram decididos. Eles faziam piquete, formavam um grupo e iam. Já avisavam antes. Chegavam lá nas outras minas como era a União que era onde eu trabalhava, nós já tínhamos uma equipe esperando eles. Nós incentivávamos o pessoal a parar e a turma era companheira, aceitavam.⁹⁸

A articulação por locais de trabalho foi importantíssima para a generalidade do movimento. Essas equipes, que estavam esperando o piquete da CBCA, tinham legitimidade no meio da “turma”. As relações de solidariedade e companheirismo desenvolvidas nas minas punham-se em movimento pelo aumento de salários. Aos poucos, o medo de represálias diminuía visto que existiam companheiros “decididos” a prosseguir.

A greve se estendeu por mais 11 dias, aparentemente sem maiores incidentes. No dia 16, na referida assembléia, compareceram, segundo a Folha do Povo, mais de 2.000 trabalhadores. A situação ainda não estava definida e nenhuma resposta ainda se havia obtido dos patrões ou governos. Contando com as presenças do prefeito Paulo Preis e do padre Estanislau Cizeski, a reunião devia estar um pouco tensa, pois os oradores foram “todos unânimes em pedir calma e confiança no que pretendem agora.”⁹⁹

A resposta dos patrões veio no dia seguinte, dia da publicação do Decreto nº 31.613¹⁰⁰. O aumento ficava entre 10 e 25% contra a tabela de 10 e 60% proposta pelos trabalhadores. Depois de tanta orquestração, o advogado do sindicato mineiro “indagou se não seria possível

⁹⁶ Adílio Melo da Silveira, entrevista concedida a Gustavo Perez Lemos em 06 de setembro de 2004.

⁹⁷ Carros de boi, carroça.

⁹⁸ Adílio Melo da Silveira, entrevista concedida a Gustavo Perez Lemos em 06 de setembro de 2004.

⁹⁹ Greve dos mineiros. **Folha do Povo** 20 de outubro de 1952.

¹⁰⁰ Decreto que aumentou o preço do carvão comprado pela CSN.

aos Srs. mineradores calcular o aumento por conta das carboníferas.” Ouviu um sonoro não, traduzido pelo jornal como “... as carboníferas não poderiam atender ao quanto solicitavam em razão de estarem sobrecarregadas de encargos”¹⁰¹

Seria de se esperar que as negociações continuassem, que os operários exercessem maior pressão, e que cedessem os lados do dissídio. Mas o que se seguiu foi a repressão policial e a imposição da decisão dos mineradores na questão. O depoimento de Rosária Méis Sanches Costa, professora da companhia Próspera, empresta ares de armadilha premeditada ao que se segue:

Aí se reuniram a cúpula dos mineradores e mandaram avisar aos membros do sindicato de que a resposta seria dada às 3 horas da tarde da sacada da casa do Seu Heriberto. O Seu Heriberto morava exatamente em cima onde era o Lojão HB, agora tem uma loja de tecidos ali, tinha uma sacada. Moral da história: a partir da 13:30 os mineiros, todos da região de Criciúma se reuniram naquele trecho ali para ouvir o pronunciamento deles, que eles iriam dar a resposta, para encerrar a greve e resolver a situação. Só que quando os mineiros se reuniram ali, talvez um pouco para cima entre a estação do café São Paulo, aquilo ali era um mar de homens. O Dr. Sebastião Neto Campos¹⁰², providenciou junto, acho que o Irineu Bornhausen, que era governador na época, a vinda da polícia de choque de Florianópolis. (...)

Os mineiros estavam preparados para o confronto. Porém, num lance mais parecido com manobras militares, a polícia encontra um flanco desguarnecido:

Os mineiros tinham colocado piquetes na estrada aqui na Próspera com medo de um revide, eles colocaram piquetes aqui, porque a polícia tinha que vir de Florianópolis por aqui, não tinha outro jeito, e na entrada de Criciúma que viesse de Araranguá, para que eles não tivessem reforço (polícia). Sabe por onde a polícia entrou? Por Urussanga, e ali não tinha ninguém vigiando¹⁰³

Esperava-se uma intervenção policial. Talvez os anos da disciplina de guerra e do governo Dutra soprassem ao ouvido. Os mineiros de Criciúma não poderiam ser considerados “marinheiros de primeira viagem”. A sofisticação da resistência era tal que duas entradas da cidade eram vigiadas pelos grevistas. Talvez os mineiros estivessem contando com a ação dos companheiros de Urussanga, que também estavam em greve. Mas infelizmente os policiais

(...) entraram por Urussanga, dividiram as várias companhias, como o pessoal estava aqui na Próspera, no centro não tinha ninguém cuidando, eles estavam aglomerados ali, qualquer atitude suspeita, o pessoal vinha e comunicava e o pessoal dispersava, a partir do hospital São José eles se dividiram e foram descendo contornando, entraram pela rua, onde tinha o SESI ali, entraram por cima da estação, vieram pelo outro lado da cidade e eles encurralaram os mineiros, eles bateram tanto Meu Deus! Eles massacraram, eles não tinham como revidar, eles

¹⁰¹ Greve dos mineiros. **Folha do Povo** 20 de outubro de 1952.

¹⁰² Um dos donos da CBCA.

¹⁰³ Entrevista de Rosária Méis Sanches Costa. Concedida a Marli de Oliveira Costa em 14 de junho de 1998.

estavam de mão limpa. Eles usavam esses cacetetes para dispersar a multidão, eles já entraram batendo. Não houve pronunciamento nenhum, houve massacre. Eles não tinham como sair. (...) Aquilo ali é um funil. Entrou o pessoal da Próspera, o pessoal da CBCA. Eles racharam cabeças, eles quebraram braços. (...) ¹⁰⁴

A ação dos mineiros de isolar a cidade da intervenção policial pode ser interpretada como uma tentativa de restringir a ação do Estado na negociação. O centro da cidade seria um “território livre”, onde mineiros e patrões, cara a cara, discutiriam o aumento de salários. Não podemos esquecer as palavras do mineiro Manoel Borges Xavier: “os operários nada tinham que ver com o aumento pleiteado pelas empresas e que estavam dispostos à luta”. O governo poderia até aumentar os preços do carvão, mas a proporção que caberia aos salários pertencia a uma disputa local.

No dia seguinte após os espancamentos, é feita a assinatura do “acordo”. Antes da Assembléia final, os mineiros “acompanhados de suas esposas”, ainda fazem uma última caminhada pelas ruas da cidade, arrecadando fundos para “custear os gastos diários”. O clima de derrota é evidente: nem mesmo seria reivindicado o pagamento dos dias parados. Mesmo assim, segundo o jornal, o fim da greve foi contestado por uma parcela dos trabalhadores na assembléia final.

O “acordo” é o seguinte:

“Cláusula 1ª. Fica aprovada a seguinte tabela:

1º Escolhedeiras e menores de 18 anos, não aprendizes Cr\$ 20,00.

2º Salário base para todos os trabalhadores maiores de 18 anos que percebem menos de Cr\$ 25,00 passarão a ganhar Cr\$ 30,00.

3º salários de Cr\$ 25,00 a 40,00 terão aumento de 25%

4º “ “ Cr\$ 40,10 a 50,00 “ “ de 20%

5º “ “ Cr\$ 50,10 a 70,00 “ “ de 15%

6º “ “ mais de Cr\$ 70,00 “ “ de 10%

Cláusula 2ª. Os trabalhadores que estiverem recebendo o adicional ‘Macedo Soares’, terão o mesmo aumento incorporado aos salários para o efeito da incidência dos aumentos a que se oferece a cláusula 1ª. ¹⁰⁵

O requinte de crueldade da cláusula 2 chama a atenção. O adicional ‘Macedo Soares’ foi concedido em 1945.¹⁰⁶ Os mineiros que ainda recebiam esse abono tinham, no mínimo, sete anos de subsolo, cerca de metade da vida produtiva de um mineiro.¹⁰⁷ Quanto às

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Ainda o caso da greve dos mineiros. **Folha do Povo**. 27 de outubro de 1952

¹⁰⁶ Com salários de fome não é possível aos trabalhadores das minas terem existência condigna. **Folha do Povo**, 05 de agosto de 1952.

¹⁰⁷ “após 15 anos de subsolo eles são homens precocemente envelhecidos, cansados e pobres.” VOLPATO, Terezinha Gascho. **Vidas Marcadas: trabalhadores do carvão**, op. cit., p. 179.

demissões, não foi encontrada nenhuma pista. Talvez, por conta da comoção pública causada pela imagem da pancadaria, os mineradores sentiram-se pouco à vontade em aplicar mais este castigo.

Os empresários não poderiam prescindir da “força pública” do Estado para enfrentar os grevistas. O clima de reivindicação, que se configurava nas páginas dos jornais e nas falas dos mineradores tinha um claro limite: somente haveria majoração de salários na proporção do aumento do carvão. Esta era a engrenagem dos lucros da indústria carbonífera. Os mineiros, ao contestarem este sistema, inventaram, no centro da própria engrenagem, a contra-mola que resiste.

1.2.4 E o sindicato?

Mas afinal, o sindicato apoiou ou não a greve? Goularti Filho, constatando que as atas da entidade nada dizem a respeito dos acontecimentos, diz que a “greve ocorreu à revelia do sindicato de Criciúma”¹⁰⁸, e que a postura foi de indiferença, pois a única medida tomada pelo presidente do mesmo “foi enviar um telegrama ao presidente Vargas para pedir aumento no preço do carvão.”

Já no livro de David Coimbra, “Atravessando a Escuridão: memórias de um comunista casual”, o futuro líder mineiro dos anos 60, Jorge Feliciano, aponta para um papel mais “ativo” do sindicato; o auxílio da repressão:

“No corre-corre dos trabalhadores, Jorge viu, com os olhos esbugalhados de revolta e surpresa, o presidente do Sindicato dos Mineiros, Nico Laurindo, ao lado do motorista de ônibus, mostrando ao chefe de polícia quem eram os líderes do movimento.”¹⁰⁹

Já estudamos as atas das assembleias e as notícias da Folha do Povo. Assim, não concordamos que a greve aconteceu à revelia do sindicato. Esta entidade atuou nas assembleias, encaminhou telegramas às autoridades, esteve na mesa de negociações, defendendo posições políticas. O movimento não aconteceu simplesmente à revelia da entidade, mas também foi influenciado por esta força.

¹⁰⁸ GOULARTI Filho, Alcides e LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960, op. cit., p. 288.

¹⁰⁹ COIMBRA, op. cit., p. 39. O presidente, na verdade, era Leôncio Bitencourt.

O sindicato se mostrou contra a greve. Ele procurou evitá-la desde o início, na assembléia do dia dois de outubro e alguns dias mais tarde, em conjunto com Heriberto Hülse. Sua posição era de esperar pelo aumento do carvão e negociar a partir daí. Mas também de manter o controle da situação. Uma greve poderia facilitar o surgimento de novas lideranças, como podemos concluir com o relato do Sr. Adílio:

Entrevistador: Essa greve o sindicato apoiou?

Sr. Adílio: Apoiou...

Entrevistador: E aquela história que o presidente do sindicato saiu dedando quem eram os grevistas?

Sr. Adílio: Foi, foi mesmo! Foi verdade, essa greve surgiu pela turma da CBCA. (...) Que eram os mais quente, eram quem agitava. Mas eles não estavam no sindicato ainda. Foi o Raimundo Verdieri, o Parente. Tinha o Nego Badias e tal. Por isso é que veio a polícia. A greve surgiu contra a vontade do sindicato, que eu não me lembro quem era o presidente na época. Não sei se era o Azemir...¹¹⁰

Jorge Feliciano também não lembrava o nome do presidente do sindicato. Mas a lembrança do Sr. Adílio indica um papel do sindicato na repressão, corroborando a fala de Feliciano. “Por isso é que veio a polícia”! Temos mais um reforço à idéia de que aos patrões (e ao sindicato) interessava estabelecer limites precisos à ação dos trabalhadores.

Provavelmente, este seria mais um evento considerado “corriqueiro” não fosse a intempestiva ação da polícia militar. Quando chegaram as forças da capital e começaram as escaramuças, o centro da cidade estava cheio. Além dos mineiros, sofreram violências físicas comerciantes, populares e autoridades, entre elas o próprio prefeito da cidade, Paulo Preis. Um dia após os ocorridos, os comerciantes, com apoio dos “choferes de praça”, fecharam as portas dos estabelecimentos do centro da cidade “na tarde de hoje [dia 22 de outubro], num movimento espontâneo de repulsa e protesto às violências policiais praticadas no anoitecer de ontem, em pessoas de nossa classe e amigos de nossa sociedade”¹¹¹.

Na opinião do Sr. Adílio, tudo não passou de um mal entendido entre a “burguesia”:

E (a burguesia) vieram em cima porque estavam esperando... a polícia, para combater os grevistas. (...). E o (comandante da polícia) Astrogildo saltou, eles foram de peito pro Astrogildo e ele não conheceu ninguém e mandou descer o cacete (...) foram se defender muitos deles dentro da igreja. E o pau pegando e a borracha pegando.¹¹²

¹¹⁰ Adílio Melo da Silveira, entrevista concedida a Gustavo Perez Lemos autor em 06 de setembro de 2004.

¹¹¹ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CRICIÚMA. **Folha do Povo**. 27 de outubro de 1952

¹¹² Adílio Melo da Silveira, entrevista concedida a Gustavo Perez Lemos autor em 06 de setembro de 2004.

Nas lembranças de Alda Preis, filha do prefeito, seu pai estava no local para “apaziguar os dois lados”, mas não escapou da briga:

(...) o meu pai falou, chegou com uma marca nas costas, que alguém cortou a luz, e veio um monte de policiais que estavam escondidos, e bateram em todos com aqueles cassetetes de borracha, que parece foi mandado pelo governador, aquele Trugílho Melo, (...) eu sei que sentaram o pau em todo mundo, até o meu pai levou uma pancada nas costas, isso que ele foi lá para apaziguar os dois lados. Isso eu lembro bem.¹¹³

¹¹³ Entrevista de Alda Bortolotto Preis. Concedida a Silvia Reiner em 30 de novembro de 2000.

1.3 Confusões sindicais em Criciúma

Após a greve de novembro de 1952, o sindicato mineiro entra em processo eleitoral. São três chapas concorrentes, encabeçadas por Antonio Manoel de Souza, Manoel Paulino Barbosa e Raimundo Verdieri, saindo vencedor o primeiro. Ao apagar das luzes, os quase ex-dirigentes sindicais aprovam uma “gratificação” à diretoria por “indenização de dias de serviços prestados, diferença de férias, repouso, etc.”. Os três, presidente, secretário e tesoureiro, desfalcam o “egrégio órgão de classe” em Cr\$ 5.000,00.¹¹⁴

A nova diretoria toma posse em 30 de novembro. Eram grupos opostos, mas em sua primeira reunião, já em 20 de dezembro, a generosa ata dos antigos diretores é aprovada sem qualquer ressalva. Logo depois, esta decide efetuar um empréstimo com a companhia Mineração Geral do Brasil, no valor de Cr\$70.000, “para pagar dívidas da diretoria anterior”.¹¹⁵

Ao ler as atas do sindicato dos mineiros de Criciúma, podemos ter uma idéia de como certos grupos agiam dentro do órgão. A pergunta que fica é: era considerado normal (ou legal) fazer empréstimos com companhias ou aprovar “gratificações” a si mesmos? Mas continuemos...

Em treze de fevereiro de 1953, nova reunião presidida por Antonio Manoel de Souza. Curioso é saber da existência de um revolver de propriedade da agremiação, que na ocasião, foi comprada pelo presidente por Cr\$ 1.500. Mais intrigante ainda, é que o mesmo “solicitou, ou melhor, pediu” auxílio do sindicato, para pagar o aluguel da sua casa. A justificativa do pedido do mesmo para tal era que os funcionários já tinham esse “direito”. Os presentes resolveram deixar para depois o assunto.¹¹⁶

A temperatura esquenta a partir de maio. Em 24 de abril, o secretário reclama que seus companheiros começaram a reunião sem sua presença. Na reunião seguinte, no dia 7 de maio, diretoria e conselho fiscal reúnem-se e decidem afastar Antonio Manoel de Souza da chefia do órgão, sendo substituído pelo secretário, Pedro Antônio da Silveira. O presidente do conselho fiscal, José Fernandes, alega violação dos estatutos por parte de Antonio Manoel e sugere que o mesmo não viaje ao Rio de Janeiro, o que havia sido discutido na reunião

¹¹⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Reunião da diretoria de 25/11/1952**. Livro de atas nº1

¹¹⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Reunião da diretoria de 20/12/1952**. Livro de atas nº1

¹¹⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Reunião da diretoria de 13/02/1953**. Livro de atas nº1

anterior, sem o consentimento do conselho e da assembléia geral. Foi decidido recorrer à Delegacia Regional do Trabalho para verificar a situação financeira.¹¹⁷

Uma semana depois, contam-se 350 associados na assembléia. As acusações são feitas mais uma vez por Fernandes, e são muitas:

- 1- venda de uma parte do terreno do sindicato, sem consulta à assembléia.
- 2- venda de uma casa em Lauro Muller por Cr\$12.000, sem consulta à assembléia, quando a mesma tinha custado Cr\$18.000.
- 3- pagamento de Cr\$5.220, de indenização, a funcionária do sindicato, Maria Alves.
- 4- pagamento de Cr\$4.700, de indenização, ao chofer Irineu Meiz.
- 5- troca de um revólver, com o retorno de Cr\$500, para Pedro Aguiar, pago pelo sindicato.
- 6- troca do mesmo revólver, com o retorno de Cr\$1.550, para Manoel Paulo Corrêa, pago pelo sindicato.
- 7- viagem ao Rio, sem consulta à assembléia.
- 8- empréstimo tomado das carboníferas, sem consulta à assembléia.¹¹⁸

Num primeiro momento, os presentes se posicionaram pela saída de Antonio Manoel. O delegado Raul Pereira Caldas, porém, sugeriu fosse feita uma devassa por um contabilista, para provar as denúncias. Para o representante do governo, a suspensão efetuada na reunião anterior era ilegal, pois esta só poderia ser feita em assembléia. Uma comissão, mais uma vez por conselho do delegado, foi composta para acompanhar a investigação.

Logo em seguida, o funcionário do sindicato, Pedro Andrade, tenta repetir as acusações ao presidente afastado. Braz Tomaz Cardozo então, pede a palavra para defender o réu, mas nem chega a falar. É interrompido por Raul Caldas, pois “não se estava (...) condenando ninguém”. Raimundo Verdieri, por sua vez, pede para ser nomeada uma junta governativa para dirigir o sindicato e, de quebra, lê uma pauta de reivindicações. O delegado interfere mais uma vez, dizendo que reivindicações não estavam na pauta do dia, e que o recurso da junta governativa era “completamente ilegal”

Braz Cardozo é conhecido dos conclaves. Foi ele um dos responsáveis pela assembléia que cassou o presidente Galdino Amaral, no ano anterior. Na ocasião, desafiou o conselheiro João Estevão, de “fechamento da sede do sindicato”, pois não aceitava argumentos legais, repassados “verbalmente, pelo Senhor Delegado Regional do Trabalho”, à diretoria de então. Verdieri, um dos líderes da greve de 52, foi membro da comissão de negociação daquele movimento.

¹¹⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 24/04/1953*. Livro de atas nº1

¹¹⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 03/05/1953*. Livro de atas nº1

Mas que força tinha o Sr. Raul Pereira Caldas! Pelas atas, o delegado impôs todo o encaminhamento da situação, puxou a orelha do conselho fiscal, apartou as discussões e restringiu a pauta. A primeira vez que Caldas subia ao cargo foi em 1940, mas ficou pouco tempo. Em 1945, entretanto, volta para ficar até 1959, com alguns pequenos intervalos, quando era substituído interinamente¹¹⁹.

A comissão de acompanhamento e o contabilista Wilson Barata apresentaram suas conclusões na assembléia de 21 de junho, na presença de 244 mineiros. De início, condenaram-se os procedimentos da diretoria, em fazer a contabilidade com um escritório de Porto Alegre. A cada dois ou três meses, deslocavam-se diretores para a capital gaúcha, onerando o sindicato. O revólver, que nas contas aparecia como adquirido por Cr\$ 1.500, na verdade havia sido trocado por outro, com o sindicato pagando esta quantia de diferença. O presidente, para andar bem apessoado, gastou mais de Cr\$2.000 com dois ternos, camisa e mala de viagem. Fez tudo isso a título de “ajuda de custo” e sem autorização. Vendeu um terreno do sindicato, no valor de Cr\$15.000 e manteve o dinheiro em seu poder, sem passar pelo caixa. Não repassou a tesouraria mais de Cr\$8.500, referente às contribuições de março de duas companhias. No total, a importância “sob a responsabilidade” do presidente chegava a Cr\$45.977.

O réu foi defendido na Assembléia pelo advogado Dante de Patta, mas infelizmente, não foi registrada sua argumentação. Em votação secreta, a surpresa: Antônio Manoel foi absolvido pelos presentes por 57 votos a 50.¹²⁰

As coisas se acalmaram depois disso. O sindicato retoma sua rotina e arranja tempo até para defender os interesses dos seus associados. Uma nova assembléia é convocada em 26 de julho, para discutir a gratificação anual. Dado muito importante é que na ocasião foram formadas comissões por minas. O objetivo seria “pleitear o assunto dentro de 30 dias, sob pena de recorrerem ao último recurso”. Era uma ameaça de greve:

CBCA: Antonio Borges, José Hipólito Filho, Raimundo Verdieri. **São Marcos:** Antonio Modesto Dutra, Artur Ricardo, Eugenio Ferreira. **Metropolitana:** Ernesto Sebastião Rodrigues, Antonio Fidele, Juvenal Manoel David. **Catarinense:** (sem representante). **União:** José Antonio da Silva, José Nascimento Garcia, Valvito Manoel Martins. **Geral do Brasil (Mina Barão do Rio Branco):** Silvio Guidim, Braz Tomaz Cardozo, Anestor Antonio Felisberto. **Geral do Brasil (setor de Santana):** Pedro Manoel da Silva, Clemente Kesterina, Estevão Bittencourt. **Próspera:** Onofre Godim, Elpidio Meiz, Protásio Farias. **CSN:** Sebastião Adílio de Souza, Dinarte Manoel Cardoso, Aroldo

¹¹⁹ <http://www.mte.gov.br/delegacias/SC/Conteudo/Conheca/delegados.asp> - acesso em 18/08/2005

¹²⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 21/06/1953*. Livro de atas nº1

Bargem. **Mina Brasil**: Pedro Domingos Eliotério, João Pinto, Julio Domingos. **Mina Boa Vista**: João Antonio Feliciano, João José Alano, Pedro Pereira.¹²¹

A comissão foi convocada pelo presidente para uma reunião no dia 2 de agosto, para tratar das seguintes reivindicações:

- A) pleitear o abono família, sem número limite de filhos e na mesma importância da CSN para todos os mineiros.
- B) pleitear o fornecimento gratuito de explosivo¹²².
- C) enviar telegramas apressando a criação de uma junta de conciliação e julgamento cujo projeto já estava há mais de um ano no senado federal.
- D) pedir criação imediata de um posto de fiscalização do ministério do trabalho.¹²³

A julgar pela pauta, pode-se dizer que os mineiros não estavam lutando apenas por salários, mas também por melhores condições de trabalho. A CSN havia adquirido a companhia Próspera em abril, mas já estava presente no sul do estado desde 1943. Segundo Roseli Terezinha Bernardo, “a atração que a CSN exercia sobre os trabalhadores provocou irritação nos dirigentes de outras mineradoras da região carbonífera”.¹²⁴ A companhia normalmente pagava salários maiores e oferecia outros direitos aos operários, o que encorajava a luta pela ampliação destes a toda a categoria.

Na reunião da comissão, no dia 2 de agosto, é escolhida uma comissão central composta por Auzenir Guimarães Carvalho (Metropolitana), João Estevão Pinter (pela mina Brasil), Protázio Faria, Raimundo Verdieri, João Feliciano, Antonio Modesto Dutra, Braz Tomaz Cardozo e Valvito Manoel Martins. Foi incluído, na pauta de reivindicações, o direito de todos os mineiros abastecerem-se nos armazéns do SESI, cabendo as companhias providenciarem um sistema de desconto semanal ou vales.

No mais há um grande hiato nesses registros até 15 de novembro, quando se realiza uma nova assembléia. Na pauta a aprovação do “Acordo Saulo Ramos”, estando presente o mesmo (era deputado federal pelo PTB) e uma comissão de funcionários do ministério do trabalho. Cabe lembrar a ascensão de João Goulart ao ministério, em junho do mesmo ano, o que certamente influenciou as negociações. O governo federal disponibilizava uma verba de 30 milhões de cruzeiros para as companhias efetuarem o pagamento. Os aumentos graduais,

¹²¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 26/07/1953**. Livro de atas nº1

¹²² O mineiro comprava o explosivo da empresa. Se a camada de carvão fosse muito dura, acabava por dar prejuízo ao trabalhador

¹²³ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Reunião da diretoria de 02/08/1953**. Livro de atas nº1

¹²⁴ BERNARDO, Roseli Terezinha. CSN em Siderópolis: as lembranças e as marcas da mineração. In: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 367.

de 20 a 40%, dependendo a faixa salarial, só seriam pagos a cada mês quando o dinheiro estivesse no caixa. Qualquer atraso do governo e os mineradores não seriam obrigados a garantir nada.

O aumento ainda fixava uma série “deveres” das partes envolvidas. O trabalhador que faltasse ao serviço sem justificativa, seria descontado do ajuste por uma semana. Os patrões não poderiam admitir trabalhadores por salários menores. E o governo controlaria o aumento do custo de vida na região.¹²⁵

Acabou aí a “lua de mel” entre o presidente e os demais membros da chapa. Em mais uma reunião entre diretoria e conselho fiscal, estes acusam Antonio Manuel de malversação do patrimônio do sindicato. Em virtude disso, todos renunciam aos cargos e chamam uma assembléia para o dia 23 de novembro.

Com 641 presentes, a assembléia, pela primeira vez divulgada na rádio local, começa nervosa. Logo no início, o presidente declara sua renúncia e propõe a escolha de três associados para comporem uma junta governativa. A seguir, o presidente do conselho fiscal, José Fernandes, lê a carta de renúncia coletiva dos demais. Mais uma vez, apresenta-se o resultado da perícia do contador Wilson Barata.

O representante do ministério, Astrogildo Rocha, estava presente, mas dessa vez nenhuma censura a proposta da junta. Ao contrário, o orador enalteceu “a classe laboriosa”. A seguir, foram escolhidos e aprovados por aclamação os associados Auzenir Guimarães Carvalho, Luiz Geraldo dos Passos e Manoel Quintino de Souza.¹²⁶

Certas desconfianças cercam a assembléia e a escolha dos três. Primeiro o mesmo contador responsável pela perícia, Wilson Barata, foi contratado pelos novos membros do sindicato. Segundo, em 22 de janeiro de 1954, Braz Thomaz Cardozo, Raimundo Verdieri, Manoel Borges Xavier, João Mello e Rubens Garcia da Silva são expulsos do “quadro social” do sindicato “por terem mal (sic) conduta caindo de acordo com estatuto deste sindicato no artigo 12 doze, parágrafo 1º, alínea ‘a’”.¹²⁷

O ano de 1953 foi de intensa disputa pela direção do sindicato. Pode-se perceber, por um lado, que certos diretores procuravam tornar esse local em espaço privado. Antonio Manoel não era o primeiro, nem seria o último presidente questionado por atividades pouco nobres. Maiores pesquisas poderão dizer quais as motivações dessas pessoas. Por isso, até

¹²⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 15/11/1953**. Livro de atas nº1

¹²⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 23/11/1953**. Livro de atas nº1

¹²⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Reunião da diretoria de 22/01/1954**. Livro de atas nº1

aqui, não podemos ter uma noção sobre as práticas dos acusadores do presidente, nem porque era defendido por ex-grevistas. O certo é que a cômoda divisão entre pelegos e combativos não dá conta desse quadro, que mal começa a desenhar-se.

1.3.1 Comunistas e Comadres

Rubens Garcia da Silva conta que a expulsão servia exatamente para impedir sua participação no sindicato. E mais a eleição de uma chapa de oposição.

“Nossa linhagem era participar de tudo o que tivesse acontecendo. E eles não queriam que nós participássemos. Nós éramos associados (...) e no fim conseguiram botar nós pra rua. (...) nós levamos uns seis meses pra voltar. Nós fomos em todas as minas que nós éramos conhecidos e pegamos a assinatura de um por um, fizemos um memorando com bastante fundamento. Eles sabiam que se nós participássemos de chapa ganhava o nosso candidato, não o deles”¹²⁸

Maria Isabel Verdieri, filha de Raimundo, conta que seu pai estava no Rio de Janeiro. Após um mês e meio de viagem, ele chegava com “uma grande vitória pros trabalhadores”. Possivelmente ela se refere à comissão criada em julho de 1953 que negociou o “Acordo Saulo Ramos”. Assim, é provável que a expulsão dessas pessoas tenha se dado após um momento de destaque político junto aos mineiros. Como ressalta Garcia, eles queriam “participar de tudo”

Para aprovar a expulsão, argumentos não faltavam. Auzenir tinha um na ponta da língua: “vermelhos”¹²⁹. Cabe lembrar que o chamado “atestado ideológico”, instaurado ainda no governo Dutra, era abolido em agosto de 1952. A retórica do governo frente à militância comunista, entretanto, pouco havia se modificado. Embora essa postura, apresentasse sinais de liberalização, com a posse de João Goulart, a mancha de comunista seria freqüentemente utilizada como arma política local.¹³⁰

Segundo Maria Isabel, Raimundo queria “promover uma greve, uma coisa nesse sentido”. Porém não se encontram indícios do mesmo. O fato é que Verdieri e seu grupo

¹²⁸ Entrevista de Rubens Garcia da Silva a Gustavo Perez Lemos em 18/01/2006

¹²⁹ Entrevista de Auzenir Guimarães Carvalho a Gustavo Perez Lemos em 15/04/2006

¹³⁰ O Ministro do Trabalho Segadas Viana, mesmo depois de abolido o atestado afirmava que “ele exigia e continuaria exigindo (...) uma simples declaração dos candidatos de que não professam ideologias contrárias ao regime.” Viana foi substituído por João Goulart em 18 de junho de 1953. BUONICORE, Augusto César. Sindicalismo Vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. In. Cadernos AEL, v. 7, n. 12/13, 2000.

ficaram visados. No rádio as notícias descreviam que a polícia procurava um “homem enorme, forte, com bigode (...), um italiano”¹³¹.

Para a esposa de Raimundo, Iara, as coisas perderam o controle. Com o marido fugitivo, ficava difícil de sustentar a casa. A salvação era apelar pra caderneta, não fosse ele taxado de comunista.

Aí a mãe foi fazer compras, naquele tempo se comprava de caderneta (...). O dono da venda, Henrique, disse assim: não vendo mais pra ti. A mãe disse: Sim, por quê? (...) Ele assim: “o teu marido vai ser morto, porque eu to ouvindo no rádio. Vai ser preso. E eu não vou sustentar filho de comunista que ele não vai poder me pagar. (...) Aí a mãe foi até a cozinha, chegou em casa chorando, sem compra, sem comida, pegou um monte de remédio que tinha e quis se envenenar. Quis se matar.”

Dona Iara conseguiu algum dinheiro com a sogra. Também foi visitar a família o Médico Manif Zacharias, comunista e maçom. Com ele, um grupo de mulheres ligadas ao PCB. Segundo Maria Isabel, sua mãe estava completamente desesperada e pensava em fazer um aborto da criança que esperava, Maria Isabel. As mulheres e o médico foram lhe entregar o dinheiro, mas encontram a mesma desmaiada.

A história assume ares cômicos quando um grupo de vizinhas chega ao local e se deparam com uma mulher desacordada e comunistas em volta:

E assim ficou uma ala, das vizinhas amigas, das comadres e a das comunistas. (...) As negras, que eram quase todos negros os vizinhos, e as comunistas, intelectuais. Elas diziam: “as companheiras não confiam em nós. Nós não vamos deixar os seus filhos morrerem de fome” A mãe nunca tinha passado vergonha e disse assim “eu não confio em ninguém numa hora dessas, eu só confio em deus!”. Aí as comunistas se olharam e as vizinhas ficaram encarando porque elas acharam que foi cara de deboche. Se olharam porque debocharam da mãe, porque a mãe falou em deus. Aí ficou aquela coisa assim meio em atrito

Se antes, Iara Verdieri era destrutada pelo comerciante, agora comunistas e comadres disputavam quem poderia cuidar dela e de seus filhos. Entretanto, justamente o compadre de Raimundo, Luis Geraldo dos Passos, era um dos responsáveis pela sua expulsão.

À noite a polícia cercou a casa. Verdieri apareceu dias depois, mas não foram encontradas maiores conseqüências.

Se a estratégia de Auzenir e consortes era garantir a permanência no sindicato, o trabalho foi perfeito. A eleição de março de 1954 é cancelada por falta de quorum: dos 51% exigidos pelo estatuto, compareceram 38,9% pelas contas da junta governativa. Certamente, um razoável número de operários e deixou de comparecer ao pleito, simplesmente por falta de

¹³¹ Entrevista Maria Isabel Verdieri a Gustavo Perez Lemos em 10/04/2006

alternativas¹³² De qualquer forma, o cancelamento foi bem aproveitado pela junta, que permaneceu no comando do sindicato sem chamar novas eleições. A urna foi incinerada.¹³³

Em agosto do mesmo ano, em assembléia, a diretoria propõe o aluguel de algumas de suas salas ao SAMDU¹³⁴, além da venda dos equipamentos que pertenciam ao consultório do sindicato. Além disso, Auzenir apresenta solicitação da câmara de vereadores para que se discuta entre os órgãos de classe da cidade quais deveriam ser os feriados municipais. Os presentes, entretanto, não estavam interessados se ficava melhor esse ou aquele dia para o repouso. Mas sim que estes fossem remunerados. Assim foi pedido ao presidente que se fizesse uma reunião com os mineradores para confecção de acordo: que a sexta-feira santa e os finados fossem considerados “faltas justificadas para efeito do pagamento de repouso remunerado”¹³⁵.

Na mesma ocasião é apresentada reivindicação pedindo a “extinção da multa do aumento salarial”. No acordo firmado entre o sindicato e a Companhia Siderúrgica Nacional, em 04 de julho, previa uma multa de Cr\$16,85, descontada do aumento salarial, para cada dia de ausência do operário. Além disso, o mesmo perderia o pagamento do repouso semanal, além do desconto normal pelo dia em que faltava ao serviço. Os reclamantes argumentavam que “as empresas, que foram todas bem recompensadas com o aumento do carvão, não tinham justificativas para aplicarem tal penalidade”. E lembravam que o acordo trazia

“sérios prejuízos a classe, visto que, quando perdem um dia de trabalho, sempre por motivos imperiosos, os quais não são previstos por lei e mesmo reconhecido pela justiça trabalhista, sofrem a perda do dia e mais o dia de repouso, não havendo, portanto, necessidade de mais uma terceira penalidade.”¹³⁶

Percebe-se que o aumento do preço do carvão poderia ser manipulado pelos mineiros como arma política na obtenção de mais direitos, ou na correção de certas injustiças como essas.

¹³² Cabe lembrar que não existem os registros das chapas concorrentes em nenhuma das atas pesquisadas.

¹³³ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 15/03/1954*. Livro de atas nº1. Ata nº257.

¹³⁴ Serviço de assistência médica domiciliar de urgência

¹³⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 03/08/1954*. Livro de atas nº1. Ata nº 268

¹³⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 03/08/1954*. Livro de atas nº1.

1.3.2 “Carvalho, não larga!”

Auzenir Guimarães Carvalho nasceu em Imbituba. Chegou a Criciúma através da amizade com empresário Álvaro Catão, dono da Carbonífera Barro Branco de Lauro Muller. Em Criciúma, começou como motorista da CBCA. Logo, passou a fiscalizar a ventilação da mina. “Com uma caixa de fósforos eu fazia tudo.” A entrada para a vida sindical se deu ainda na inauguração do órgão de classe. “O Ministério do Trabalho reuniu no sindicato gente de vários setores. Eu como motorista, outro como mineiro. Eu fui indicado pelo presidente Getúlio Vargas.”

Carvalho foi escolhido para a junta governativa do sindicato em novembro de 1953. Em fins de 1954, Auzenir elegeu-se vereador pelo PTB em Criciúma. A iniciativa diz, não foi dele, mas do fiscal do MT, Valdemar Matos: “Auzenir tu vai ser candidato a vereador. Os homens aí estão querendo”. Auzenir, a princípio, conta que rejeitou a idéia. Matos, mesmo assim “foi no partido e registrou a minha candidatura”

Para Auzenir, sua principal diferença dos “vermelhos” era primar pela conversa. Na condução dos trabalhos no sindicato, alega que “nunca teve discussão asperosa. Sempre no bom senso (sic)”. E procurava ter relações de amizade com os mineradores, apesar de nem sempre concordar com eles, mas sempre zelando pelo “bom comportamento”: “Então tudo isso ajuda, o comportamento da gente que ajuda (...) a gente não criava caso com eles. A gente apoiava 50% e 50% não”.

Os “vermelhos” teriam o problema de trabalhar para destruir: “No tempo dos vermelhos não produziu nada, só diminuiu”. As greves não eram um mal em si e alega que no seu tempo a greve “era boa de trabalhar”. E Antonio Parente, seu sucessor como presidente do sindicato, subverteria esse princípio do diálogo: “envolver o Parente não dava porque ele queria ir pro pau. E não é isso, é dialogar, é conversar”.

Auzenir busca a todo custo construir sua imagem como um negociador e apaziguador de conflitos. E com certeza era sincero no que acreditava. Qual a fonte de força do vereador-sindicalista? Na certa sua posição de proximidade com o poder lhe conferia uma autoridade no sentido de interceder pelos trabalhadores. Auzenir parece preocupado em mostrar seu bom trânsito entre quem os poderosos como, por exemplo, João Goulart:

“Eu sempre saía daqui pra ir pro Rio de Janeiro buscar dinheiro pra pagar o hospital. O dinheiro não vinha eu ia no ministério do João Goulart e dava. Almocei com o Getulio Vargas em Volta Redonda. João Goulart tratava bem, era gente boa. Ele dizia assim: “Carvalho não larga” (risos). Sabia que eu era positivo”

Porém a tentativa de apaziguar e negociar a todo custo podia levar ao extremo de paralisar as discussões e não permitir questionamentos. Perguntado sobre a expulsão de Verdieri e consortes, o negociador se apaga e vem à tona seu lado autoritário: “Errou com nós não tinha (...) não podia errar (...) e a cerca tava sempre aberta, menos pra quem queria ir pra lá discutir.”

Uma vez no sindicato, escolhido em assembléia, Auzenir consegue vaga no legislativo: “Fui vereador por causa do sindicato, senão não era”¹³⁷. Uma vez na vereança, Auzenir consegue vaga no sindicato, dessa vez eleito. Em 21 de abril de 1955, ele assume mais uma vez seu assento na diretoria do STIEC. Com um total de 691 votantes, num universo de 1318 pessoas, sua chapa alcança expressiva maioria de votos conforme a tabela abaixo:

Tabela 3. Resultado das eleições do sindicato dos mineiros de Criciúma, em 1955.¹³⁸

Chapa 1	Nomes	votos
Diretoria	Auzenir Guimarães Carvalho, Napoleão Zin e Luis Geraldo dos Passos	427
Suplentes	Manoel Higinio Maciel, Zelindro Serafim e Sebastião Abílio de Souza	427
Cons. Fiscal	Santos Olavo Correa, Arino Rafael Viscardi e Otacílio Argente da Silva	427
Suplentes	Sérgio Teixeira, Antônio Boaventura Gonçalves e Santos Trombim	427
Federação	Adolfo Antônio Fernandes e Hamilton Heleodoro de Souza	388
Suplentes	Dalmir Teixeira e Adílio Mello da Silveira	388
Chapa 2		
Diretoria	José Fernandes, Ivo Bento Vieira e Antônio Borges de Medeiros	109
Suplentes	Adílio João dos Passos, João José Damásio e Maurino Manoel Duarte	109
Cons. Fiscal	Avelino Nestor Martins, Agostinho Motta e Pedro Duarte	109
Suplentes	José Gomes, Onofre Goudinho e Galdino Herculano Félix	109
Federação	Manoel Paulino Barbosa e Eugenio Onéia Pereira	111
Suplentes	Nero Fernandes e Ataíde José Dias	111
Chapa 3		
Diretoria	Vicencio Bongioiolo, Leôncio Bittencourt e Sebastião Medeiros	124
Suplentes	Roberto Silveira, José Mizefeski e Roque João de Sá	124
Cons. Fiscal	Antônio Nieto, Miguel Antônio Vitorino Soares e Olívio Pedro Felisberto	124
Suplentes	Defendi Negro, Francisco João Mendonça e Lauro Motta	124
Federação	João Horácio Satiro e José Marcelo	121
Suplentes	Olívio João Batista e José Manoel Máximo	121
Branco	Diretorias	19
	Federação	59

¹³⁷ Entrevista de Auzenir Guimarães Carvalho a Gustavo Perez Lemos em 15/04/2006

¹³⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 21/04/1955. Livro de atas nº1

Infelizmente, não existem relatos sobre a origem de cada chapa. E nas atas de apuração não é discriminada a localização das urnas, impossibilitando saber a base de apoio de cada concorrente. Sabemos apenas que José Fernandes, cabeça da chapa dois, foi presidente do conselho fiscal da fracassada gestão de Antonio Manoel de Souza.

Da chapa um, conhecemos dois personagens. O Primeiro é Zelindro Serafim, candidato a suplência. Operário da Metropolitana, Serafim foi convidado por Auzenir, mas a princípio relutou em aceitar:

“Ele me convenceu de que se não quisesse, não precisava assumir. Podia ficar lá, se ganhasse, podia ficar lá no serviço. E se quisesse ajudar em alguma coisa (...). Eu não fiz campanha nem nada. Num determinado dia, fui no escritório. O chefe chegou e disse: Zelindro parabéns! Parabéns por quê? Porque fosse eleito pro sindicato! Foi aí que começou a minha atuação no sindicato.”¹³⁹

Já Adílio Mello da Silveira, mais tarde um autêntico “vermelho”, diz que ainda não havia “despertado”. Ele atribui isso à falta de uma liderança como Antônio Parente:

Quando eu fui candidato com o Auzenir a gente não tinha despertado ainda. Não tinha surgido um Parente. A gente não entendia nada. E não funcionava nada, nem federação nem nada. Era só para ter o cargo. Só para dizer que existia. Mas quem mandava era o presidente e pronto.¹⁴⁰

Pelos relatos, a chapa de Auzenir foi construída baseada em um forte personalismo, ou melhor, em um predomínio da figura do presidente sindical.

Os contestadores de Auzenir aparecem logo no início de 1956. Em 25 de março, uma assembléia é solicitada pelos associados. O presidente era questionado com relação ao espaço físico da sede, pois estava “concedendo, gratuitamente, às pessoas e para fins completamente alheios aos interesses do sindicato e associados, varias dependências da sede do órgão”, e sem consultar a ninguém.

Auzenir responde que apenas autorizou o que já havia sido aprovado na diretoria passada, quando o mesmo nem se encontrava ali. Mas a situação era mesmo vexatória, pois com a instalação do posto do SAMDU, vieram o funcionário e sua família morar no sindicato. A justificativa seria que a esposa do referido servidor fazia o “cafezinho”, o que economizava Cr\$300,00 se tivessem de contratar alguém. Mas se economizava no serviço de copa, a diretoria pagava o aluguel de Pedro Andrade, secretário executivo do órgão. Foi dado prazo de 30 dias para que se retirassem do prédio e que Andrade se mudasse para ali.

¹³⁹ Entrevista de Zelindro Serafim a Gustavo Perez Lemos em 13/04/2006

¹⁴⁰ Entrevista de Adílio Melo da Silveira a Gustavo Perez Lemos em 01/07/2005

Além disso, Auzenir havia autorizado, sem aprovação dos associados, o funcionamento de um consultório dentário. Os presentes deliberaram que a diretoria deveria fazer um contrato com o dentista, que o mesmo deveria ser aprovado em assembléia, e que haveria uma cláusula obrigatória em que o profissional “se comprometesse, nos casos de emergência, a atender os associados em qualquer hora do dia ou noite”.

A seguir Carvalho foi questionado com relação a uma viagem feita ao Rio de Janeiro, novamente sem autorização de assembléia. E nesse caso ele pediu desculpas. Por último a reclamação recaiu sobre o advogado do sindicato, Nauro Luiz Guimarães Colaço. Os presentes declararam que “não se conformavam com a atuação do Dr. Nauro, frente aos serviços judiciais do sindicato”¹⁴¹. O advogado, na mesma hora, pede demissão.

A primeira vista, pode parecer que se estavam discutindo miudezas. Antes, porém, o que se percebe é a cobrança frente a certas atitudes do presidente, que não tinha o costume de consultar o conjunto dos associados. A diretoria, escolhida por Auzenir antes das eleições, não era exatamente atuante e deixava o órgão ao gosto de suas ordens. Por outro lado, o único nome que é citado nos documentos, argüindo o presidente é o de João Sonogo que, como veremos, era membro da oposição.

Em 14 de abril, após demissão do advogado Nauro Colaço, é escolhido Artidônio Ramos Fortes, para representar judicialmente os associados. O nome fora proposto por Antônio Parente, João Sonogo e Nero Fernandes. O contrato ficou delimitado em apenas dois meses.¹⁴²

Em 26 de agosto, mais uma vez Parente, Sonogo e Fernandes tentam indicar o advogado. Pela primeira vez, Auzenir estava ausente de uma assembléia, porém seu substituto, Napoleão Zin, e os demais membros da mesa, foram contrários à indicação de Aldo Pedro Dittrich. As discussões “se aprofundaram de ambas as partes, porém sem resultados para os membros da mesa, haja vista a imposição da assembléia”. Zin resolveu aceitar e Aldo é contratado por quatro meses.¹⁴³

A resposta de Auzenir se faria sentir meses depois, em 30 de novembro. Agora, nas reuniões do sindicato, toda a diretoria era convocada, inclusive os membros do conselho fiscal. Talvez o presidente estivesse em busca de apoio, depois das derrotas sofridas. Dias

¹⁴¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 25/03/1956**. Livro de atas nº1

¹⁴² SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 14/04/1956**. Livro de atas nº1

¹⁴³ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 26/08/1956**. Livro de atas nº1

antes, “vários associados (...) dentre eles os Srs. João Sonogo, (...) e Antonio José Parente” procuravam-no para pedir explicações sobre um telegrama enviado ao Ministro do Trabalho.

Uma comissão de parlamentares e jornalistas da capital federal estivera, em setembro, visitando as minas de carvão do sul catarinense. Auzenir, como presidente do sindicato dos mineiros e vice-presidente da Câmara de Vereadores, estava especialmente envolvido na recepção da caravana. O telegrama enviado ao ministro procurava desmentir alguns jornais cariocas, sobre a referida comissão:

Ciente reportagens infundadas certos jornais cariocas que não exprimem realidade dos fatos ocorridos nesta zona carbonífera vg cumpre-me dever na qualidade Presidente Sindicato Mineiros desta cidade e Urussanga vg levar conhecimento vossencia vg que vários detalhes neles registrados são falsos e não merecem credito pt¹⁴⁴

O telegrama pouco informa sobre o que precisava ser desmentido. Entretanto outro telegrama de Auzenir, enviado ao presidente da república pode ajudar a esclarecer a questão:

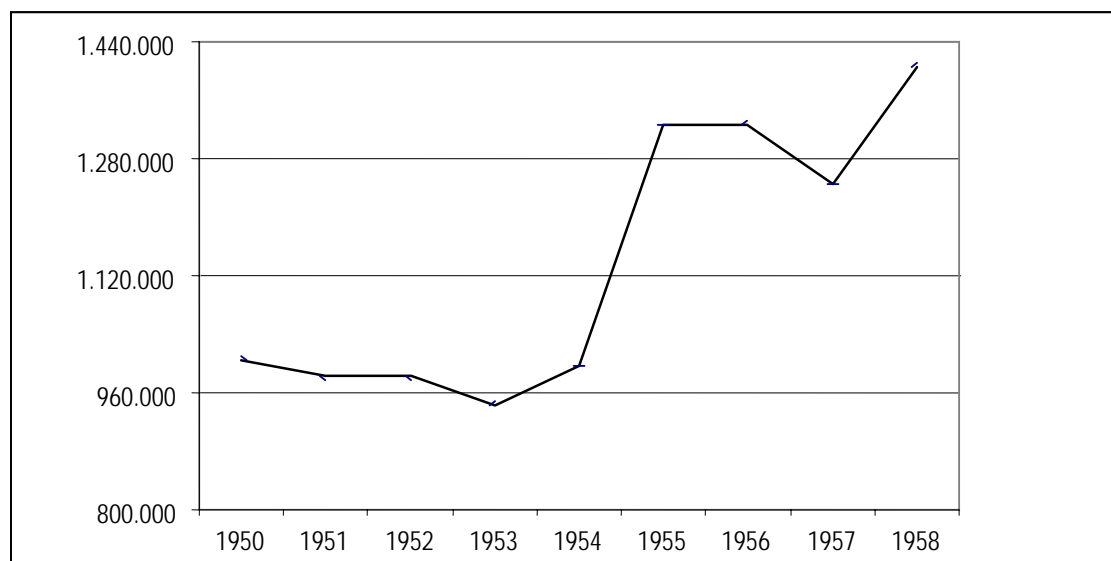
Legislativo municipal Criciúma, sessão quatorze do corrente debateu asfíxiante crise encontra-se indústria carbonífera catarinense graves reflexos econômicos vasta região, ameaçada colapso financeiro conseqüências imprevisíveis. (...) Conjunto circunstâncias vem impedindo últimos tempos normal escoamento da produção obrigando aumento gradativo estoques atualmente superiores trezentas mil toneladas representam vultuosa imobilização atingiu limites insustentáveis (...) retardamento providencias adequadas poderá desencadear colapso industria já se delinea, gerando serio problema social conseqüente dispensa inúmeros operários, forçada incapacidade mineradores resistirem angustiante situação.¹⁴⁵

A crise da indústria Carbonífera há tempos estava nas páginas da *Tribuna Criciumense*. A produção nas minas dera um salto de 1954 para 1955, mas havia estagnado, pois não existia mercado para o produto.

¹⁴⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da reunião da diretoria de 30/11/1956**. Livro de atas nº1. Ata nº306.

¹⁴⁵ A Crise da indústria carvoeira, gerada pelos estoques depositados nas minas. **Tribuna Criciumense**, 27 de agosto de 1956.

Gráfico 4. Produção de carvão bruto em Santa Catarina, 1950 a 1958 (em toneladas)



Entretanto, por mais que o “discurso da crise” fosse real. O que se lia nas palavras do presidente do sindicato dos mineiros era, além da defesa da indústria, a defesa dos mineradores, pois estes se veriam forçados a demitir os operários. Para Auzenir, claro, defender os empresários era defender a atividade como um todo, e por conseguinte, defender o trabalhador: “você tem que dar a vida ao minerador porque está te garantindo emprego, está pagando certinho. Nós estamos em cima, conferindo”¹⁴⁶

Há indícios, porém, de que isso não era consenso. Sebastião Netto Campos, gerente da CBCA por muitos anos, identifica no pensamento do PTB local, principalmente com a posse de João Goulart na presidência, a intenção de ser criada uma empresa estatal, chamada de *Carbobras*, “com a encampação total das carboníferas e suas minas”¹⁴⁷. Não se pôde definir, se a idéia dessa empresa já estivesse fazendo a cabeça dos mineiros em 1956. Mas certamente, a desapropriação dos mineradores, era uma idéia sedutora.

É possível que os descontentes estivessem se manifestando contra a elevada estima do seu presidente pelos mineradores. O fato é que Auzenir alega que os associados, ao questionarem sobre o telegrama, “pronunciaram ameaças e desacatos a sua pessoa”. A diretoria então, expulsa Antonio Parente e João Sonogo dos quadros do sindicato, mas inusitadamente, para “solucionar as divergências sofridas”, decide renunciar coletivamente.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Entrevista de Auzenir Guimarães Carvalho a Gustavo Perez Lemos em 15/04/2006

¹⁴⁷ CAMPOS, Sebastião Neto. **Uma biografia com um pouco de história do Carvão Catarinense**. Florianópolis: Insular, 2001. p. 86.

¹⁴⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da reunião da diretoria de 30/11/1956**. Livro de atas nº1. Ata nº306.

Existe, porém, outro motivo para a revolta contra o presidente. É o próprio Auzenir que deixa escapar o que teria acontecido:

“Aí um dia o Antoninho (Parente) chegou pra mim: ‘Auzenir, tu vai renunciar o teu mandato’! Renuncio quando o Presidente da República mandar, do contrário você vai ficando quietinho, renunciar por quê? Não tem falha nenhuma!”¹⁴⁹

Auzenir Guimarães Carvalho já estava no comando do sindicato desde novembro de 1953, um ano a mais do que um mandato legítimo. Já foi visto como a junta liderada por ele manteve-se no cargo após uma eleição sem quorum. Durante a entrevista, todavia, em momento algum ele diz que cedeu ao adversário.

1.3.3 Intervalo

Diante do fato consumado, a assembléia de 16 de dezembro de 1956, reúne-se para escolher uma nova junta governativa. Nero Fernandes apresenta os nomes de Manoel Higino Maciel, Eugenio Ferreira e Vicêncio Bongioiolo. Manoel Higino Maciel, por sua vez, indica Sebastião Branco, Augustinho Motta e Bernardo Custódio de Oliveira.

Por aclamação são escolhidos os indicados por Nero Fernandes. Maciel escolhera um membro da chapa 2, Agostinho Motta e dois nomes desconhecidos. Nero havia pertencido à chapa 2, derrotada no último pleito e sua escolha recaiu sobre: um membro da diretoria demissionária e, portanto, aliado de Auzenir, Manoel Higino; um membro da chapa 3, Vicêncio; e um operário da carbonífera São Marcos e próximo a Antônio Parente, Eugênio Ferreira. O intuito parece claro: criar uma junta representativa dos grupos políticos da categoria. Maciel, no entanto, consegue ficar como presidente da junta. Auzenir ainda tinha influência.¹⁵⁰

Após quatro anos e seis meses, os mineiros do sul catarinense voltam a realizar um movimento grevista. Em 18 de fevereiro, uma comitiva composta por representantes sindicais de Criciúma, Urussanga, Orleans e Lauro Muller, partia ao Rio de Janeiro para pleitearem “aumento no preço do carvão e conseqüentemente aumento salarial na base de 40%”¹⁵¹.

¹⁴⁹ Entrevista de Auzenir Guimarães Carvalho a Gustavo Perez Lemos em 15/04/2006.

¹⁵⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 16/12/1956*. Livro de atas nº1.

¹⁵¹ Aumento salarial para os mineiros e aumento do preço do carvão. *Tribuna Criciumense*, 18 de fevereiro de 1957.

Esta greve, a principio, não se deu contra os mineradores. O movimento iniciado em 08 de março de 1957 teria como alvo Juscelino Kubitschek. Nas páginas da *Tribuna Criciumense*, a greve se deu contra o Presidente da República, pois “uma vez que sendo a indústria carbonífera dirigida e orientada pelo próprio governo, nenhuma interferência no aumento de salários, têm os mineradores”.¹⁵²

A relação entre mineradores e mineiros, entretanto, não foi tão harmoniosa; nem estes pensavam que os empresários não tivessem nenhuma responsabilidade com relação aos salários. Em assembléia no dia 12 de março, os mineiros dão prazo de quatro dias para que os mineradores paguem o aumento de 40% e os dias parados, depois do que voltariam ao trabalho.¹⁵³ O apoio da imprensa, e a escassez de futuras referências nos periódicos e demais fontes, permitem dizer que foi um movimento pacífico e sem muitas contrariedades.

A junta governativa não foi muito longe. Na greve de março, percebe-se a importância das “comissões de operários de diversos setores de trabalho”. Essas comissões Em 03 de julho a mesma pede demissão. Assume o alto comando do Sindicato dos Trabalhadores da Extração de Carvão de Criciúma, o funcionário Pedro Andrade, alçado ao cargo de “administrador”.¹⁵⁴

¹⁵² Greve contra o Presidente da República. *Tribuna Criciumense*, 11 de março de 1957.

¹⁵³ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 12/03/1957*. Livro de atas nº1.

¹⁵⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 03/07/1957*. Livro de atas nº1. Ata nº314.

Capítulo 2

Ascensão da esquerda sindical e o ciclo de greves

Iniciado em 1956, o governo Kubitschek teve, entre outras características, um acentuado incremento da produção industrial como um todo. A produção industrial cresceria, até 1961, cerca de 80%. A taxa de crescimento do PIB girou em torno dos 7% ao ano. Segundo Skidmore, “o crescimento *per capita* efetivo do Brasil foi aproximadamente três vezes maior que o do resto da América Latina.”¹⁵⁵

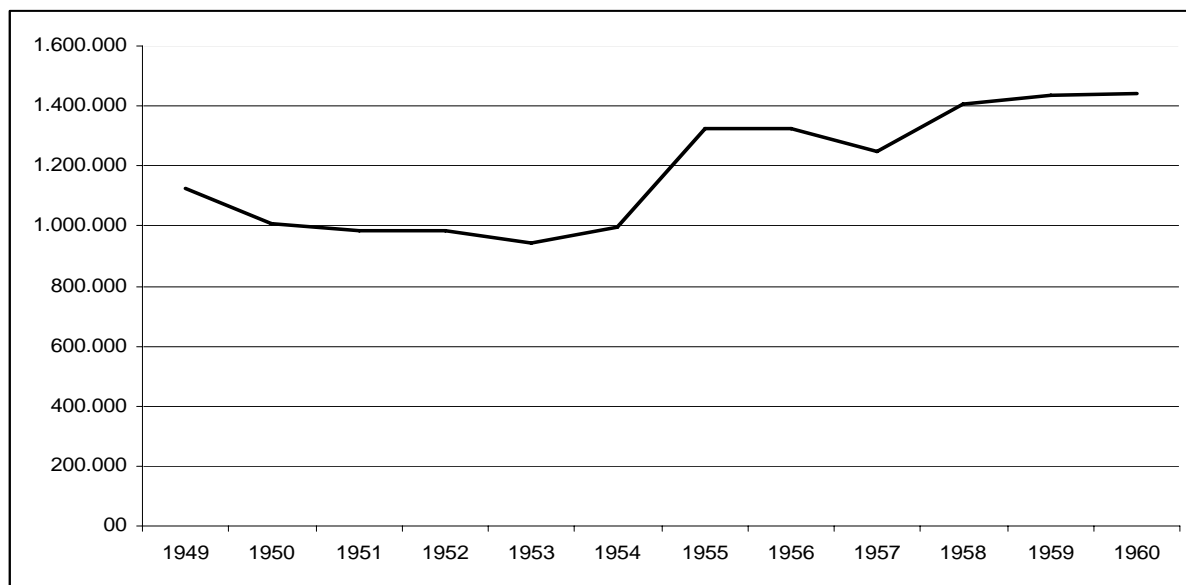
O grande trunfo de Juscelino para tal era o planejamento econômico centralizador (o plano de metas), e claro, a abertura para o capital externo. Tal política, na prática, resultou na expansão de novos ramos industriais, bem como no endividamento do País. O principal incremento se deu na produção de bens de consumo duráveis. Em cinco anos, muito aço, borracha e demais materiais foram necessários para levantar, praticamente do zero, uma produção anual que em 1960 chegava a 130 mil veículos.¹⁵⁶

Em meio ao forte crescimento econômico, a indústria carbonífera expandia-se, suprimindo a indústria do aço e de energia. Após uma leve depressão no início dos anos 1950, a segunda metade da década alcançava o maior patamar da história da mineração de carvão, alcançando um milhão e quatrocentas mil toneladas em 1958, ou seja, um aumento de 40% em quatro anos.

¹⁵⁵ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Saga, 1969. P. 204.

¹⁵⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p. 56.

Gráfico 5. Produção de carvão bruto em Santa Catarina, 1949 a 1960 (em toneladas)



Num primeiro momento, a situação econômica favorecerá os salários e especialmente o salário mínimo, que alcançará seu maior poder de compra relativo até os dias de hoje. No final da década, porém, a inflação, decorrente do alto endividamento do Estado e das excessivas emissões de moeda, enfraquecerá o poder aquisitivo do trabalhador. É justamente nesse período que Badaró Mattos identifica o início de uma ascensão no movimento sindical brasileiro, que se tornará mais visível nos anos 1960.

2.1. A primeira eleição.

A eleição de uma diretoria não alinhada com o vereador Auzenir Carvalho deve ser entendida num contexto específico. O ano de 1957 foi atípico para Criciúma e o setor carbonífero. Além de uma greve, após alguns anos sem maiores movimentações operárias, outras iniciativas fortaleceram uma postura de mudança.

Criciúma havia crescido muito, e mal. Os dados do censo de 1960 revelam uma cidade de cerca de 60 mil habitantes, onde aproximadamente 16 mil, eram nascidas em outras regiões. Além disso, 34% dos adultos com mais de 20 anos eram analfabetos. Dos 10.388 domicílios, menos da metade possuía energia elétrica, mais da metade consumia água de poços artesianos; número semelhante aos que utilizavam fossas rudimentares para o saneamento. Na capital do carvão, 90% das casas usavam fogão a lenha e 50% ouviam rádio. Apenas 7% possuíam geladeira.¹⁵⁷

¹⁵⁷ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 1960: Santa Catarina. Série Regional. Volume 1- tomo XV, 1961.

A mistura infeliz de poços artesianos, fossas rudimentares, e poluição de ar e rios pela atividade carbonífera, transformava o município em capital da mortalidade infantil. Os índices, no primeiro ano de vida, segundo o Médico Manif Zacharias, oscilavam entre 80 mortes por mil, levando-se em conta o município, chegando a 97,9 na parte urbana¹⁵⁸. A situação brasileira não era melhor: Florianópolis, ainda segundo Manif, apresentava números semelhantes.

Denunciando essa realidade, Zacharias publica um estudo no jornal da cidade em maio de 1957. De acordo com o trabalho, as principais vítimas eram os filhos dos “mineiros do carvão e dos assalariados do campo”.¹⁵⁹ Manif chamava a atenção para o contraste entre a riqueza do subsolo e a “miséria do seu povo”. A solução seria apostar na medicina preventiva e em melhores condições de vida para as famílias operárias:

Sem educar o povo e sem lhe proporcionar recursos econômicos razoáveis para uma vida decente, sem privações, inoperante será qualquer outra medida com que se pretenda atacar o problema.¹⁶⁰

Outra situação que mostrou a situação de desigualdade e pobreza em que vivia boa parte da região foi a Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Câmara dos Deputados. Liderada por Elias Adaime, do PTB, a CPI percorreu minas e comunidades para averiguar as denúncias que surgiam nos jornais da capital federal.

Nas companhias, a situação relatada pela comissão era de completo desrespeito ao “Código de Higiene e Segurança no Trabalho nas minas, que era composto por 42 artigos, dos quais 98% não eram cumpridos.”¹⁶¹

Carlos Renato Carola, em seu estudo sobre as trabalhadoras do carvão, afirma que os diversos grupos políticos e sociais da região tiveram posições diferentes com relação às atividades parlamentares. A imprensa local, além de não publicar uma linha sobre o relatório, alegou que a comissão “viu tudo em poucas horas”¹⁶² e que na verdade esta se tornara um “foguete tele-guiado”.

Já os operários e suas lideranças “aproveitaram a ocasião para denunciar suas péssimas condições de trabalho e moradia”.¹⁶³ De fato, a CPI indicou uma série de mudanças que

¹⁵⁸ MIRANDA, Antônio Luiz e SELAU, Maurício da Silva. **Bairro da Juventude: 50 anos de história: a filantropia na poeira do carvão**. Criciúma. Editora Unesc, 2003. p. 34.

¹⁵⁹ Idem, p. 36.

¹⁶⁰ ZACHARIAS, Manif. A mortalidade infantil em Criciúma. **Tribuna Criciumense**, 03 de junho de 1957.

¹⁶¹ CAROLA, op. cit., p. 59.

¹⁶² A comissão de inquérito virou foguete teleguiado. **Tribuna Criciumense**, 26 de agosto de 1957.

¹⁶³ CAROLA, op. cit., p. 61.

precisavam ser feitas, tanto nas minas, quanto nas casas. É importante ressaltar que, pela leitura que Carola faz do relatório, muitas das propostas e situações apontadas pelos deputados figuravam no estudo de Manif Zacharias.

Entre as indicações da comissão, uma chama a atenção. Um projeto de lei declarava a “insalubridade na indústria extrativa de minérios”¹⁶⁴ e conseqüentemente uma taxa a ser recebida pelos trabalhadores. Como será visto adiante, essa questão será de muita importância nos caminhos futuros da categoria.

Os debates lançados sobre a situação dos mineiros de Criciúma e região, durante o ano de 1957, não eram novidade para quem vivia esse cotidiano. A diferença é que ao tomarem uma dimensão maior, envolvendo outros setores da cidade e mesmo do país, propiciaram um momento de ruptura na política sindical mineira.

O sindicato dos mineiros de Criciúma estava sob os cuidados de Pedro Andrade, que nunca trabalhara em carbonífera alguma. Este assumia a direção do órgão de classe após, sem nenhuma justificativa encontrada, a junta governativa pedir demissão, tendo como testemunha o fiscal da Delegacia Regional do Trabalho, Valdemar Mattos.¹⁶⁵

Andrade, a priori, não tinha pretensões de mandar efetivamente no sindicato. Suas ações, se levarmos em conta as atas, aparecem apenas em assembleias, o que demonstra que, no mínimo, administrava o órgão com conhecimento dos associados. Em 15 de setembro de 1957, por exemplo, faz um balanço financeiro da entidade, demonstrando que a “receita não superava as despesas” e que poderia ser necessário o sindicato “hipotecar seus bens patrimoniais”.

É sem diretoria também que o sindicato, através do advogado Antônio Boabaid, entra na justiça trabalhista pela “taxa de insalubridade”, que, como vimos, figurava entre as propostas da CPI.¹⁶⁶ Mas um dos feitos mais significativos desta gestão verdadeiramente burocrática, será a anistia dos sócios eliminados nas diretorias passadas em 27 de outubro de 1957. Procurando “conciliar todas as divergências havidas entre os próprios companheiros” e “demonstrando sua boa vontade” pessoas que estavam expulsas desde 1954, como Raimundo

¹⁶⁴ Idem, p. 63.

¹⁶⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da reunião dos membros da Ex-Junta Governativa Provisória de 03/07/1957**, livro de atas nº 1.

¹⁶⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 15/09/1957**, livro de atas nº 1.

Verdieri e Rubens Garcia da Silva, ou recentemente como Antonio José Parente, estavam habilitados para disputar o comando sindical mineiro.¹⁶⁷

Agora é possível entender, primeiramente, o lançamento de edital chamando eleições para 17 de março de 1957, publicado na imprensa, mas sem efeito algum¹⁶⁸. Também é possível contar com mais um indício do por que a junta governativa teve uma vida tão curta.

Dito e feito, tão logo são readmitidos os associados, o sindicato lança novo edital, no dia 4 de novembro. Algumas orquestras já deviam estar devidamente afinadas, pois foi dado o prazo de apenas cinco dias para o registro das chapas. O sufrágio, por sua vez, era marcado para 15 de dezembro.

Foram três as chapas inscritas, mas os registros da eleição somente mostram os nomes da chapa vencedora. Na coluna “Posto de Escuta”, do jornal *Tribuna Criciumense*, o articulista Hiran nos dá uma idéia melhor dos concorrentes: considerada como situação na opinião do periódico, a chapa 1 conta com João de Oliveira na cabeça. João era empregado na Mineração Geral de Içara e conhecido entre seus companheiros como “João Garrafa”. Pela chapa 2 apresentava-se Antonio José Parente, que não era mineiro, mas eletricista da CBCA, anistiado recentemente. Por último, funcionário da Companhia Próspera, Manoel Quintino já havia participado da junta governativa liderada por Auzenir, em 1954.

O colunista chama a atenção para a importância da eleição do sindicato dos mineiros. Numa cidade em que a economia girava em torno da extração do carvão mineral, a influência sobre o mesmo era de grande valor para as eleições ao executivo e legislativo. Como vimos, Auzenir Carvalho era ao mesmo tempo, presidente do sindicato e vereador. E em 1958 teríamos eleições para vereadores e deputados. Para Hiran, que escrevia sob pseudônimo, a entidade era uma verdadeira “cabeça de ponte, uma vez que no atual regime, tais cargos geralmente são exercidos por ‘pelegos’ protegidos por políticos interessados em conseguirem votos através das associações de classe”¹⁶⁹

Quem a coluna estava chamando de “pelego” não é possível saber. Mas o partido mais interessado nas eleições certamente era o PTB. O problema, é que tanto situação, quanto oposição eram trabalhistas. Para Zelindro Serafim, participante da chapa 1, o líder petebista Vânio Faraco, interferiu e muito para a vitória de Antônio Parente:

¹⁶⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 27/10/1957*, livro de atas nº 1.

¹⁶⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. Edital. *Tribuna Criciumense*, 11 de fevereiro de 1957.

¹⁶⁹ Posto de Escuta. *Tribuna Criciumense*. 18 de novembro de 1957.

No decorrer da campanha para o sindicato, o Vânio Faraco que era presidente do PTB. Nós estivemos conversando com ele no começo, porque todo mundo era do PTB. Conversamos com ele e pedi pra ele não se meter com campanha, não mete partido dentro da campanha. O Parente era do PTB, a turma deles toda era do PTB, a minha turma era do PTB. O meu candidato a presidente era o João Garrafa. O Vânio ficou meio em cima do muro. E nós advertimos que se ele desse apoio pra quem quer que fosse, nos sairíamos do PTB. O Vânio deu apoio ao Parente, mas não deu só apoio, deu apoio e dinheiro pra fazer a campanha dele. Nós fazíamos a nossa campanha a pé. E ele fazia de carro, de autofalante. Só tem que ganhar mesmo.¹⁷⁰

Ou seja, a máquina eleitoral estaria com a chapa de oposição ao grupo que já estava a quatro anos no sindicato. Vânio Faraco era agente especial do IAPETEC¹⁷¹, um jovem político, com 27 anos e filho do Prefeito Municipal Addo Faraco (PSD). Vânio, quando da sua prisão em 1964, conta que entrou no PTB em 58:

“Naquela época o PTB aqui em Criciúma tinha apenas um vereador e vivia constantemente dividido como caudatário, hora do PSD, ora da UDN. Com a ida (...) para o PTB teve (...) a oportunidade de unificar o partido e no pleito do mesmo ano foram eleitos quatro vereadores e um deputado estadual”¹⁷²

As datas estão confusas¹⁷³, mas o conjunto faz sentido. Auzenir era o único vereador do PTB. Vânio, ao contrário, era novato e buscava espaço na agremiação. Incentivar a oposição no sindicato era a chave para enfraquecer os velhos trabalhistas.

Rubens Garcia da Silva, mineiro da CBCA, reconhece, mas não dá todo o credito da vitória ao apoio dos peixes grandes. Ele argumenta que a organização e o trabalho coletivo foram de fundamental importância no pleito:

“De cada mina nós tínhamos cinco ou seis e fizemos uma montagem. Escolhemos as minas que tinham mais associados e jogamos o Parente na cabeça. O Prefeito, o Vânio, o Manif (Zacharias); tinha gente grande que nos ajudaram.”¹⁷⁴

O pleito ocorreu normalmente em 15 de dezembro. De um total de 1562 associados, cerca de 70%, ou 1075 pessoas, deram seus votos.

¹⁷⁰ Entrevista de Zelindro Serafim a Gustavo Perez Lemos em 13/04/2006.

¹⁷¹ Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

¹⁷² DEPOIMENTO de Addo Vânio de Aquino Faraco ao comando militar acantonado em Criciúma. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Dossiê golpe militar de 1964 – período revolucionário. Caixa 08.

¹⁷³ Vale lembrar que o depoimento de Addo se deu num momento especialmente difícil, em 22 de maio de 1964, respondendo um inquérito do exército.

¹⁷⁴ Entrevista de Rubens Garcia da Silva a Gustavo Perez Lemos em 18/01/2006.

Tabela 4. Resultado das eleições do sindicato dos mineiros de Criciúma, em 1957¹⁷⁵

Urna	Chapa 1	Chapa 2	Chapa 3	Branco /nulos
1 - Sede Sindicato	8	41	14	0
2 - Atlético operário - CBCA	2	92	4	1
3 - CBCA Escritório (Mina do Mato)	0	88	5	7
4 - Metropolitana - Garagem	0	18	41	5
5 - Metropolitana - Escola Municipal	123	20	23	2
6 - Carbonífera União	4	42	1	6
7 - Catarinense - Rio Maina	1	4	21	0
8 - São Marcos	4	92	2	5
9 - Próspera	17	114	26	3
10 - Mineração de Içara	126	16	2	2
11 - Itinerante	12	51	14	1
Total	297	578	153	32

Com a localização das urnas, é possível traçar um mapa dos apoios a cada chapa. A chapa 2 venceu em 7 urnas das 11 disputadas, todas por expressiva margem. Seus votantes estavam espalhados pelas principais empresas, embora as urnas da CBCA, Próspera e São Marcos garantiram o grosso da votação. Já a chapa 1 concentrava suas forças em apenas duas urnas, na Mineração de Içara e na vila operária da Metropolitana. Sua força nesses locais, porém, foi acachapante.

A precariedade da campanha da chapa 1 é confirmada pelos números. Zelindro Serafim era o responsável pela mesma no distrito do Rio Maina, onde se encontrava a Carbonífera Metropolitana.

Na urna do Rio Maina que era a minha zona e na Mineração da Içara que era do meu candidato a presidente, nós ganhamos por uma diferença desgraçada. Só que nas outras urnas nos não podíamos fazer campanha, não tinha nada. (...) Na minha zona e na do (João) Garrafa, eles nunca tiveram apoio.¹⁷⁶

Depois da vitória conquistada, a dificuldade da chapa 2 foi tomar posse no sindicato. O colunista Hiran, da *Tribuna Criciumense*, pergunta: “As eleições do sindicato vão ser anuladas somente porque o presidente é Parente?”¹⁷⁷ Segundo Rubens Garcia, Pedro Andrade também não aprovou a eleição de Antonio Parente. Para conseguir a chave do sindicato, foi preciso montar uma comitiva e pressioná-lo:

¹⁷⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Apuração das Eleições de 15/12/1957*, livro de atas nº 1.

¹⁷⁶ Entrevista de Zelindro Serafim a Gustavo Perez Lemos em 13/04/2006.

¹⁷⁷ Posto de Escuta. *Tribuna Criciumense*, 30 de dezembro de 1957.

“Existia um tal de Pedro de Andrade que era o secretário executivo. Quando nós elegemos o falecido Parente, ele queria continuar como secretário executivo. Eu vim aqui na mina, peguei cento e sessenta homens, botei dentro do sindicato. Eu digo ‘eu e minha equipe estamos aqui por isso, (...) quero que o secretário de execução entregue a chave, por que daqui por diante que vai mandar somos nós aqui. (...) Então quer dizer que o meu primeiro ato de coragem dentro do sindicato foi este ai. Fiz ele entregar a chave, entreguei para o Parente, ‘agora tu vai botar aquilo que tu queres’ (...)”¹⁷⁸

Tabela 5. Divisão dos cargos pela diretoria sindical eleita em 1957.

Diretoria	Presidente: Antonio José Parente, Secretário Eugênio Ferreira, Tesoureiro Raul de Souza
Suplentes	Maurino Manoel Duarte, Nério Mello da Silveira e Luiz Venceslau da Silva.
Conselho Fiscal	Manoel Ribeiro, Julio Pedro da Silva e Manoel Jovencio
Suplentes	Paulo Delfino, Anfilóquio Antonio Crispin e Anselmo Horiate Silveira
Conselho da Federação	Augusto Vicente Sombrio, Valdomiro João Anacleto e Jose Pedro Rodrigues
Suplentes	Domingos da Silva, Vergílio Manoel dos Santos e José Manoel Celso

2.1.1 As greves de 1958 e 1959

Logo no início da gestão, em janeiro e fevereiro de 1958, os sindicatos da região – Criciúma, Lauro Muller e Urussanga – realizaram duas reuniões conjuntas para elaborar uma pauta salarial. Por consenso, é aprovada uma proposta de aumento entre 10% e 50%, dependendo da faixa salarial, a ser paga a partir de março do mesmo ano.

Tabela 6. Proposta dos mineiros para o acordo coletivo de trabalho de 1958.¹⁷⁹

Faixa salarial	Aumento
Cr\$ 3.360,00 a Cr\$ 5.000,00	50 %
Cr\$ 5.001,00 a Cr\$ 8.000,00	30 %
Cr\$ 8.001,00 a Cr\$ 10.000,00	20 %
Acima de Cr\$ 10.001,00	10 %
Escolhedeiras	+ 20%

¹⁷⁸ Entrevista de Rubens Garcia da Silva a Gustavo Perez Lemos em 18/01/2006

¹⁷⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. Ata da Reunião da Diretoria de 25/01/1958, livro de atas nº 1.

Pelos números apresentados, é possível perceber uma preocupação em diminuir a diferença de ordenados entre os trabalhadores. Para as escolheiras, donas dos mais baixos salários da indústria carbonífera¹⁸⁰, a proposta reivindicava ainda um adicional de 20%.

O maior salário mínimo em vigor (lembramos que o este variava de região para região do País), em 1958, era de Cr\$ 3.800,00. Segundo Badaró Mattos, utilizando dados do Dieese, o poder de compra era o mais alto desde a sua criação, em 1940¹⁸¹. Por outro lado, em Criciúma, o salário era de Cr\$ 2.400,00¹⁸², ou seja, parte dos operários das minas recebia entre um salário mínimo e meio e dois salários. Se o aumento pretendido fosse auferido, os trabalhadores com os mais baixos salários poderiam receber de 2 a 2,5 salários mínimos.

Tabela 7. Preços de gêneros alimentícios e eletrodomésticos em 1957¹⁸³

Produto – Kg	Preço
Café moído	Cr\$ 57,00
Açúcar branco	Cr\$ 13,00
Carne bovina	Cr\$ 45,00
Manteiga	Cr\$ 90,00
Leite (l)	Cr\$ 7,80
Frango	Cr\$ 90,00
Geladeira (unidade)	Cr\$ 30.000,00

A princípio, fica acertado em assembléia levar a pauta até o sindicato patronal. A estratégia não surte efeito e uma nova assembléia geral do dia 27 de março de 1958 aprova que o sindicato instaure dissídio coletivo na justiça do trabalho.

O trâmite judicial normal, entretanto, não segue o seu curso. Na assembléia de 17 de abril, os mineiros denunciam que o despacho do dissídio, que saíra havia 15 dias do Tribunal Regional do Trabalho de Porto Alegre, ainda não chegara à comarca de Criciúma. Os presentes, então, resolvem dar prazo de 48 horas para a resolução do problema, ou a greve seria deflagrada. Os representantes dos sindicatos de Lauro Müller e Urussanga declaram solidariedade ao movimento.

¹⁸⁰ CAROLA, op. cit., p. 27. “É provável, pois, que a escolha do carvão tenha se tornado um trabalho para as mulheres quando a indústria do carvão passou a se expandir na região. Neste caso, os baixos salários “aceitos” e “naturalmente” justificados para uma mão de obra feminina, tornaram-se atraentes para os donos das minas.”

¹⁸¹ MATTOS, Marcelo Badaró, op. cit., p. 56.

¹⁸² Cortesia com palheta alheia. **Tribuna Criciumense**, 04 de março de 1957.

¹⁸³ Quanto ganha o trabalhador americano e o brasileiro? **Tribuna Criciumense**. 07 de janeiro de 1957. A notícia é reprodução da Agência Argus Press e refere-se a preços praticados no Rio de Janeiro.

Na assembléia de 25 de abril, um telegrama da comissão formada por Antonio José Parente, Benjamim Barreto e Oscar José Raupp, dirigentes dos sindicatos de Criciúma, Lauro Müller e Urussanga, dá a conhecer a proposta do governo. O ministro Parsifal Barroso propunha um abono temporário com aumentos de 15% a 20%, condicionado à imediata saída de greve. Este grupo de sindicalistas, que se encontrava na capital federal, endossa a sugestão e recomenda o “reinício imediato do trabalho”. Antonio Boabaid, advogado sindical cricumense, acrescenta que caso o presente acordo não fosse cumprido, se organizaria novo movimento paredista. Nesse momento, o deputado Federal Elias Adaime, pede a palavra e, contrariando Boabaid, incita os mineiros a continuarem a greve. Adaime se vale do exemplo de greves de outras categorias como os “ferroviários em Blumenau e em São Paulo, nas quais ele (...) havia tomado parte”, para defender que os mineiros se mantivessem em greve, “embora a mesma durasse 10, 20 ou 30 dias”.¹⁸⁴

Tabela 8. Proposta do Governo para o acordo coletivo de trabalho de 1958

Faixa salarial	Aumento	Obs.
Até Cr\$ 5.000,00	20 %	
5.000,00 a 9.600,00	15 %	Com um aumento mínimo de Cr\$ 1.000,00

Boabaid pediu um aparte e perguntou ao deputado se este dava garantias à diretoria, “no caso de intervenção por parte do Ministério do Trabalho”. Adaime assumiu inteira responsabilidade, mas o advogado tinha razão em apresentar receio. Além do histórico de juntas governativas e diretorias que não chegavam ao final do mandato, o Ministro não era dos mais afáveis. Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico da FGV, Parsifal Barroso “tentou evitar a participação política da classe operária através do controle governamental das estruturas e lideranças sindicais.”¹⁸⁵ Algumas intervenções ministeriais também ocorreram durante sua gestão. Foram poucas, é verdade, mas não se via nada assim desde o fim do governo Dutra.¹⁸⁶

¹⁸⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 25/04/1958*, livro de atas nº 1.

¹⁸⁵ Fundação Getúlio Vargas. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930. In. http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/biografias/Parsifal_Barroso.asp. Acesso em 20/12/2007. “[Parsifal] Decidiu tomar as medidas necessárias para impedir que a esquerda assumisse o controle dos sindicatos, até mesmo anular eleições ganhas pelos comunistas.”

¹⁸⁶ SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil (1945-1990)*. São Paulo: Ática, 1994. p. 71.

De fato o Ministro já havia declarado a greve no sul do Estado ilegal, alegando, segundo a imprensa, que a justiça ainda não havia se manifestado quanto ao dissídio. A greve, entretanto, fora deflagrada justamente para que se apressasse o julgamento e, é claro, para pressionar por uma decisão favorável.

O problema, contudo, ficava cada vez mais complexo. Apelar para o instrumento da greve era uma estratégia arriscada, com o processo correndo nos tribunais. Além disso, somente os sindicatos de Criciúma e Lauro Muller apoiaram a iniciativa. Urussanga, apesar de participar das negociações no Rio de Janeiro, mantinha-se a margem do movimento. Dividida, a comissão de sindicalistas optou por acatar a proposta de Parsifal.

Não se pode determinar se a fala de Adaime foi preponderante para a manutenção da greve. O responsável por secretariar o encontro, Zelindro Serafim, registrou que “a Assembléia acatou inteiramente as palavras dirigidas pelo deputado Elias Adaime, haja vista que as mesmas vinham de encontro (sic) ao desejo dos trabalhadores”. O antigo petebista, e agora pessedista, buscava apoio nas minas de Criciúma, de olho na reeleição.¹⁸⁷

As autoridades locais criticaram a passagem do parlamentar pelas minas e procuraram desqualificar Adaime. O jornal *Tribuna Criciumense* o chamava de agitador; o presidente do legislativo de Urussanga, através de telegrama, alertava os governos estadual e federal para as “idéias manifestantemente subversivas”¹⁸⁸ do deputado.

A continuidade da greve, entretanto, não disseminou o movimento. Segundo a *Tribuna Criciumense*, enquanto as minas de Criciúma estavam totalmente paralisadas, importantes companhias como a CSN em Siderópolis, e a Barro Branco de Lauro Muller mantinham suas atividades.

Em 29 de abril finalmente, patrões e empregados puderam sentar-se numa audiência prévia de conciliação. A estratégia dos mineradores, representados por Sebastião Toledo dos Santos, era lavar as mãos, declarando que:

“(…) não podia oferecer nenhuma proposta, de vez que, sendo a indústria carbonífera nacional dirigida pelo Governo Federal, que lhe traça orientação, fixa preço do minério, estabelece cotas de produção e transporte, inclusive de mercado, por intermédio do Plano do Carvão Nacional, somente após o pronunciamento desse órgão é que os proprietários de minas estariam em condições de apresentar elementos para uma conciliação.”¹⁸⁹

¹⁸⁷ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. Eleições Catarinenses (1945-1998). Florianópolis, 2001. p. 103. Atingindo uma suplência pelo PTB em 1954, Elias Adaime se candidata em 1958 pelo PSD, alcançando a 4ª maior votação do seu partido e se reelegendo deputado federal.

¹⁸⁸ Enérgico telegrama ... **Tribuna Criciumense**. 05 de maio de 1958.

¹⁸⁹ Prossegue a “parede” dos trabalhadores das minas de carvão. Idem, ibidem.

A audiência, por motivos óbvios, não chegou a lugar algum. As decisões e negociações, cada vez mais, eram feitas no Rio de Janeiro, nos gabinetes do Ministério do Trabalho e na Comissão do Plano do Carvão Nacional.

A greve continua até 29 de maio. Nesse dia uma assembléia é convocada para aprovar o acordo conseguido com o ministério.

Tabela 9. Acordo coletivo de trabalho aceito pelos mineiros, em 1958¹⁹⁰

Faixa Salarial	Aumento	Obs.
Até Cr\$ 5.000,00	25%	
De 5.001,00 a Cr\$ 9.600,00	20%	Não podendo, o salário, ser menor que Cr\$ 6.250,00.
Acima de 9.601,00	---	A critério do empregador

Pelo quadro, percebe-se que os números foram bem próximos da proposta inicial do governo. As escolheiras não tiveram qualquer regra especial, e a camada com salários menores obteve pouca vantagem com relação ao salário médio dos operários. Na parte superior da folha salarial, o aumento ficaria a cargo do minerador.

Por outro lado, o governo e os empresários aceitaram o pagamento dos dias parados. A greve pode ser considerada de média duração, iniciando em 22 de abril até 09 de maio, e o corte do equivalente a metade do salário mensal fragilizaria a situação dos operários, bem como seu apoio ao sindicato. Ao contrário, o pagamento significava, na prática, um fortalecimento de uma estratégia grevista para conquista de melhores salários e condições de trabalho.

Ao contrário da greve de 1957, não foi possível detectar uma demanda por aumento de preços do carvão por parte das lideranças sindicais. É fato, porém, que o dinheiro para o pagamento dos dias parados foi conseguido pelas empresas através de um adiantamento da CEPCAN. Esse empréstimo foi baseado num futuro aumento do preço do minério.

¹⁹⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 29/05/1959, livro de atas nº 1.

2.1.2 A greve de 1959.

O ano de 1959 começa com inúmeras homenagens e inaugurações. O homem da vez é o General Oswaldo Pinto da Veiga, presidente da CEPCAN. Com planos de grandes investimentos no setor, como a esperada promessa da criação da Sociedade Termoelétrica de Capivari S.A. (Sotelca)¹⁹¹, Pinto da Veiga chegaria a Criciúma para cortar muitas fitas.

Para o mês de abril estava programada uma extensa visita do general. Homenageado em vida, Pinto da Veiga inauguraria, na vila operária da CBCA, a Casa da Criança General Oswaldo Pinto da Veiga. Além disso, lançaria a pedra fundamental das primeiras cem casas da Cidade dos Mineiros, projeto habitacional do instituto de previdência da categoria (IAPETEC); escola do SENAI; orfanato paraíso da criança em Urussanga e jantaria para discutir a usina eletro-siderúrgica.¹⁹²

Em seu discurso durante a visita, afirmou Pinto da Veiga que a CEPCAN investiu 15 milhões de cruzeiros em obras sociais no sul catarinense. A prioridade era cobrir “as principais deficiências hospitalares”, cuidar do “amparo à infância” proporcionar uma educação de “nível mais avançado”, “construindo uma oficina eletromecânica” para os filhos dos mineiros.¹⁹³ Em tom conciliador, disse que ao brasileiro faltava ainda “o amadurecimento do homem” e conclamou todos para estabelecer uma “mutua confiança entre aqueles que deveriam colaborar numa tarefa comum”.

Os mineradores, na mesma linha de obras sociais da CEPCAN, fundaram a Associação de Assistência aos Trabalhadores na Indústria Carbonífera. A princípio, esta entidade seria formada por representantes das empresas e empregados. Este era o plano inicial, conforme explicava ao sindicato dos mineiros, ainda em 1958, Nery Gesuíno da Rosa ex-delegado do IAPETEC.¹⁹⁴

O que aconteceu, entretanto, foi que o controle da associação ficou exclusivamente com as companhias mineradoras, que injetariam 1% do valor da tonelada de carvão, conforme sua produção. A representatividade nas assembleias gerais da entidade também seria por produção. Quanto mais carvão, mais votos uma empresa teria.

¹⁹¹ Sobre a Sotelca ver GOULARTI. Usina termoelétrica em Santa Catarina: da concepção da Sotelca à privatização da Jorge Lacerda. In: GOULARTI FILHO, Alcides. op. cit., p. 322.

¹⁹² Criciúma prestará excepcionais homenagens ao General Oswaldo Pinto da Veiga. **Tribuna Criciumense**, 06 de abril de 1959.

¹⁹³ Discurso proferido pelo Sr. General Oswaldo Pinto da Veiga. **Tribuna Criciumense**, 20 de abril de 1959.

¹⁹⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 28/09/1958**, livro de atas nº 1.

Sua principal função seria fornecer “assistência médica hospitalar e clínica” aos operários, financiando ainda a compra de remédios. Futuramente caberia a associação implementar cursos do SENAI, bem como oferecer curso ginásial aos filhos dos mineiros.

Todas essas medidas de benefício social, como demonstramos anteriormente, estavam em evidência tanto na imprensa quanto nos círculos políticos e sindicais da cidade. A CPI de 1957, os estudos do Dr. Manif Zacharias e também iniciativas do movimento dos trabalhadores das minas de carvão reclamavam e tentavam apontar soluções para esses problemas.

Em 28 de setembro de 1958, uma comissão dos mineiros retornava da capital federal onde justamente discutira esses problemas. Os documentos não apontam todos os membros que estiveram no Rio de Janeiro, negociando com a CEPCAN, mas chama a atenção que o relator das atividades da comissão era Zelindro Serafim, adversário da atual diretoria, bem como Venício Oliveira, conselheiro fiscal do sindicato.

A pauta de reivindicações incluía exclusivamente aspectos de “higiene e segurança no trabalho e assistência social” tais como: a construção de um armazém do SAPS ¹⁹⁵, a possibilidade de operários incapacitados trabalharem na superfície sem redução de salário, refeitórios na boca das minas e a instalação de luz nas vilas operárias. Diretamente com o general Pinto da Veiga, foi solicitada a melhoria do atendimento hospitalar aos mineiros e suas famílias. Além disso, foi acertada com o Departamento Nacional do Trabalho a vinda de um técnico para avaliar as condições de trabalho nas minas, visando implantar o adicional de insalubridade.

No dia 12 de abril de 1959, a visita das autoridades chegava ao fim com a parte mais aguardada, a discussão da Sotelca. Em meio a tantos engratados, deputados, empresários e senadores, o advogado Aldo Dittrich ¹⁹⁶, representando o sindicato dos mineiros de Criciúma, pediu a palavra para apresentar as reivindicações da categoria.

Os trabalhadores exigiam um aumento linear de C\$ 3.500,00 para os trabalhadores de subsolo e especialistas, Cr\$ 2.500,00 para trabalhadores de superfície e Cr\$ 800,00 para as escolhedeiras. Na pauta lida pelo advogado, constava também a substituição dos trilhos de madeira, onde eram empurrados os vagões cheios de carvão pelas galerias, por trilhos de metal.

A nova pauta salarial da categoria fora discutida na assembléia do dia 13 de fevereiro de 1959. Um novo salário mínimo, com majoração de cerca de 58%, fora aprovado pelo

¹⁹⁵ Serviço de Alimentação da Previdência Social.

¹⁹⁶ Voltara a trabalhar no sindicato após o afastamento de Antonio Boabaid, em fevereiro de 1959.

governo federal e estava em vigor desde o início do ano um valor de Cr\$ 6.000,00. Em Santa Catarina, segundo o sindicato, houve um aumento um pouco maior, de 87,5%, o que representava um total de Cr\$ 4.500,00.¹⁹⁷

Na primeira rodada de negociações, realizadas em nível local, os mineradores apresentaram uma proposta linear de 44,2%. Em 16 de abril, a oferta é recusada e, como de praxe, é organizada uma comissão para ir ao Rio de Janeiro.¹⁹⁸

De volta da capital federal, a comissão traz uma proposta pior. Pinto da Veiga “ofereceu apenas 25% e depois de muita luta, havia concordado em 35%”¹⁹⁹. A assembléia rejeita mais uma vez o índice abaixo da reivindicação inicial.

Nesse momento, duas posições são postas em discussão. Primeiramente, Zelindro Serafim diz ser “precipitação ir à greve sem primeiro fazer nova reunião com os mineradores, com a presença dos três sindicatos”. Outros dois oradores, Antonio Parente e Manoel Ribeiro, rejeitam a conversa com os sindicatos vizinhos. A assembléia, por sua vez, ratifica a posição da diretoria do sindicato, ou seja, não haveria novas reuniões com os órgãos de Urussanga e Lauro Müller.

Parente reconhece o pacto firmado entre os três sindicatos, ainda em janeiro de 1958. Vimos que existiram alguns problemas com Urussanga, na greve de 1958. O sindicalista criciumense denunciava agora seus colegas que vinham “desvirtuando e fugindo das responsabilidades assumidas, faltando às reuniões convocadas e até criticando o nosso sindicato”.²⁰⁰

Em que pese as escaramuças entre Criciúma e os outros municípios, o jornal *Tribuna Criciumense* noticia que no dia 2 de maio, teve início uma paralisação geral, incluindo Urussanga e Lauro Müller. Do movimento em si, pouco se noticiou. Mas nas atas nota-se a preocupação em manter um movimento de caráter pacífico, embora firme. Os piquetes não são descartados, mas é deliberado que seria permitida a permanência de apenas um operário bombeiro em cada poço²⁰¹. Além disso, como a assembléia ocorrera quatro dias antes, esses trabalhadores teriam que verificar todo o escoramento da mina antes do início da parede. A medida era a garantia que os grevistas não deixariam as galerias inundarem ou desabarem por

¹⁹⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 13/02/1959*, livro de atas nº 1.

¹⁹⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 16/04/1959*, livro de atas nº 1.

¹⁹⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 26/04/1959*, livro de atas nº 1.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ O operário bombeiro era o responsável pela drenagem das galerias, constantemente ameaçadas de inundação.

falta de manutenção, o que certamente inviabilizaria o trabalho por muito tempo, além de atrair a ira tanto de mineiros quanto de mineradores.

A greve dura até o dia 18 de maio, quando é aceita uma nova proposta do governo, negociada em conjunto com os mineradores e assinada pelos três sindicatos. Fica aprovado um aumento de 40% para quem os trabalhadores que recebessem até Cr\$ 5.500,00 e de 35% para salários acima de Cr\$ 5.500,00. Além disso, foi garantido o pagamento dos dias paralisados.

Tabela 10. Acordo salarial obtido com a greve de 1959.²⁰²

Faixa salarial	Alíquota	Obs.
Até Cr\$ 5.500,00	40%	Salário inicial não inferior a Cr\$ 6.300,00
Acima de Cr\$ 5.500,00	35%	Salário não inferior a Cr\$ 7.700,00

O acordo ficou semelhante à primeira negociação com as companhias antes da greve, quando foram propostos os 44%. A correção ficou bem abaixo dos índices de ajuste do salário mínimo catarinense. Mas uma hipótese provável que se pode deduzir do resultado salarial, para tentar compreender o contrato final, é que as lideranças sindicais procuravam ganhar um pouco mais, contando com a força dos empresários nos corredores do Rio de Janeiro. Ora, se em nível local eles oferecem 44%, provavelmente receberiam bem mais do governo no preço do carvão.²⁰³

A unidade sindical cai por terra justamente quando o governo apresenta números bem abaixo da proposta patronal. Neste momento, uma ala identificada com Zelindro Serafim, mas também possivelmente com os sindicatos de Urussanga e Lauro Müller, prefere continuar numa ação conjunta com as mineradoras. Já o sindicato de Criciúma, e boa parte dos trabalhadores, preferem ir à greve.

²⁰² SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 18/05/1959*, livro de atas nº 1.

²⁰³ Carvão de Santa Catarina: Novos preços. *Tribuna Criciumense*, 29 de junho de 1959: “os preços foram elevados, diz a portaria da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, para facultar meios às empresas carboníferas de procederem ao reajustamento salarial e considerando a elevação do custo dos materiais e a necessidade de atribuir às referidas empresas de mineração lucros compatíveis com os riscos da indústria”

Tipo de Carvão	Preço da Tonelada métrica	Sobretaxa da paralisação
Carvão Lavador	Cr\$ 1.160,00	Cr\$ 36,00
Carvão Metalúrgico	Cr\$ 2.153,00	Cr\$ 60,00
Carvão Vapor Grosso	Cr\$ 1.805,00	Cr\$ 55,00
Carvão Vapor Fino	Cr\$ 1.083,00	-----

É inegável a diferença de concepções de como fazer movimento sindical. Parente buscava afirmar a independência da categoria. Zelindro apostava na união de interesses entre patrões e empregados. Até então, porém, o aumento dos preços do carvão não fora questionado. A CEPCAN era a arena de interesses. O Rio de Janeiro, destino das negociações onde, tinha-se a esperança, se resolviam as coisas.

A greve de maio de 1959 produziu mais resultados, além do aumento salarial. O primeiro e surpreendente, foi o pedido de demissão de Pinto da Veiga. Não ficaram claros os motivos de o general, que recebeu tantas homenagens na região carbonífera, solicitou afastamento. O jornal *Tribuna Criciumense* arriscou uma explicação, ademais não pormenorizada, de que “não se conformando com o pagamento dos dias em que os trabalhadores estiveram em greve, solicitou demissão, em caráter irrevogável.”

2.1.3 - O Carvão é Nosso.

O segundo resultado foi a temporária incorporação de sindicalistas e trabalhadores numa campanha em defesa do carvão. No dia 25 de junho de 1959, na sede do sindicato patronal, foi discutida:

“a grande crise que, de ano para ano, se vem acentuando na indústria carbonífera catarinense e que ameaça inclusive, provocar a paralisação total das atividades dessa indústria, com o fatal corolário do desemprego em massa”²⁰⁴

A campanha procurava dizer que “o sul catarinense” corria perigo. Novas mesas redondas foram organizadas, buscando atrair demais autoridades. A imprensa carregou suas tintas hipotecando “integral apoio a essa cruzada de salvação do carvão brasileiro.” A loja Maçônica Presidente Roosevelt, doara Cr\$ 50.000,00.

O presidente do sindicato dos mineradores, Sebastião Toledo dos Santos, abriu a mesa alertando para a grande quantidade de carvão vapor nos “pátios das minas, [no lavador] em Capivari e no porto de Imbituba”. Parente e Aldo Dittrich participaram das orações, que professavam a fé no ouro negro.

De fato, o mercado de carvão vapor era constituído em grande escala pelas ferrovias e transporte naval. O que se observa, desde o final da década de 1940, é a substituição do

²⁰⁴ Terça-feira mesa redonda para discutir a gravidade da crise carbonífera. **Tribuna Criciumense**, 29 de junho de 1959.

minério por petróleo, enquanto que no ramo da siderurgia, o consumo de carvão metalúrgico crescia. Mas era impossível extrair somente o tipo de carvão mais rentável.²⁰⁵

Esta campanha guardava muitas semelhanças com a “outra” “Batalha do Carvão”, realizada no fim dos anos 1940. A “ideologia da crise” buscava atrelar toda a resolução dos problemas a medidas de apoio do governo federal, como construir uma usina termoelétrica, diminuir a importação de carvão estrangeiro, desenvolver a indústria química e siderúrgica. Para tal, um discurso nacionalista era desenvolvido, surgindo a figura do carvão nacional, e não apenas do carvão catarinense.²⁰⁶

O momento, entretanto, era outro. Antes o carvão era facilmente defendido como fonte energética. Agora, uma promissora indústria automotiva impunha cada vez mais o uso dos derivados do petróleo. Dessa forma a estratégia foi tentar mobilizar a região carbonífera, batendo na tecla da ameaça à região. O carvão nacional agora também era sul-catarinense. Assim, esta nova campanha, na visão de um jornalista da *Tribuna Criciumense*, não partiria “somente dos dirigentes de empresas e dos sindicatos, mas, principalmente, da massa popular”²⁰⁷. A perspectiva era massificar os protestos, envolvendo os municípios em aglomerações públicas.

Nesse espírito, os alunos do último ano do ginásio Madre Tereza Michel organizam o Movimento Estudantil de Criciúma em Defesa do Carvão Nacional.²⁰⁸ Durante todo o ano de 1959, este será, nas peças de propaganda, o depositário das esperanças da imprensa e empresários, ao contrário do que seria lógico esperar: que a estrela fosse o movimento dos trabalhadores das minas. Junto aos estudantes apareceram seus “conselheiros”: José Pimentel, diretor do jornal *Tribuna Criciumense*; Addo Caldas Faraco, Prefeito Municipal; Estanislau Cizeski, pároco da cidade; Nelson Alexandrino, diretor da Escola Técnica Criciumense; Diomício Freitas, dono da Carbonífera Criciumense.

A partir do surgimento dos estudantes, nenhuma palavra, nos inúmeros artigos jornalísticos, será dita do sindicato dos mineiros de Criciúma ou dos trabalhadores do carvão. Ao contrário estes aparecerão apenas como espectadores, como no comício de 21 de agosto de 1959:

“Magnífica demonstração de civismo e de apoio decidido e entusiástico à batalha do carvão (...) deu a juventude cricumense (...). Grande massa popular, em sua maioria

²⁰⁵ Carvão e desenvolvimento nacional. **Tribuna Criciumense**, 27 de junho de 1959.

²⁰⁶ CAROLA, Modernização, Cultura e Ideologia do Carvão em Santa Catarina. In: GOULARTI FILHO, Alcides. op. cit., p. 29.

²⁰⁷ PIERI, Sebastião. A defesa do carvão nacional idem. **Tribuna Criciumense**, 27 de junho de 1959.

²⁰⁸ CARDOSO, Manoel Carlos. Criciúma em defesa do carvão nacional. **Tribuna Criciumense**, 10 de agosto de 1959.

constituída de operários, aplaudiu com calor, a louvável iniciativa, estimulando os oradores na sua pregação (...)²⁰⁹

Nas atas do sindicato, não existe nenhuma referência à campanha, de onde se pode deduzir que o desinteresse tornou-se mútuo, ao longo dos meses. Os meios sindicais agitavam-se, isso sim, para a eleição do sindicato dos mineiros.

2.1.4 “Parente do diabo”

O capital político da gestão de Antonio Parente foi acumulado em duas greves vitoriosas. Apesar das acusações de comunismo, a postura decidida de dar prazos as autoridades e cumprir as ameaças de greve, além de se garantir o pagamento dos dias parados, fortaleceu a diretoria e o instrumento da greve, em detrimento de posturas de cooperação com os patrões. Mesmo que os aumentos pleiteados não fossem alcançados, estes ficaram acima da inflação média do período.

A segunda eleição dos “combativos” ao sindicato dos mineiros reserva algumas peculiaridades com relação à primeira. Com um total de 1674 votantes, ela se torna muito mais polarizada. Apenas duas chapas concorrem ao pleito. Pelos números da votação, percebemos a grande força política construída nos gestões anteriores. A chapa 1, de Parente, dobrava o seu número de votos enquanto a oposição, dirigida por Dorizo Francisco Rocha, somava praticamente o mesmo número de votos da eleição anterior.

Tabela 11. Divisão dos cargos pela diretoria sindical eleita em 1957.²¹⁰

Diretoria	Presidente: Antonio José Parente, Secretário: Eugênio Ferreira, Tesoureiro: Raul de Souza
Suplentes	Obadias Gonçalves Barreiros, Antonio Roussenk e Manoel de Jesus
Conselho Fiscal	Valdomiro João Anacleto, Manoel Juvêncio e Venício Ângelo de Oliveira
Suplentes	Manoel Inocência Bittencourt, Lauro Motta e Ido Manoel Souza
Conselho da Federação	José Martinho Luiz, Raimundo Verdieri e Osmar Máximo Dimas
Suplentes	Aufilóquio Antonio Crispim, Raul Bernardino Gomes e Sebastião Nunes Martins.

²⁰⁹ A mocidade criciumense toma posição em defesa do carvão nacional. **Tribuna Criciumense**, 24/08/1959.

²¹⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata de Apuração de Eleição da Diretoria de 1959**, livro de atas nº 1.

Tabela 12. Resultado das eleições do sindicato dos mineiros de Criciúma, em 1959. ²¹¹

Urna	Chapa 1	Chapa 2	Branco/nulos
Sede Sindicato	272	62	4
Prospera	270	50	6
Catarinense (Rio Maina)	5	70	1
Carbonífera União (Morro da Cruz)	102	6	1
Mineração de Içara	146	26	3
Metropolitana	210	67	5
CBCA	157	11	2
Boa Vista	53	1	0
São Marcos	10	84	4
Itinerante	39	2	1
Total	1264	379	27

Dos dois núcleos eleitorais de João Garrafa e Zelindro Serafim, a Metropolitana e a Mineração de Içara, pouco havia restado. É verdade também que na Carbonífera São Marcos, o inverso ocorria. Mas em Içara, a força da chapa 1 reduziu completamente a figura de Garrafa.

Adílio Mello da Silveira havia participado da chapa de Auzenir, em 1955. Seu irmão, Nério Mello da Silveira era suplente na campanha vitoriosa de Parente em 1957. Para Adílio, foi com a eleição deste que as coisas mudaram na Mineração da Içara:

Até ali, nós enfrentávamos o pessoal da CBCA. Nós éramos ingênuos. Depois que apareceram esses caras, é que a gente passou a conhecer e perceber que eles estavam no caminho certo.²¹²

João Garrafa, na visão de Adílio, facilitou a própria derrocada:

Na mineração tinha um tal de João Garrafa, mas o coitado era fraco. Ele era vendido. Porque o cara que não tem uma posição certa, ele fracassa. Mas quando o Parente ganhou, começamos a ganhar terreno lá. Fizemos a primeira greve, e o João garrafa começou a pegar dinheiro de político. Aí não deu em nada, acabou-se.

A vila da Mineração Geral do Brasil, em apenas dois anos, havia tornado-se um baluarte dos “combativos”. Alguns dias antes da eleição, os membros da opositorista chapa

²¹¹ Idem, ibidem.

²¹² Entrevista de Adílio Melo da Silveira a Gustavo Perez Lemos em 01/07/2005.

2, tentaram reverter a situação. Convidaram o padre Agenor Neves, exímio orador da paróquia de Urussanga e anticomunista ferrenho, para celebrar uma missa. A idéia seria colocar os “comunistas” numa enrascada.

Foi a “semana inteira com microfone lá no bairro: Novena com padre Agenor.”, conta Adílio. Os responsáveis pela campanha da chapa 1 na mineração, Adílio da Silveira, seu irmão Nério da Silveira e Jorge Feliciano, começam a discutir o que fazer:

Não podemos chegar lá e gritar. Se nós agitarmos o povo, eles acabam a missa. Aí nós entramos pelo cano. ‘Os comunistas mandaram o padre embora!’ Era o que eles queriam. Aí eles gravavam, eles tinham gravador, a arruaça. E no outro dia eles podiam até ganhar a eleição.

Segundo Adílio, a idéia da oposição era forçar um desentendimento com o padre, que se sabia, fazia um discurso, e gravar a contenda. A dificuldade era se eximir do rótulo de comunista. A solução seria combinar com seus companheiros e suas famílias e articular um pensamento simples: política e religião não se misturam.

Só temos uma saída, vamos preparar os homens, as mulheres, a gurizada (e a gurizada era um terror, também) pra não tumultuar. Pessoal, vamos encher a igreja de gente. A hora que o padre errar o caminho certo e entrar no terreno político, nós saímos, e o povo sai tudo atrás de nós.²¹³

Ciro Manoel Pacheco, ex-motorista do sindicato, recorda a mesma história:

Começamos a campanha pra ninguém ir à missa. Desconfiamos que o pessoal podia ir à missa e nós poderíamos perder a parada. Aí resolvemos fazer uma campanha pra todo mundo ir à missa, mas com o seguinte compromisso: se ele falasse em política sindical, todo mundo era pra virar as costas e deixar ele sozinho dentro da Igreja. E assim foi. Fizemos a campanha A Igreja encheu! Mas lotou que ficou gente na rua!²¹⁴

A articulação foi feita de madrugada. Casa a casa, Adílio, Néri e Jorge conversavam com as famílias mais próximas. No dia da missa, várias fábulas e muita política:

E o padre começou (...) a falar assim e tal e começou a chegar: Conheceréis a árvore pelo fruto. Uma árvore má não pode produzir bons frutos. Um pé de espinheiro não pode produzir uma maçã.²¹⁵ Foi chegando onde ele queria, pra chamar de comunista. E a hierarquia da mina tudo lá na frente, o pessoal encarregado. E quando ele chegou na hora x, quando ele descambou pro objetivo dele, nós viramos as costas, a turma levantou toda. E eles gravando que eles iam passar nas outras minas aquela gravação.²¹⁶

²¹³ Idem.

²¹⁴ Entrevista de Ciro Manoel Pacheco a Gustavo Perez Lemos em 01/06/2003.

²¹⁵ Fábula atribuída a Jesus, citada no evangelho de Mateus capítulo 7:17-21.

²¹⁶ Entrevista de Adílio Melo da Silveira a Gustavo Perez Lemos em 01/07/2005.

Ciro Manoel recorda de outras partes do discurso, dessa vez, o padre cita Esopo

Irmãos, eu vou contar a historinha do escorpião. Tinha um escorpião uma vez, na beira do rio, e a rãzinha chegou e o escorpião chegou e pediu: me atravessa que preciso chegar abaixo do rio e a rãzinha: não escorpião eu tenho medo porque tu é muito venenoso tem um ferrão. Oh rãzinha tu acha que tu vai me fazer um favor e eu ainda vou te ferrear? Pode me passar, te dou a minha palavra. E foi conversando a rãzinha até que convenceu a rãzinha e a rãzinha aceitou e deu a carona pro escorpião. Ai o escorpião posou em cima do cerro da rãzinha e a rãzinha foi nadando. Quando chegou de meia margem do rio o escorpião começou a olhar o lombinho da rãzinha gordinho e foi cobiçando. Quando a rãzinha atravessou a margem ele ferrou a rãzinha e a rãzinha gritou: ô escorpião tu me prometeste e ferroaste. Aí o Pe. Agenor: assim caríssimos irmãos, assim fazem os comunistas prometem tudo e tal. Nesta hora nós viramos as costas.

Já que a questão era política, os mineiros resolveram partir para a política:

Nós saímos da igreja e ficamos gritando: Parente! Parente! Ele viu todo mundo virado de costas pra ele e disse: Irmãos, já que vocês não gostaram da prática do padre, que vão em paz pra casa que desde já estão perdoados. Aí nos saímos da igreja e rodeamos o carro dele. E ele ligou o carro e não podia sair. E nós: Parente! Parente! Quando nós abrimos que o carro saiu patinando ele botou a cabeça pra fora: Parente do diabo! E terminou assim. E nós ganhamos a eleição²¹⁷

A fábula, atribuída a Esopo, conta a história de uma rã que aceita ajudar o escorpião, na travessia de um rio. No meio das águas, o escorpião fere a rã. Ao ser questionado do porque ter feito aquilo, já que ambos morreriam, o escorpião responde: nada posso fazer, é da minha natureza.

A imagem passada pelo padre tem dois atributos: um que o pensamento comunista, ou a pessoa física do comunista não poderia deixar de ser inerentemente má. A travessia de um rio e a traição no meio do caminho denota a idéia de um processo. É possível que tenha sido muito bem escolhida. Tratava-se da segunda eleição de Parente. Os moradores da Mineração já possuíam uma relação com a esquerda sindical. A rã já havia aceitado dar carona ao escorpião. O escorpião por sua vez não tinha medo de sacrificar-se e levar junto quem o tinha apoiado. Na verdade, inclusive, o escorpião não se sacrifica, ele torna-se um suicida.

²¹⁷ Entrevista de Ciro Manoel Pacheco a Gustavo Perez Lemos em 01/06/2003.

2.2 A greve de 1960

A principal causa da greve de 1960, segundo Alcides Goulart Filho, foi o não pagamento da taxa de insalubridade.²¹⁸ Nas atas, encontramos a discussão do benefício pelo menos desde 1958²¹⁹ e nesse mesmo ano, o sindicato protocolava petição na justiça do trabalho. Em assembléia de 13 de fevereiro de 1959, Antonio Parente informa que a petição “havia sido julgada, porém ainda não decidida, devido algumas falhas processuais, plenamente sanáveis (...) e que os associados ficasse tranqüilos que seus direitos serão conquistados.”²²⁰

O assunto parece ter ficado congelado durante o ano, retornando as atas somente no dia 13 de dezembro, em assembléia especialmente convocada para tal. Aldo Pedro Dittrich, advogado do sindicato, procurou explicar que o direito dos trabalhadores era “liquido e certo, uma vez que a taxa de insalubridade é lei desde 1939”. Informou ainda que em uma reunião do dia 4 de dezembro, foi dado um prazo de 30 dias para o governo decidir sobre a insalubridade. Estavam presentes àquela reunião os sindicatos de Urussanga, Lauro Müller e Criciúma, representantes da Federação de Mineiros de Carvão do Brasil, e o diretor da CEPCAN.

Os membros da diretoria marcaram suas posições. Manoel Ribeiro pediu que os mineiros permanecessem “tranqüilos e confiantes”. No mesmo sentido, Raimundo Verdieri solicitou que os operários ficassem “calmos, unidos e que o prazo de 30 dias fosse aprovado pela assembléia”. Obadias Barreiros relatou que “o governo esta realmente tomando medidas, e antes do prazo (...) teremos a taxa”. Por fim Antonio Parente complementou dizendo que se deveria aprovar o prazo, porém, este deveria ser “improrrogável”²²¹.

Os convites à “calma” e “unidade”, por parte das lideranças, chamam atenção ao clima de mais um ano de campanha pelo “carvão nacional”. Os mineiros, embalados também pelas vitórias do último ano, tendiam a uma postura mais incisiva. Quem poderia discordar que o

²¹⁸ GOULARTI FILHO, Alcides. Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960. In: GOULARTI FILHO, Alcides. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 81.

²¹⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da reunião da diretoria de 15/11/1958**, livro de atas nº 1. Ata nº332.

²²⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 13/02/1959**, livro de atas nº 1.

²²¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 13/12/1959**, livro de atas nº 1

trabalho na mina era perigoso e doentio? Quem poderia ser contra uma compensação tão justa?

A assembléia decidiu pelo prazo improrrogável. O prazo se esgotava em quatro de janeiro. No dia anterior, ao seu término, a esperança e a calma haviam sucumbido. A lista de oradores crescia com

“todos se manifestando, que há mais de dois anos este sindicato havia impetrado dissídio sobre a insalubridade junto ao TRT da 4ª região e que encontra-se no TST não tendo notícias a respeito apesar de nossos constantes apelos junto às autoridades (...)”

Em votação secreta e por unanimidade, foi decidido paralisar os trabalhos. No mesmo dia, Valdomiro Anacleto, presidente da mesa adverte que será “uma greve muito dura”. A fala de Valdomiro mostra a preocupação da diretoria em comandar o curso da greve, pois este pediu para os mineiros “evitem aglomerações em qualquer lugar, e que o sindicato, era o lugar ideal para reuniões.” Foi decretada assembléia permanente, “ficando suas portas (do sindicato) abertas dia e noite”.

A greve, entretanto, não começou com essa assembléia. Ela começou dias antes e em uma empresa só. Na Companhia Metropolitana, o dia 29 de dezembro começou parado, pois a mesma “não queria de maneira alguma cumprir os acordos firmado por melhores condições de trabalho e salários”. Parente procura, mais de uma vez, explicar ao plenário que a greve era “justa e legal” e acrescenta:

“a responsabilidade da greve da Metropolitana é exclusivamente minha como presidente do sindicato. Assumo esta responsabilidade porque considero uma greve justa e legal. Alguém pode alegar porque as bombas da Metropolitana não estão funcionando e eu respondo: não estão funcionando porque eu não permiti que trabalhadores aposentados pelo IAPETEC continuassem trabalhando como bombeiros. Qualquer responsabilidade a respeito da paralisação das bombas é exclusivamente minha.”²²²

Uma outra pessoa também achava que a parede era culpa de Parente. Zelindro Serafim, funcionário e liderança do PTB no Rio Maina, recorda das primeiras negociações. Meio afastado da comunidade do Metropol, por conta de trabalhar no escritório da companhia, Zelindro diz tentou impedir o movimento:

²²² SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 03/01/1960*, livro de atas nº 1.

Inventaram uma greve lá. Eu fui contra a greve. Ganhei, impedi a greve. Eles queriam entrar na greve, fizeram uma reunião lá na igreja. Eu fui contrário a greve porque eu pensava que se tivesse que fazer greve, primeiro nós devíamos fazer um dia de paralisação, leva nossa reivindicação à chefia e depois, conforme o resultado da reivindicação aí sim, poderia falar uma greve. E a turminha me acatou.²²³

Segundo seu relato, porém, Parente conseguiu à força um dia de paralisação. “E o Parente foi lá em cima (e disse) que a turma entrasse em greve. Então, ficamos um dia parados”. No mesmo dia, no centro de Criciúma, acontecia com os mineradores uma reunião para firmar um acordo. Porém, “o Parente deveria se fazer presente, não foi. Mandou o advogado do sindicato”. Zelindro conta que “bateu o pé” e conseguiu um acordo assinado, através do advogado patronal, Napoleão de Oliveira, com que mantinha “forte ligação”.

O acordo foi comemorado pelos operários: “quando o Vânio parou na sede do Metropol eles me agarraram (...) e me levaram nas costas pra dentro da sede. E aí a festa rolou. Porque eles viram o que foi pra conseguir as coisas”.

Para Zelindro, a paralisação só aconteceu porque Antonio Parente queria diminuir sua liderança na mina. O líder sindical estaria “trabalhando toda a vida contra mim, toda vida tentando cavar o meu pé.” A “turma de lá”, mais provavelmente sob a liderança de Obadias Barreiro, estaria espalhando boatos de que Zelindro havia se “vendido pro Diomício”²²⁴. A greve, apesar do acordo, aconteceu:

Aí quando um dia eu cheguei em casa, um amigo meu entrou: ‘Eu vim aqui te dizer uma coisa, a turma aqui acabaram de decretar uma greve.’ Mas tão rápido assim? ‘falaram a pouco uma ‘porçãozada’ de coisas do Diomício. Fizeram a cabeça da turma. E vai haver a greve amanhã.

Os motivos do movimento da Metropolitana percorrem caminhos complexos. Pelas dramáticas conseqüências ao seu final, cada um fazia sua preleção. A companhia foi arrematada pelo Grupo Freitas-Guglielmi em agosto de 1959, de Euvaldo Lodi, um empresário carioca, que havia falecido em 1956 e cujos filhos raramente aportavam na capital do carvão. A gestão das minas ficava a cargo de Arthur Albino Cirino, chamado de Velho Albino ou Cabeça Branca.

Na memória patronal, a Metropolitana do Velho Albino era o inferno: “a produção das minas caía, os funcionários dominavam os capatazes e trabalhavam quando estivessem a fim.

²²³ Entrevista de Zelindro Serafim a Gustavo Perez Lemos em 13/04/2006

²²⁴ Diomício Freitas, diretor do Grupo Freitas-Guglielmi.

Ou seja, quase nunca.”²²⁵ Ou ainda, era o paraíso “para quem desejasse trabalhar pouco e receber bem.”²²⁶ A companhia, assentada sob reservas de carvão para 200 anos, estava atolada em dívidas.

Elói Gomes, feitor de mina, recorda dos tempos do “Cabeça Branca”

(...) foi um patrão muito bom. Foi bom até demais. Por isso que faliu. Era muito piedoso. Ele pegou essa fama porque a mulher dele, a dona Sueli, ajudava muito os pobres. E se uma pessoa ia lá reclamar que uma mulher ta doente, uma criança doente, mandavam na hora levar, socorrer. Nós tínhamos muita consideração com ele. Pagava bem, todo mundo ganhava bem, não explorava o trabalhador. Quando vinha um aumento, quando as outras carboníferas ainda estavam brigando, ele já estava pagando o aumento.²²⁷

A solução encontrada pelos novos proprietários, para tornar as minas lucrativas, era fazer uma operação de guerra. Os planos de demissão dos estabilizados e controle da produção já estavam na prancheta antes da greve. A temperatura esquentava, e foi instaurado um clima de perseguição dentro da empresa. Mesmo os feitores estavam descontentes. Elói continua:

(...) a primeira reunião que teve, nós já batemos de frente. Porque eles pediram pra eu cuidar desses estabilizados, me esconder na galeria escura pra ver o que eles estavam conversando, uma espécie de investigador, e levar pra eles. Aí eu disse: esse tipo de coisa eu não faço.

Apesar de concordar que mudanças precisavam ser feitas, Elói explica que o nível de exigência beirou o absurdo, até mesmo para um feitor:

Coisinha mínima de pedra que tivesse no carvão, virava a vagoneta fora. Exigir eu até concordo, tem que exigir, mas tem que ser um pouco mais limitado, mais devagar, fazer o pessoal entendendo devagar

Enxugar o quadro de funcionários era interesse prioritário da nova administração. Funcionários com mais de dez anos adquiriam estabilidade, o que os tornava especialmente refratários a uma carga de trabalho extra. Cabe lembrar que os mineiros se aposentam aos 15 anos de serviço, e o fazem gozando de péssimo estado de saúde. A produtividade de um trabalhador com largo tempo de mineração no subsolo certamente era menor. Mas uma gerência, mesmo ávida por obter retorno do investimento o mais rápido possível, teria muitos

²²⁵ SILVA Jr., José da. **Santos Guglielmi: a trajetória do empreendedor**. Criciúma: Empresas Guglielmi, 1998. p. 213.

²²⁶ SILVA, Jr., José da. **Histórias que a bola esqueceu: a trajetória do Esporte Clube Metropol e de sua torcida**. Florianópolis: CMM Comunicação, 1996. pg. 19.

²²⁷ Entrevista de Eloi Gomes a Gustavo Perez Lemos – 21/04/2006

problemas para demiti-los. Talvez por isso que o futuro prefeito, eleito em 1961, Néri Gesuino da Rosa tenha ficado desconfiado, e emprestado tintas conspirativas ao episódio:

(...) ele conseguiu com uma sujeira tremenda que os operários fizessem uma greve (...). Com essa greve ilegal eles puseram na rua uns cento e poucos empregados com mais de 10 anos. (...) isso tudo a greve preparada pelo sindicato, preparava na reunião deles foi ali na guarda.²²⁸

O olhar retrospectivo nos permite descartar como absurda a idéia de o sindicato dos mineiros de Criciúma fazer reunião com mineradores para provocar demissões. Porém, o clima conspirativo estava na cabeça dos novos patrões. Santos Guglielmi argumenta que, com a aquisição da companhia, a sociedade Freitas-Guglielmi ficou muito visada e pensou, por um momento, que os grevistas “estivesse sendo incentivados por outros empresários”²²⁹.

As faixas para a passeata já estavam prontas de véspera. E a greve pela insalubridade assumia também o tom da solidariedade aos mineiros da Metropolitana. Além da luta por direitos, Parente chamava a uma luta por respeito às “liberdades sindicais”. Os diretores da Metropolitana haviam barrado sua entrada no escritório da empresa pelo menos por quatro vezes, para “impedir as reivindicações dos trabalhadores”. O líder mineiro acrescentava: “queriam desmoralizar o sindicato perante seus associados”²³⁰.

Mesmo na assembléia, o clima era de medo e resguardo entre os operários da Metropolitana. Obadias pede a palavra para solicitar que os mesmos, fiquem dispensados de participar da “votação que irá determinar ou não a passeata”. A tática visava não dar motivos aos patrões de que os trabalhadores estivessem “tomando medidas públicas contra os mesmo”. Talvez já percebessem que estavam com as cabeças a prêmio. O sindicalista continua, tecendo loas a Parente, reafirmando que a greve era justa e que acatavam “a palavra de ordem do nosso Presidente porque nós temos confiança nos nossos líderes e o que nosso presidente Antonio José Parente determinar nós fazemos”.

Sob um primeiro olhar, o discurso de Obadias parece mais a exaltação do grande líder stalinista, a submissão à terrível ideologia totalitária. Mas ao prosseguir a leitura da ata, que é um documento público e oficial, percebe-se que Raul Bernardino pergunta aos demais se “os mineiros da metropolitana estavam ou não obrigados a participar da passeata”. Cerceamento da liberdade de ir e vir? Parente responde que “uma resolução de Assembléia, de acordo com

²²⁸ Entrevista de Néri Gesuino da Rosa ao CEDOC-UNESC – 21/03/2002

²²⁹ SILVA Jr., José da. **Santos Guglielmi: a trajetória do empreendedor**. Criciúma: Empresas Guglielmi, 1998. p. 219.

²³⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 03/01/1960**, livro de atas nº 1

os estatutos, tinha que ser acatada pelos associados, sob pena dos mesmos terem sobre si as sanções estatutárias”.

Na verdade o que se vê é uma simples e engenhosa tentativa de atrair toda a responsabilidade da ação para Antonio Parente, livrando, de certa forma, a culpa dos operários. E isso fica mais claro quando se percebe que em nenhuma outra ata de greve ou assembléia, os discursos se apresentam dessa forma.

Todavia, ao mesmo tempo em que parece demonstrar desprendimento da vida pessoal em nome do coletivo, a grande notoriedade que atinge parece abrir caminho ao personalismo. O nome do líder sindical ofuscava as outras lideranças e o próprio movimento.

Os jornais encontraram seu personagem. A *Tribuna Criciumense*, no dia 11 de janeiro, destaca que no dia 5 “um punhado de grevistas, tendo a frente o Presidente do Sindicato dos Mineiros Sr. Antonio José Parente” buscava se apoderar dos caminhões estacionados no escritório da Metropolitana. Os funcionários da repartição, seus dirigentes, bem como “pessoas amigas da família Freitas”, travaram “séria discussão com os mentores do assalto”. Os “arruaceiros” recuaram do intento de “agravar o clima de tensão” na cidade. A “família cricumense” clamava ao governo do estado o envio de “força capaz de garantir a vida na cidade”²³¹

Logo nos seus primeiros dias, o movimento começou tenso e de certa forma, isolado. A imprensa, sempre tão militante do carvão nacional, dava seu recado de não apoiar a parede. As tentativas do advogado Aldo Pedro Dietrich, de congregar os outros sindicatos mineiros da região, apesar do “acalorado debate” que travou, também foram em vão, apesar de estarem juntos reivindicando a taxa da insalubridade. Segundo o presidente do sindicato de Lauro Muller, Benjamim Barreto, a entidade de Criciúma, estava “invadindo os municípios de Lauro Muller e Urussanga, paralisando os trabalhos nas minas e ameaçando os trabalhadores”.²³²

A greve parecia cada vez mais com um lodaçal. Circulavam boatos de que o governo decretaria intervenção no sindicato. Um telegrama da comissão que permanecia no Rio de Janeiro solicitava que os operários se mantivessem “firmes e calmos” para evitar a intervenção, solicitada ao presidente da república pela CEPCAN. Já o jornal *A Gazeta*, de Florianópolis, diz que mesma foi solicitada pelo delegado regional do trabalho. Por conta

²³¹ Grevistas tentaram arrebatar à força, os caminhões (...). **Tribuna Criciumense**, 11 de janeiro de 1960.

²³² Atas do sindicato dos mineiros de Urussanga P. 71 e 72. Fichamento das atas do sindicato de Lauro Müller fornecido pelo CEDOC da UNESC

desse pedido, ainda segundo o jornal, o ministro do trabalho Fernando Nóbrega, decidiu enviar emissário a Criciúma.²³³

O governo apresenta uma proposta e em 13 de janeiro, nova assembléia avalia a situação. Basicamente o ministério do trabalho diz que a taxa de insalubridade seria paga a partir de “maio ou junho vindouro”. Por unanimidade a proposta é rejeitada, pois existia “um processo a mais de dois anos e que só agora as autoridades retiraram do fundo da gaveta, para cometer tamanha injustiça, e que iriam continuar a greve até decisão final e ainda com decisão do sindicato”²³⁴. Parente questiona o representante do Ministério porque o governo queria pagar somente em junho e não conforme o acordo, ou seja, em cinco de janeiro. Como o representante “não soube responder tal pergunta”, uma série de oradores atestam o clima de desconfiança de que a portaria seria “apenas uma manobra” com o objetivo de “ludibriá-los”. A assembléia declarou que o presidente do sindicato de Lauro Muller “traiu a classe operária”, mas que se esperassem alguns dias antes de decidir se iriam lançar comitiva até aquele município para pedir o engajamento na parede.

O velho conhecido Antonio Boabaid, agora advogado do sindicato de Urussanga, reapareceu dessa vez para “cumprir o dever de trazer aos operários de Criciúma, sua palavra de coração”. Este admitiu que Urussanga furou a greve, mas não porque não quis. “E sim porque não foi convidada a entrar em greve”. No mais prestou solidariedade em nome dos trabalhadores daquela cidade.

Segundo os jornais, a greve havia sido julgada ilegal, e o Ministério ameaçava não pagar os dias parados.²³⁵ Um cabograma, atribuído ao diretor industrial da CSN, Coronel Antonio Gonçalves Pena, era veiculado nas rádios e periódicos dizendo que uma reunião com dirigentes sindicais e patronais, “deu solução final (ao) problema (da) insalubridade”. Atribuía também a execução da taxa no mês de junho próximo devido aos “prejuízos acarretados (com a) greve”. Devidamente estimados pelo semanário *Tribuna Criciumense*, a paralisação das minas teria um custo de Cr\$ 50 milhões aos cofres da União

Os dirigentes sindicais, ou melhor, o advogado Aldo Dittrich conclama os mineiros a “repudiar o telegrama que esta sendo lido hoje pela radio, porque é coisa preparada pelo grupo Freitas, que vem mais uma vez demonstrar que é traidor e escravizador do operário”²³⁶.

²³³ A Gazeta – 15/01/60

²³⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 13/01/1960*, livro de atas nº 1

²³⁵ Considerada ilegal, pelo Ministro do Trabalho (...). *Tribuna Criciumense*, 18 de janeiro de 1960.

²³⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 13/01/1960*, livro de atas nº 1

Era certo que, no que dependesse do sindicato, nenhuma solução que considerassem insatisfatória seria a final. Entretanto as coisas complicavam-se e no horizonte.

Uma Companhia do 14º Batalhão de Caçadores, sediada em Florianópolis, acabava de chegar à cidade em quatro ônibus, ou seja, cerca de 150 soldados. Neste mesmo dia, 21 de janeiro, os mineradores convocam todos a voltar ao trabalho na manhã seguinte. A *Tribuna Criciumense* publica cabograma recebido pelo fiscal do Ministério do Trabalho local, Waldemar Mattos, em que seus superiores propõem o desconto dos dias paralisados em “prestações suaves”, mediante a volta imediata ao trabalho. A mensagem acaba com uma promessa: o sindicato seria ouvido para “assentar data” para o pagamento do adicional de insalubridade.²³⁷

Com Metropolitana paralisada, a direção do grupo Freitas-Guglielmi decidiu colocar os caminhões para trabalhar na Mina Visconde, localizada no outro lado da cidade, na localidade de Linha Batista. Para chegar lá, porém, teriam que passar pela vila operária da Carbonífera Próspera, propriedade da CSN. E é nessa vila que encontramos o episódio mais comentado e lembrado. Ao passar pela mesma, os caminhões foram impedidos por famílias que se deitaram no chão. Santos Guglielmi diz que foram 500 famílias de operários da Metropolitana, porém esta ficava distante mais de 20 km do local.²³⁸

O relato de Jorge Feliciano, acrescenta um outro personagem: o exército. “as tropas chegaram batendo (...). Os mineiros correram. Mas voltaram. E voltaram com suas mulheres e filhos. As mulheres, as grávidas à frente, deitaram-se na rua (...)”²³⁹. Na assembleia de 21 de janeiro, o advogado Aldo Dittrich agradece “em nome do sindicato a luta que os operários da Próspera, sua fibra e coragem a fim de impedir o carregamento de carvão da Mina Visconde”²⁴⁰. Nas atas, as famílias desapareceram.

Os piquetes começaram a ser reprimidos. Na assembleia do dia 24, foi dada uma salva de palmas ao piquete da Companhia Catarinense, “que foram presos por tropas do exército, pela maneira como se portaram na defesa dos direitos dos trabalhadores”. Mas a esperança de terminar a greve com vitória viria de um outro soldado. A comissão do sindicato que permanecia no Rio de Janeiro reunira-se com o Marechal Henrique Teixeira Lott. O ministro da Guerra era reconhecido como grande defensor da Petrobras e militar nacionalista, além de

²³⁷ Idem.

²³⁸ SILVA Jr., JOSÉ DA, op. cit., p.221.

²³⁹ COIMBRA, David. , op. cit., p. 41.

²⁴⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 21/01/1960*, livro de atas nº 1

ser pré-candidato a Presidência da República. Lott poderia influir num desfecho favorável. Em Criciúma, a ordem era “vamos esperar mais uns dias que a vitória será nossa”²⁴¹

Os sindicalistas confiaram na sorte, e ela não veio. Em 27 de janeiro, o clima de derrota está estampado nas atas. A reunião com Lott havia falhado, segundo Parente, por causa da morte de um Senador. Com a palavra empenhada, o líder mineiro avisa que, se perderem a greve, poderia até “demitir-se do sindicato”, mas diz que “os companheiros deveriam ter confiança na diretoria”. Naquela altura, eram poucos que acreditavam que conseguiriam alguma coisa. Um dos maiores entusiastas do movimento, Dittrich, pela primeira vez com a palavra “derrota” em seu discurso, tenta levar algum animo dizendo que “se visse que a greve estava perdida (...) seria o primeiro a dizer aos operários”. Ao mesmo tempo reconhece que “os mineradores estão prontos para romper a greve”. O advogado tenta propor que os operários voltem ao trabalho, mas com prazo de 10 dias para o governo apresentar proposta “para não voltarmos ao trabalho com as mãos abanando.”²⁴²

A greve já havia se arrastado no limite da jurisdição. Após 30 dias, os empresários poderiam alegar abandono de serviço, e demissões ocorreriam por justa causa. Os mineiros da Metropolitana e da CBCA decidem voltar ao trabalho dia 28 de janeiro. Dia 29, todas as outras minas recomeçam o serviço. Antonio Parente vai ao Rio de Janeiro reforçar a comissão de negociações. O governo prometia pagamento a partir de março. Na última assembléia de greve, apesar do desgaste, congratulações e palmas “pela maneira como se portaram durante a greve, unidos em torno de um só ideal, a conquista do direito do trabalhador”.

2.2.1 Pós-greve, traumas e armadilhas

O movimento grevista havia acabado, mas muitas contas seriam ajustadas ainda. Na Metropolitana, encontramos as primeiras vítimas da ressaca da greve. Os números são variados, mas giram entre 50 e 70 demitidos, a maioria com estabilidade.²⁴³ Santos Guglielmi alega que, após um acordo, vários foram readmitidos, mas não fornece maiores detalhes²⁴⁴.

Zelindro Serafim, como visto anteriormente, foi pego de surpresa pela greve e pela “traição” dos seus antigos companheiros. Se forem comparados os números, na

²⁴¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 24/01/1960*, livro de atas nº 1

²⁴² SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 27/01/1960*, livro de atas nº 1.

²⁴³ Entrevista Eloi Gomes, conta 70 e COIMBRA, David. op. cit., conta 50 demitidos.

²⁴⁴ SILVA Jr., JOSÉ DA, op. cit., p.221.

Metropolitana, das eleições para o sindicato, podemos perceber como os “vermelhos” ganharam terreno. Na primeira eleição de Antonio Parente em 1957, a chapa de Zelindro vence recebendo 123 votos contra 20 da oposição. Em 1959, dois anos depois, a situação sem inverte: a chapa de Parente ganha com 210 votos contra 67 do antigo líder.

Serafim perdia sua voz ativa entre os operários do bairro Metropol. Mas não perdera seus contatos e influência junto aos mineradores, e ainda se mantinha como intendente do distrito do Rio Maina. Os mineiros demitidos sabiam disso e resolveram lhe pedir ajuda. Zelindro, porém, não estava gostando nada daquilo. “No começo eles estavam aquela coisa (gesticula), mas quando a coisa começou a ficar preta, eles começaram a cair em si, e achar que a única salvação era se eu os ajudasse.”²⁴⁵

Contrariado, o intendente resolve se retrair. “Não fui mais à sede do Metropol. Era a minha casa e o meu serviço. Eu não fazia questão de me encontrar com eles. Me traíram! Então o que é que eu vou querer mais com eles?” Mas num domingo, um emissário dos demitidos chega a sua casa marcar uma conversa. Zelindro aceita, e logo após o almoço, sua casa está cheia. Aqueles trabalhadores queriam se retratar ao seu antigo líder: “por favor Zelindro, nós estamos mal! A verdade é que nós fomos atrás do Parente e nós estamos na rua. Todo mundo!”

Zelindro, primeiramente, coloca-se na condição de um general sem soldados, e argumenta que estava de mãos atadas: “eu não tenho condições de fazer grande coisa por vocês, porque quem me dava força pra fazer as coisas eram vocês. Vocês me largaram então eu agora não tenho condição. Faz tempo que não vou ao escritório”. Mas o que se sobressai no relato é o desejo de punir seus ex-companheiros e demonstrar a justiça da sua oposição a Parente. Zelindro, então, promete alguma ajuda, mas sem intenção de fazer nada: “eu disse que ia ver o que podia fazer, mas não fiz. Não fiz nada mesmo”. O sentimento de mágoa tremula a voz. A situação dos demitidos era crítica, e ele sabia disso:

“(…) olha venderam, olha a humilhação, móveis, coisas que tinham em casa. Foram trabalhar em outro lugar. O Parente jogou esses homens tudo numa situação no mínimo desgraçada. Mas eu não me meti mais não. Claro que eu fiquei doído. Eu era amigo deles, mas eles não eram meus amigos. Eles não tinham o direito de duvidar de mim”²⁴⁶

Fechada a porta no Rio Maina, o sindicato era a saída para, pelo menos, remediar a situação. Nas reuniões do órgão de classe, logo ao final da greve, Obadias Ribeiro, principal

²⁴⁵ Entrevista de Zelindro Serafim a Gustavo Perez Lemos em 13/04/2006.

²⁴⁶ Idem.

“vermelho” na Metropolitana, afirmava que um representante do Ministério do Trabalho iria “verificar in-loco a situação” dos demitidos estáveis. Outra medida foi organizar uma comissão para ir até Florianópolis, contatar o governador.²⁴⁷

A situação piorava a cada semana, e a diretoria ficava sem alternativas. Foi aberto inquérito judicial para os operários estabilizados da Metropolitana. Já na Mina União, “os não estabilizados foram postos na rua sem direitos e a empresa mandou que procurassem seus direitos na justiça”. No início de março, diante do prolongamento da questão, Aldo Dittrich chega a declarar que “todos os dispensados devem arrumar outro emprego e não ficar parados”. A situação estava problemática ao ponto de Obadias sugerir ao sindicato “conseguir um pedaço de mina para colocar estes operários que estão dispensados”. A diretoria ficou incumbida de estudar o assunto, mas não foram encontradas mais referências nas atas subsequentes. Provavelmente, a idéia não foi adiante.²⁴⁸

Os processos judiciais foram julgados na recém inaugurada Junta de Conciliação e Julgamento. Logo na cerimônia de sua instalação, em 27 de janeiro de 1960, o Juiz Dilermano Xavier Porto, Presidente do Tribunal Regional da 4ª Região, sediado em Porto Alegre:

“condenou a greve irrompida há vários dias neste município, acentuando que os trabalhadores deveriam ter recorrido à Justiça do Trabalho para reivindicar seus possíveis direitos e nunca à greve, que é atividade ilegal, contrária aos interesses do país”

O advogado Aldo Dietrich, representando o sindicato à inauguração, procurou defender o movimento dizendo que a mesma fora tomada “face às protelações das autoridades federais, que não cumpriram as promessas assumidas com os trabalhadores.” A situação irônica: o primeiro processo julgado foi movido por Pedro Andrade contra o sindicato dos mineiros, reclamando indenizações sobre o tempo em que foi “administrador” do mesmo.²⁴⁹

A batalha judicial parece ter sido particularmente dura²⁵⁰. O operário Manoel de Jesus informou à diretoria que havia conseguido fundos para custear as despesas com alimentação

²⁴⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 10/02/1960*, livro de atas nº 1. Ata nº 409.

²⁴⁸ Em setembro de 1959, Antonio Parente, já havia proposto abrir uma mina do sindicato, para empregar vários mineiros desempregados. SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 04/03/1960*, livro de atas nº 1. Ata nº 413.

²⁴⁹ Instalada a junta de conciliação e julgamento nesta cidade. *Tribuna Criciumense*, 01 de fevereiro de 1960.

²⁵⁰ Não foi possível consultar os processos. Apesar de doados ao Centro de Documentação da Unesc, nem todos foram entregues e apenas alguns estavam higienizados e liberados para manipulação, a maioria do início da década de 50.

dos operários da Metropolitana e suas testemunhas²⁵¹. Por outro lado, Nelson Paes de Farias foi expulso dos quadros de associados do sindicato, acusado de “traidor”. Ele teria “ido depor na Junta de Julgamento e Conciliação de Criciúma a favor da Cia. Carbonífera Metropolitana, em troca de alguns cruzeiros”.²⁵²

A diretoria inicia uma tentativa de balanço da greve já no dia 4 de fevereiro. O tom dos discursos guarda certo triunfalismo. Para Aldo Dittrich, o sindicato deveria considerar que “os mineiros lutaram e conseguiram uma das mais brilhantes vitórias”. A diretoria precisava “mostrar essas vitórias aos operários, com a finalidade de impedir que os inimigos dos trabalhadores continuassem minando a unidade da classe”. A proposta era publicar um boletim esclarecendo o assunto. Mas se a vitória foi tão brilhante, porque precisava de esclarecimento?

Verdieri, concordando com Aldo, esmiúça o conteúdo do pretense boletim, advertindo que o mesmo deve servir para “desmascarar os presidentes dos sindicatos dos mineiros de Urussanga e Lauro Muller, que vem fazendo as mais torpes calúnias”. O associado Raul Gomes disse que a greve da Metropolitana, antes de ser deflagrada, deveria ser discutida pela diretoria. “se discutirmos todos os assuntos antes, não poderemos falhar de maneira nenhuma”. Já o associado Manoel Inocêncio Bittencourt, perguntou se existia possibilidade de punir os fura-greves.

A reunião de balanço terminou com alguns acordos entre os membros, por exemplo, que “enquanto durasse a presente situação”, o sindicato deveria realizar reuniões semanais. O que se percebe é que a greve foi particularmente traumática, dada a extensão e conseqüências. Assim, vários associados lançaram propostas no sentido de fortalecer o conjunto da diretoria, como a resolução de que nenhuma greve poderia ser decretada sem ser discutida e aprovada pela mesma.²⁵³

Este indício permite deduzir que a greve da Metropolitana aconteceu não apenas pela determinação dos mineiros, mas também por influência de Antonio Parente, e sem a consulta da diretoria do órgão. Uma vez iniciada, a greve teve seu apoio, mas agora se procurava exercer um maior controle sobre manifestações. Essa tentativa de exercer autoridade não visou apenas o conjunto dos trabalhadores, mas também alguns membros do sindicato, como o próprio presidente. Seria difícil sair da greve sem arranhões.

²⁵¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 08/04/1960*, livro de atas nº 1. Ata nº 418.

²⁵² SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 22/04/1960*, livro de atas nº 1. Ata nº 419.

²⁵³ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 04/02/1960*, livro de atas nº 1. Ata nº 408.

A diretoria não se esfacelou, mas ficou seriamente abalada. É proposta uma filtragem de reclamações, para tentar diminuir o volume de tarefas e problemas: “as reclamações dos operários, devem em primeiro lugar ser tratadas nas horas de trabalho, com os representantes do sindicato em cada mina.”²⁵⁴ Para garantir que os membros comparecessem aos encontros, foi definida multa de 100 cruzeiros ao membro faltante sem justificativa.²⁵⁵ Antonio Parente tentou pedir licença por seis meses, mas a mesma foi negada “até que sejam resolvidos os problemas surgidos na última greve.”²⁵⁶ As ordens de farmácia foram suspensas, segundo o tesoureiro Raul de Souza, por estarem os associados com débito de 400 mil cruzeiros. Apenas os demitidos podiam retirar as ordens.²⁵⁷ O sindicato devia Cr\$ 200 mil nas farmácias.²⁵⁸ Nos açougues e armazéns da cidade, a dívida chegava a um milhão de cruzeiros.²⁵⁹

Mas o pior problema ainda estava por vir. O que fazer com a “brilhante vitória”? Primeiramente, ao contrário de greves passadas, em janeiro de 1960 os dias não trabalhados não seriam pagos. A muito custo, a comissão do Rio de Janeiro conseguiu um empréstimo, provenientes do fundo sindical, de 30 milhões de cruzeiros aos operários.²⁶⁰ A quantia seria paga em cinco parcelas, o que na prática representava uma diminuição de 20% nos próximos salários. Os membros da comitiva ficaram receosos em aceitar, mas foram convencidos pela promessa do Vice-Presidente da República. Segundo Obadias Barreiros, envolvido nas negociações: “o Sr. João Goulart aconselhou-nos a pegar o dinheiro, mesmo que fosse como empréstimo, que depois iria procurar um jeito de que não fosse feito o desconto”.²⁶¹ Jango, porém, não resolveu.²⁶²

Antonio Parente permanecia na capital federal. O pagamento da taxa de insalubridade dependia dos corredores confusos, de uma burocracia ainda mais confusa com a inauguração de Brasília²⁶³. As reuniões, todas no Rio, eram diversificadas e exaustivas: além do Vice-

²⁵⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 11/03/1960*, livro de atas nº 1. Ata nº 414.

²⁵⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 26/02/1960*, livro de atas nº 1. Ata nº 411.

²⁵⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 04/03/1960*, livro de atas nº 1. Ata nº 413.

²⁵⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 10/02/1960*, livro de atas nº 1. Ata nº 409.

²⁵⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 04/02/1960*, livro de atas nº 1.

²⁵⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 21/02/1960*, livro de atas nº 1.

²⁶⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 18/02/1960*, livro de atas nº 1. Ata nº 410.

²⁶¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 10/02/1960*, livro de atas nº 1. Ata nº 409.

²⁶² Isto é, não foram encontrados indícios do contrário.

²⁶³ A inauguração de Brasília se deu em 21 de abril de 1960.

Presidente, a comissão reuniu-se com o General Nelson Mello, chefe da casa militar de Kubitschek, com o Ministro da Fazenda Sebastião Paes de Almeida, com o ministro da Guerra Teixeira Lott, com o diretor do plano do carvão, etc. O advogado Francisco José Pereira fora contratado especialmente para acompanhar as negociações em território fluminense.

Com o problema sem solução visível, os boatos e as reclamações contra o sindicato se alastravam. A brilhante vitória poderia se tornar uma amarga derrota facilmente. A preocupação com possíveis traições tomou corpo no dia 18 de março. Antonio Parente acusa Rubens Garcia da Silva, cunhado de Raimundo Verdieri e membro não oficial do sindicato, de dizer aos mineiros que “a Diretoria estava enganando os operários com relação ao pagamento e a taxa de insalubridade”. Rubens, irritado, disse que recebeu um “ofício cretino” convocando-o a estar presente na reunião. Este, porém, saiu-se com evasivas e procurou defender-se dizendo que “talvez disse coisa que não devia, porém que foi impensadamente e não se recordava mais do que disse”.²⁶⁴

Com a chegada do mês de maio, iniciavam-se os debates para um novo aumento. Segundo levantamento feito pelo sindicato, o custo de vida calculado pela prefeitura de Criciúma mostrava que os preços dos gêneros alimentícios elevavam-se em 75%.²⁶⁵ Se levarmos em conta os preços fornecidos pela imprensa temos um valor de cerca de 50%. No mínimo, um trabalhador do subsolo recebia em torno de Cr\$ 5 mil mensais.²⁶⁶

Tabela 13. Comparação de preços entre fevereiro de 1959 e fevereiro de 1960²⁶⁷

Produtos (em Kg)	fev/1959	fev/1960	variação	%
açúcar	22,00	23,00	1,00	4,5
alho	80,00	80,00	0	0
arroz agulha	25,00	32,00	7,00	28,00
arroz japonês	20,00	28,00	8,00	40,00
azeite (l)	70,00	130,00	60,00	85,70
banha de porco	54,00	110,00	56,00	103,70
batatinha	11,00	17,00	6,00	54,50
café	46,00	46,00	0	0,00
camarão	60,00	140,00	80,00	133,30
xarque (sic)	70,00	130,00	60,00	85,70

²⁶⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 18/03/1960*, livro de atas nº 1. Ata nº 415.

²⁶⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria de 04/03/1960*, livro de atas nº 1. Ata nº 413.

²⁶⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 31/07/1960*, livro de atas nº 1.

²⁶⁷ Sem Comentário. *Tribuna Criciumense*, 29 de fevereiro de 1960.

carne bovina de 1ª	50,00	100,00	50,00	50,00
carne suína	50,00	90,00	40,00	80,00
cebola	25,00	30,00	5,00	20,00
côco da Banha (sic)	20,00	45,00	25,00	125,00
farinha mandioca	7,00	8,00	1,00	14,30
farinha milho	11,00	15,00	4,00	36,30
farinha trigo	25,00	30,00	5,00	20,00
Feijão	20,00	50,00	30,00	150,00
Leite (l)	10,00	12,00	2,00	20,00
Lenha (m³)	200,00	250,00	50,00	25,00
lingüiça	75,00	150,00	75,00	100,00
manteiga	130,00	180,00	50,00	38,40
massas	46,00	48,00	2,00	4,30
milho em grão	10,00	10,00	0	0,00
ovo de galinha (dz.)	40,00	60,00	20,00	50,00
pão	30,00	35,00	5,00	16,60
queijo	70,00	100,00	30,00	42,90
toucinho	70,00	110,00	40,00	57,10

Em assembléia no dia 27 de março, é aprovado constituição de dissídio coletivo contra as indústrias carboníferas, visando um reajuste da ordem de 78%.²⁶⁸

A estratégia do ministério do trabalho e da CEPCAN era posta em prática. Como visto anteriormente, desde janeiro a proposta do governo era pagar a insalubridade em maio ou junho. Já naquele momento o sindicato, e principalmente Aldo Dittrich denunciava que a verdadeira intenção era diminuir ou, nas suas palavras “impedir o aumento de salário de maio que temos que pleitear.”²⁶⁹

Mais uma vez o tempo jogava contra o direito a insalubridade. Em 8 de maio, Aníbal Bastos, o presidente da CEPCAN, apresenta a proposta do governo e mineradores. Os trabalhadores deveriam optar entre dois sistemas: a) manutenção da taxa de insalubridade e aumento geral de 32%; ou b) fusão da taxa de insalubridade (desaparece a taxa de insalubridade) com aumento de 46% para os operários do subsolo e 43% para os operários da superfície.

Não importava qual sistema, o sindicato sairia perdendo politicamente. Primeiro porque se aceitasse os 46%, sairia desmoralizado por renunciar à insalubridade. E o argumento de que eram apenas agitadores sem compromisso com a indústria do carvão ganharia força. Além disso, trocar uma taxa calculada por percentuais, por um simples aumento, seria entregar um direito as perdas com a inflação. Por outro lado, rejeitar um

²⁶⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 27/03/1960*, livro de atas nº 1.

²⁶⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 15/01/1960*, livro de atas nº 1.

aumento maior e optar pela taxa de insalubridade, significava comprar briga com os funcionários de superfície (motoristas, eletricista, escolhedeiros, etc..) e gerar impopularidade em uma diretoria desgastada, pois aqueles não tinham direito a receber o auxílio.

A assembléia do dia 15 de maio é chamada a decidir qual dos argumentos seria melhor. Os favoráveis à fusão da insalubridade ao aumento (e seu desaparecimento) lembravam o esforço da última greve, além de propor uma menor diferenciação salarial: “os operários que não recebem a taxa, (...) participaram da greve para a conquista da mesma, porem não recebem e que a proposta da fusão vem tirar um pouco de quem recebe para dar a quem não recebe”.

Os defensores da manutenção da insalubridade ressaltavam o aspecto legal, ou melhor, que a taxa era um direito e não poderia ser escamoteado, além de proclamar a ampla maioria que seria atendida: “existem em Criciúma 3700 operários, sendo que apenas 550 não recebem a taxa. Que a taxa é lei e não pode ser derrubada porque uma minoria não foi beneficiada pela mesma”. Sem se manifestar, Parente coloca o tema em sufrágio. A fusão é rejeitada por 271 votos contra 195²⁷⁰.

Após a votação, o assunto ganhou maior notoriedade entre os mineiros. O número de presentes daquela reunião não passava de 470 pessoas. Um abaixo-assinado organizado entre os trabalhadores das carboníferas Metropolitana, Catarinense e São Marcos, pede nova assembléia. Em 26 de maio, são pelo menos 820 presentes. Entre os oradores, nomes desconhecidos até então. A defesa de uma ou outra opção ganhava novos argumentos. E as divisões da categoria apareciam em tons mais fortes.

O mineiro Joaquim Pedro Manoel Silvano procura demonstrar as dificuldades de se trabalhar no subsolo, em contraste com a vida sem risco dos “diaristas”. Para ele

“os mineiros (...) são os mais sacrificados dos serviços bem como os ajudantes de mineiro e que os diaristas não sofrem nem a metade do que sofrem os mineiros e citou que de vez em quando é um companheiro de trabalho sacrificado em baixo da mina com desabamentos, caída de pedras, o que não acontece com os diaristas, e que por isso deveria continuar a taxa”

Este era um forte argumento no universo mineiro. A imagem do trabalhador, sujeito a enfrentar a morte em locais sombrios, calava fundo entre aqueles operários. Favorável a fusão, João de Oliveira apresentava sua preocupação com a unidade e “via nisso tudo o papel

²⁷⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 15/05/1960, livro de atas nº 1.

do patrão em querer desunir a classe operária”. Todos eram estavam sujeitos às dificuldades e incertezas do trabalho, pois os “diaristas que também tem famílias numerosas”

João Antonio de Oliveira traz à tona a participação dos diaristas na greve e que “portanto era mais que justo se fizesse a fusão da insalubridade com o aumento.” Em nenhum momento os membros da diretoria pedem da palavra. Os trabalhadores pressionam o sindicato a tomar uma posição. Primeiramente, o presidente da mesa, Manoel Ribeiro, admite que os diaristas “tinham compartilhado ativamente na greve (...) e seria justo que os mesmos fossem compensados”. Os presentes questionam o secretário do sindicato Eugênio Ferreira sobre o qual ação seria mais aconselhável, mas este responde que “a diretoria não queria ir por um nem outro lado e que os associados é que deveriam escolher aquilo que mais lhes convinha”.

Entre a cruz e a espada, o sindicato lavou as mãos. Em uma votação apertada a fusão é novamente rejeitada por 430 votos contra 389. Depois de limpas, o sindicato a assembléia determinou que fossem sujas novamente, nas intermináveis negociações com os mineradores e governo.

De volta da capital carioca, em 3 de junho, José Martinho Luiz traz um recado dos mineradores: “o Plano (CEPCAN) queria acabar com a insalubridade”. E queriam mais, queriam “acabar com o sindicato e que o sindicato tomasse cuidado”. É aprovada a ida de Francisco José Pereira, advogado contratado especialmente para o caso. Os diretores sabiam que a peleja seria dura. Foi aprovada uma espécie de escala de negociações, cujo objetivo era tentar manter a insalubridade ou garantir um aumento maior aos operários do subsolo²⁷¹.

Dias depois, em 6 de junho as más notícias se acumulam. O presidente do sindicato de Lauro Muller, Benjamim Barreto, estivera no Rio de Janeiro “levado pelos mineradores” e aceitara a fusão. Para Aldo Dittrich, o Plano do Carvão estava com “vontade de acabar com o sindicato” e a nova polemica da fusão da taxa de insalubridade aos salários seria uma forma de demonstrar que “a insalubridade não é lei”. O fato era que a questão havia atrasado o já tradicional aumento do 1º de maio e segundo o associado Venicio Ângelo de Oliveira, “os operários estavam revoltados”.

O advogado Aldo Dittrich insistiu, argumentando que “se fizessem pressão ninguém poderia tirar na justiça do trabalho o direito da taxa de insalubridade”. Os membros da diretoria, porém, apesar não concordar, acabam aprovando por unanimidade o acordo com a

²⁷¹ Na escala, as opções, mantendo-se a taxa de insalubridade, eram: 1º - 40% e 32%, 2º - 30% e 40% - 3º - 32%. Com a fusão eram: 4º - 50 e 40%, e “na hora da morte” os sindicato poderia aceitar: 5º - 47% e 43%.

fusão “a fim de evitar maiores aborrecimentos”. Os trabalhadores estariam “fracassados e não iriam resistir a um outro movimento grevista”.²⁷²

O desgaste interno da diretoria era nítido. Além da licença requerida por Parente, das multas por faltas nas reuniões, das disputas com os outros sindicatos da região e das muitas viagens para negociações, o esforço de greve havia minado a vontade dos “vermelhos”. A luta pela taxa de insalubridade fracassara. Na assembléia de 23 de junho, foi apenas jogada a pá de cal.

²⁷² SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da reunião da diretoria de 17/06/1960**, livro de atas nº 1. Ata nº 425.

Capítulo 3

Mineiros, políticos e projetos de sociedade

O Governo João Goulart viu um crescimento do movimento dos trabalhadores. Além das muitas greves, a organização de entidades intersindicais, como a CGC, mostrou o amadurecimento de uma década de embates num cenário. Nesse período de 1955 a 1964, o número de sindicatos e sindicalizados irá só crescer.²⁷³

É Badaró Mattos quem traz alguns números importantes. O percentual de trabalhadores sindicalizados no Brasil, em 1960, era de 6,11% com relação à população economicamente ativa. O centro-sul concentrava a massa desses operários, sendo que em São Paulo, o índice chegava a 9,77% de filiados e, no então Estado da Guanabara, a destacada marca de 27,99% era das mais altas em todo país.²⁷⁴

Números mais robustos, em se tratando de sindicalização, ficavam a cargo de determinadas categorias, como os bancários (75%), ferroviários da Leopoldina (85%), e metalúrgicos (50%), todos no Rio de Janeiro.

No sindicato dos mineiros de Criciúma, não foi possível estabelecer o número exato de associados, mas é possível ter uma noção. Goularti Filho identifica o número de 6.700 trabalhadores na indústria carbonífera catarinense, em 1960.²⁷⁵ Já na eleição para o sindicato de Criciúma, em outubro de 1961, temos 2127 votantes.²⁷⁶ Lembrando que na época a região possuía quatro sindicatos de mineiros – Criciúma, Urussanga, Lauro Müller e Siderópolis – apenas os votantes no referido pleito representavam 31,7% do total de trabalhadores em todo setor da extração do carvão.

3.1 O Partidão

John French, em O ABC dos operários chama de “sistema eleitoral populista” o *modus operandi* que se estabeleceu nas diversas eleições do período 1945-1964. O aumento da massa

²⁷³ MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p. 57.

²⁷⁴ Idem, ibidem.

²⁷⁵ GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. p. 248.

²⁷⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da reunião da diretoria do dia 28/10/1961**, livro de atas nº 1.

de eleitores, em contraste com o voto restrito do início da república, obrigava os políticos ligados às elites, uma adaptação “ao gosto” desse novo eleitor.²⁷⁷

French utiliza o conceito de aliança, para se referir a teia de relações estabelecidas entre a classe operária e os políticos que disputariam sua preferência nas eleições, tanto municipais, quanto em níveis mais gerais. Uma aliança pressupõe pelo menos dois atores que, se não são exatamente iguais, tem ambos determinada força política para estabelecer os termos relação.²⁷⁸

Estudando o ABC paulista, e mais precisamente São Bernardo do Campo no início da década de 1950, o historiador norte-americano descreve, primeiramente, o momento histórico em que o PCB obtém um significativo êxito eleitoral, na esteira do fim da guerra, em 1945 e 1947. O sucesso, afirma French, se deve a “uma unidade de sentimentos sem precedentes entre os operários locais.”²⁷⁹

Esse movimento teve grande impacto na política local de São Bernardo. Nos anos subsequentes, ajudaria a dar o “tom”, o “conteúdo de classe”, surgindo o sistema eleitoral populista. “Pela primeira vez, ser de origem humilde podia ser um atributo conveniente a quem estava na política.”²⁸⁰

Na medida da adaptação dos “políticos” de classe média ao novo eleitorado, a disputa pelo voto torna-se mais acirrada. Essa concorrência acaba por fragmentar a “a votação operária em dezenas de unidades menores sem uma ampla coesão de classe”.²⁸¹

Em Criciúma, de 1955 a 1964, o voto operário era petebista. Já nas eleições gerais após a morte de Vargas, todos os candidatos a cargos no executivo, ligados ou apoiados pelo PTB, foram vitoriosos na cidade. João Goulart, como vice, recebeu mais votos que Juscelino. Mesmo Heriberto Hülse, natural da região e candidato a vice-governador pela UDN, obteve apenas cerca de 3.500 votos contra os mais de 6.500 do prefeito de Chapecó, o petebista José Miranda Ramos.

²⁷⁷ “(...) a participação eleitoral dos operários, tanto organizados quanto não organizados criaram a base objetiva para a instituição de um sistema eleitoral populista nas áreas urbanas.” FRENCH, John. O ABC dos Operários: conflitos de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo – São Caetano do Sul: HUCITEC, 1995. P. 255.

²⁷⁸ O termo aliança “reconhece que cada um dos lados tem um papel a desempenhar, ainda que desigual, na fixação das condições.” Idem, *ibidem*.

²⁷⁹ Idem, p. 259.

²⁸⁰ Idem, p. 257

²⁸¹ Idem, p. 259

Tabela 14. Resultado das eleições majoritárias de 1955, nos bairros operários de Criciúma: ²⁸²

Localidade	Presidente		Vice-Presidente		Governador	
	Távora	Juscelino	Jango	Campos	Lacerda	Gallotti
CBCA	14	147	172	23	48	153
Próspera	30	130	174	33	69	146
Mina do Mato	22	197	227	22	76	176
Boa Vista	23	111	136	54	84	112
Catarinense	10	142	152	47	65	144
Metropolitana	8	207	219	45	52	214
União	8	115	122	19	24	122
Mineração de Içara	24	185	215	23	50	189
Total - Criciúma	1423	5182	5815	2880	3576	5552

Em outubro de 1958, acontecem as eleições legislativas, que escolheriam desde o nível federal até o municipal, os representantes do senado, câmara dos deputados, assembleias legislativas estaduais e câmaras de vereadores. Apoiados pelo sindicato, o advogado Aldo Dittrich e Manoel Ribeiro candidataram-se a deputado estadual e vereador, respectivamente.

Disputando pela legenda do PTB, Aldo obteve apoio em algumas regiões do estado²⁸³. Pela desconfiança sobre suas reais opções partidárias, Aldo publicou uma declaração na imprensa afirmando que era filiado ao PTB e que “antes desta filiação jamais pertenci às fileiras de qualquer outro partido político.”²⁸⁴ Para seu fiador político, invoca o senador petebista Saulo Ramos, de quem teria recebido uma carta de solidariedade. Seus eleitores alcançaram o número de 1.349 votos, o que lhe valeu uma remota suplência, sendo o vigésimo primeiro mais votado em uma lista partidária de trinta nomes. Criciúma, entretanto, foi a cidade onde conseguiu 612 votos, ou 45% do total do Estado.

O desempenho não foi ruim, se for levado em conta o peso da campanha do outro candidato trabalhista, Paulino Búrigo. Este contava com o apoio da maior parte do PTB local e acabou elegendo-se com o expressivo número de 3458 votos, obtendo na cidade 2949 votos, ou 85% do total. Aldo nem sequer foi apontado pela convenção do PTB cricumense²⁸⁵, mas por uma “cidade do norte”, provavelmente Canoinhas, sua terra natal.²⁸⁶

²⁸² Resultado total da apuração do pleito de 3 de outubro, neste município. **Tribuna Criciumense**, 10 de outubro de 1955.

²⁸³ Como era membro do comitê estadual do PCB, seu apoio se deu provavelmente onde este partido era mais organizado. MARTINS, Celso. op. cit. p. 185.

²⁸⁴ Declaração. **Tribuna Criciumense**. 16 de junho de 1958.

²⁸⁵ Candidatos trabalhistas a deputação estadual e à Câmara Municipal. **Tribuna Criciumense**. 21 de julho de 1958.

²⁸⁶ Conversa alheia, **Tribuna Criciumense**. 28 de julho de 1958.

Tabela 15. Votos para o sindicato e candidatos do PTB à Assembléia Legislativa: ²⁸⁷

Região/urna	Sindicato - Chapa de Antonio Parente	Aldo Dittrich	Paulino Búrigo
CBCA sede	92	88	118
Mina do Mato	88	104	51
Rio Maina ²⁸⁸	134	29	800
Próspera	20	20	233
Mineração	16	38	240
Içara		20	71
União	42	20	129
Boa Vista		41	212

É importante lembrar que a votação da chapa de Antonio Parente, no ano anterior, foi de 578 votos, mas apenas parte dos apoiadores de Aldo veio daí. Outra parte foi votação nas urnas do centro da cidade, provavelmente de comerciantes, funcionários públicos e alguns profissionais liberais simpatizantes do PCB. Seu maior sucesso, nos bairros operários, foi justamente nas urnas da Mina do Mato, pertencente à CBCA, empresa onde trabalhavam Parente, Raimundo Verdieri e Raul de Souza. Neste local, 104 pessoas escolheram o comunista, deixando para trás Búrigo com 51 votos.

Paulino, por sua vez, obteve expressiva votação nos bairros mineiros, notadamente no distrito de Rio Maina e na Mineração de Içara, onde a chapa derrotada do sindicato tinha considerável força.

O que se percebe é a grande força do PTB. Primeiro, porque Búrigo não tinha tradição no partido, sendo acusado pela imprensa de ser uma candidatura encomendada de “última hora, pelo reembolso postal” ²⁸⁹; segundo, nessas comunidades, o PTB recebeu muito mais votos que sua tradicional adversária, a UDN. O quadro fica mais nítido se observarmos o exemplo do distrito de Içara. Na sede do distrito, Búrigo recebe apenas 71 votos contra 238 de Ruy Hülse, parente do candidato a vice-governador Heriberto Hülse, e ligado à indústria do carvão. Já na vila operária da Mineração, a situação se inverte, onde 240 votos são convertidos para Búrigo contra 41 do udenista.

²⁸⁷ Arquivo Morto da 10ª Zona Eleitoral de Criciúma.

²⁸⁸ Inclui urnas na Carbonífera Catarinense, Carbonífera São Marcos, Carbonífera Metropolitana e sede do distrito de Rio Maina.

²⁸⁹ Conversa alheia, **Tribuna Criciumense**. 28 de julho de 1958.

No frígir dos votos, o PSD fica apenas em terceiro lugar na preferência do eleitor criciunense. O ex-prefeito Paulo Preis, mais bem votado pessedista à assembléia, alcança apenas 1.877 votos no município que administrara no início dos anos 50.²⁹⁰

A esfera mais conturbada do processo eleitoral, entretanto, é a disputa pela Câmara Municipal. A proximidade é maior com a população e a troca de favores monetários, simbólicos ou de qualquer outra espécie pode dissolver alianças, não muito sólidas, com facilidade.

A candidatura de Manoel Ribeiro obteve 288 votos - menos da metade de Aldo Dittrich - ou seja, ele conseguiu apenas parcialmente “colar” sua candidatura à do advogado. Se Ribeiro, futuro presidente do sindicato dos mineiros²⁹¹, era membro efetivo do PCB, não foi possível a confirmação categórica. Mas é certo que ele tinha apoio do sindicato e figurava no conselho fiscal da entidade. O PTB, por sua vez, tinha mais candidatos de peso, como Addo Vânio Faraco. Filho do prefeito municipal Addo Faraco, do PSD, o jovem político trabalhista conseguira um importante cargo: o de chefe do IAPETEC²⁹², o que lhe dava poderes sobre aposentadorias, licenças do serviço e consultas médicas.

Vânio teve muitas resistências em ser candidato.²⁹³ O PTB conseguiu eleger quatro vereadores, tendo a maior bancada e o vereador mais votado (Faraco). Entre os eleitos, o desafeto de Parente, o ex-interventor do sindicato, Pedro Andrade. Ribeiro ficou com a primeira suplência, e assumiu o cargo quando Vânio foi indicado pelo governador Celso Ramos, para ocupar a Secretaria do Trabalho em junho de 1961²⁹⁴

Tabela 16. Votação nos vereadores Manoel Ribeiro e Vânio Faraco:²⁹⁵

	Vereador		Legenda		
	Manoel Ribeiro	Vânio Faraco	PTB	UDN	PSD
CBCA	50	52	239	222	76
M. do Mato	81	14	145	183	62
R. Maina	9	243	837	204	349
Próspera	2	9	228	119	137
Mineração	3	33	230	70	52

²⁹⁰ Arquivo Morto da 10ª Zona Eleitoral de Criciúma.

²⁹¹ Como veremos adiante, Manoel Ribeiro foi eleito presidente do sindicato dos mineiros em 16 de dezembro de 1961.

²⁹² Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas.

²⁹³ Atenção trabalhistas de Criciúma! **Tribuna Criciunense**. 31 de março de 1958.

²⁹⁴ DEPOIMENTO de Addo Vânio de Aquino Faraco ao comando militar acantonado em Criciúma. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Dossiê golpe militar de 1964 – período revolucionário. Caixa 08.

²⁹⁵ Arquivo Morto da 10ª Zona Eleitoral de Criciúma.

Içara	0	19	63	272	239
União	18	57	146	23	76
Boa Vista	1	18	183	235	63

Apesar de Faraco ter expressiva votação, a parcela hegemônica no partido lhe era hostil. Onde o PTB tinha mais força política, se comparado a UDN e PSD, os outros candidatos petebistas, rivais de Vânio e do sindicato, possuíam grande força. O exemplo fundamental é o caso do distrito do Rio Maina. O PTB consegue 60% dos votos sobre os outros partidos. O chefe do IAPETEC, por sua vez, alcança 29% dos votos destinados à agremiação, contra 70% de seus colegas adversários.

Lenzi, em *Política e Políticos de Santa Catarina*, identifica a eleição de 1958 como um período de mudança nos quadros trabalhistas catarinenses. A velha guarda petebista catarinense, estreitamente vinculada ao PSD, dava espaço ao janguismo:

(...) em 1958, mudou de configuração (...) já que as chamadas lideranças tradicionais (Saulo, Carlos Gomes, Telmo Ribeiro, Miranda Ramos, Acácio Garibaldi, etc...) sucumbiam diante da presença de novos figurantes em cena, como Doutel de Andrade (...). Os novos figurantes do PTB traziam na bagagem, o mutirão do Ministério do Trabalho e da Previdência social para o estado, com o aval direto de João Goulart (...) ²⁹⁶

O pleito de 1958 traduziu, na verdade, uma tendência que dava seus sinais desde a morte de Vargas, em 1954. Segundo Ângela de Castro Gomes, na ausência de Getúlio, “tornar o PTB um partido eleitoralmente bem sucedido exigiria uma série de tarefas árduas”. Uma das principais: a reestruturação e ampliação do partido, o que levou a “luta entre lideranças políticas pelo controle nacional/estadual da organização.” ²⁹⁷ Essa luta, ainda de acordo com Gomes, por ser o PTB um partido “carismático e muito centralizado” tornava-se imprescindível o embate simbólico, a disputa pela memória do líder morto e pela definição do que se entendia por trabalhismo.

Seguindo linhas políticas nacionais, mas também jogos de interesses locais, o PTB Criciumense começa uma série de divisões. Uma parte com grande importância na agremiação, notadamente o vereador e ex-presidente do sindicato dos mineiros Auzenir Carvalho, vai para o PSD. Os que permanecem dividem-se em dois grupos: um, ligado a

²⁹⁶ LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. p. 263.

²⁹⁷ GOMES, Ângela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (org). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil vl. 2). 3ª Ed. p. 74.

Ariovaldo Machado e muito próximo ao senador Carlos Gomes de Oliveira.²⁹⁸ O outro grupo, intitulado posteriormente de “Bloco Sul”,²⁹⁹ é o do novato Vânio Faraco, que se une a Doutel de Andrade, e vincula-se mais firmemente a figura de Goulart. É a esta última tendência que vai aliar-se o PCB e seus simpatizantes mineiros.

3.1.1 Mariazinha, me dá uma caixa de foguete!

Numa aliança, mesmo partes desiguais tem compromissos a observar. O rompimento desses compromissos pode ter maior ou menor impacto negativo em quem se considera traído. A traição é parte da teia de alianças, pois libera o reordenamento da mesma, fortalecendo outros laços com outros atores políticos.

Na vila operária da Mineração de Içara, hoje Bairro Aurora, o líder mineiro local era João de Oliveira, o popular João Garrafa. Como foi visto no capítulo anterior, em 1957, Garrafa conseguiu muitos votos para a chapa da situação ao sindicato de Criciúma. Mesmo esta saindo derrotada na apuração geral, definitivamente a Mineração era sua.

Os tempos mudaram e já na segunda eleição de Antonio Parente, em fins de 1959, nem mesmo o padre Agenor Marques, a língua ferina anticomunista, fora capaz de recuperar a vila da “sanha vermelha”. Jorge Feliciano, Neri da Silveira e seu irmão Adílio, eram parte das novas lideranças surgidas no local, militantes do PCB. A Mineração, como se pode ver na tabela abaixo, foi cada vez mais hegemônica pela esquerda.

Tabela 17. Comparação entre forças nas eleições do Sindicato dos Mineiros, na vila operária da Mineração de Içara

Eleição	Chapa de Esquerda ³⁰⁰	Chapa anticomunista
1957	16	126
1959	146	26
1961	164	37
1963	224	4

²⁹⁸ Vários membros dessa ala do partido ingressarão no antibrizolista Movimento Trabalhista Renovador, do deputado federal gaúcho Fernando Ferrari.

²⁹⁹ Trabalhistas do sul indicam Doutel **Tribuna Criciumense**. 15 de fevereiro de 1960.

³⁰⁰ Consideram-se as chapas da esquerda as encabeçadas por Antonio Parente em 1957 e 1959, Manoel Ribeiro em 1961 e Jorge Feliciano em 1963, todas marcadas por maior ou menor interação entre elementos do PTB e PCB. As chapas consideradas anticomunistas são as constituídas em oposição política e ideológica às da esquerda.

Se João Garrafa não mais convencia os moradores do local, o mesmo se podia dizer de Paulino Búrigo, o deputado estadual mais votado na vila, em 1958. Em abril de 1960, Búrigo é expulso do PTB, por apoiar o veto do governador Irineu Bornhausen, a um projeto de interesse dos professores, patrocinado pelos trabalhistas.³⁰¹

Em nota oficial, o PTB qualifica Búrigo e o deputado Braz Joaquim Alves de “calabares”³⁰². Estava em jogo a eleição para a mesa da Assembléia legislativa. Taxado de “votante de cabresto” por seus ex-colegas de partido, o deputado faz declarações pouco felizes:

O deputado Paulino Búrigo, que dizem haver traído o Partido Trabalhista, o que contestamos, pois ele nunca foi petebista, numa das sessões da nossa Assembléia Legislativa, foi taxado de “votante de cabresto”, o que o ilustre homem público retrucou que apenas se considerava ‘votado por boçais’, não explicando se o termo se aplica aos que o elegeram na assembléia para o cargo que ocupa ou aos eleitores que o elegeram deputado...³⁰³

Pouco tempo depois de chamar seus eleitores de “boçais” (quer deputados ou cidadãos), o parlamentar resolve aventurar-se na vila da Mineração, mas, desta vez, de carona com a turma da “vassourinha”. Durante a campanha, uma carreta de partidários de Jânio Quadros prepara um grande comício na Mineração.

O Búrigo, veio da burguesia, entrou o PTB, candidatou-se no PTB. Nós elegemos ele. E depois ele se vendeu. Veio outra eleição, ele estava do outro lado, se eu não me engano ele tinha se vendido pra UDN. Eles prepararam um comício na Mineração pra dismantelar com nós. Levaram um pistoleiro, um cara da Mina do Mato, um jagunço do Diomício Freitas. Nós olhamos: tinha aquela fila de carro que vinha lá de cima e tava chegando na vila. E ainda não tinha passado tudo, não se avistava de cima do morro.³⁰⁴

Na vila da Mineração, uma forma de protesto bem conhecida era bater lata. A criançada (e por certo muitos adultos) surrupiava da “bodega” de Jorge Feliciano, as latas vazias de banha de porco³⁰⁵. Sabendo disso, segundo Adílio da Silveira, o udenista Antônio Colonetti lançou um desafio:

E passou o Antônio Colonetti de jipe e disse assim: ‘*Vamo bate lata agora!*’ e apontou (em tom de desafio). Eu corri na janela da bodega do Jorge: *Mariazinha me da uma caixa de foguete de assobio aqui!* Eu fiquei louco. O Colonetti estava

³⁰¹ Nota do PTB. **Tribuna Criciumense**. 25 de abril de 1960. Além de Búrigo, o deputado estadual Braz Joaquim Alves também é expulso. Lenzi identifica Alves como o único deputado trabalhista que não pertencia ao grupo de Doutel de Andrade. LENZI, op. cit., p. 267.

³⁰² Idem, ibidem.

³⁰³ Taquaradas. **Tribuna Criciumense**. 28 de março de 1960.

³⁰⁴ Entrevista de Adílio Melo da Silveira a Gustavo Perez Lemos em 01/07/2005

³⁰⁵ E nós tínhamos uma bodega e tinha um paiol cheio de lata onde se comprava banha de porco. E quando fomos ver não tinha nenhuma lata. Entrevista de Maria Feliciano a Gustavo Perez Lemos em 20/04/2006.

parando lá na frente do bar, e o foguete comeu. E já passava foguete por cima que resvalava no carro.

Já dona Mariazinha, esposa de Feliciano, conta que tudo estava programado de antemão. Havia um comício do PTB no mesmo dia que a UDN. Bater lata seria uma forma de abafar o barulho dos udenistas:

Tinha um comício, do PTB e souberam que a UDN também ia fazer comício. Aí se combinaram: *'fica uma lá, outro cá, outro lá e se eles aparecerem, vocês já leva um foguete. E soltem tiro. Porque daí a gente já sabe que eles estão vindo.'*³⁰⁶

Se o caso foi pensado ou não, o fato é que o foguetório alertou a vila. E para Adílio, esse era o exemplo da unidade dos moradores e da eficiência do trabalho político dos militantes. Segundo o mesmo, nem dinheiro poderia romper essa relação. Era uma aliança fortalecida:

Aquele foguete chamou a atenção. Não levou cinco minutos parece que tava tudo ali, o pessoal. A gurizada com lata! Tu viu como era o trabalho! Não precisou ir lá chamar. Chegou a ponto de burguês dizer: *Ô guri, tu queres vinte cruzeiros pra parar de bater essa lata aí?* E diz o guri: *ah, eu to ganhando 50 pra bater!* (risos)

No mesmo relato, Adílio conta o enfrentamento com um segurança dos apoiadores janistas. Para ele, o tal pistoleiro só não foi linchado por intervenção de Jorge Feliciano, que mais tarde seria presidente do sindicato dos mineiros.

E esse pistoleiro, nós enfrentamos ele. Ele saltou lá, se exibindo, entrou numa rua que tinha gente e nós fomos de atrás. Quem tava armado era eu e um tal de Pirão d'Água. E nós fomos e enfrentamos esse cara. E fomos assim com o revólver embaixo da camisa. A turma que veio de trás, nem olharam se ele tinha revólver ou não, a pedra pegou e ele mandou-se!

Lá embaixo, no final da vila, ele encontrou uma janela aberta e pulou pra dentro de uma casa. Aí cercamos a casa. Pra saí, a turma disse assim: *só o Jorge Feliciano pode tirar ele daqui! E mais ninguém!* O Jorge conversou com o Rui Hülse, o Rui prometeu que levava ele dali preso. O Jorge acalmou o pessoal. Então nós éramos uma turma assim. Era fácil de lutar. Mas aquilo nós fizemos! Nós tínhamos uma liderança séria. Se é pelego não faz nada, chega um e compra.

A aliança assumia ares de cumplicidade, entre militantes políticos e moradores da vila. A unidade política era reforçada por uma atitude da liderança, em mostrar-se sempre ao lado das pessoas da Mineração e principalmente e não se corromper por dinheiro. Num contexto de luta contra os mineradores, detentores do capital por excelência, lutar contra o fascínio do dinheiro legava grande força moral.

³⁰⁶ Idem.

Mas o que para Adílio era principalmente agência dos militantes, também guardava explicação no contexto. Em toda a cidade de Criciúma, a maioria dos eleitores não se entusiasmou com a “vassourinha”. Lenzi, ao discorrer sobre os dois candidatos a presidente do pleito de 1960, declara que a UDN aproveitou-se do populismo teatral de Quadros “para conseguir o poder através do voto”³⁰⁷. Janio realmente venceu a eleição, sua imagem de “antipolítico”³⁰⁸, do “tostão contra o milhão” certamente atraíram muitos votos. Mas não em Criciúma.

Tabela 18. Eleição para Presidente da República em Criciúma - 1960³⁰⁹

Localidade	Jânio Quadros	Mal. Lott
CBCA	164	491
Próspera	135	351
Mina do Mato	106	258
Boa Vista	113	321
Metropolitana	132	357
União	64	227
Mineração de Içara	46	336
Total - Criciúma	3746	7378

Segundo Jorge Ferreira, a pecha de “pouco carismático” atribuída ao Marechal Henrique Lott, surgiu principalmente depois da eleição de Quadros (quem não pareceria enfadonho perto de Quadros?).³¹⁰ Até então, e por algum tempo ainda, a lembrança do marechal era de um “grande líder político”³¹¹, um nacionalista aliado do trabalhismo de Vargas, que suprimira a tentativa de golpe em novembro de 1955.

Assim, em Criciúma, Lott recebeu o dobro de votos de Quadros por ser uma liderança de prestígio, mas também por estar aliado a João Goulart. O candidato a vice-presidente, inclusive, alcançou cerca de 600 votos a mais que o marechal. Os trabalhistas, aliados ao PCB e ao PSD conseguiram eleger também o Prefeito Municipal, Neri Gesuíno da Rosa.

O caso de Neri é mais sintomático da força eleitoral do partido na cidade. Natural da cidade portuária de Imbituba e morador de Siderópolis, Neri estava a apenas sete meses em Criciúma, quando foi indicado pelos trabalhistas para concorrer ao executivo. Seu maior feito até então era o reaparelhamento da agência do IAPETEC:

Eu estava em Criciúma há seis ou sete meses tinha algum vínculo maior porque que eu fui delegado da IAPETEC que era um instituto que absorvia mineiro ferroviário (...) e nós conseguimos pra lá criar uma agência especial - estava tudo abandonado-

³⁰⁷ LENZI, op. cit., p. 272.

³⁰⁸ SKIDMORE, op. cit., p. 231.

³⁰⁹ Resultado das eleições de 3 de outubro nessa cidade. **Tribuna Criciumense**. 10 de outubro de 1960.

³¹⁰ FERREIRA, Jorge. **O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005. p. 262.

³¹¹ Idem, ibidem.

equipamentos mais modernos, 200 casas de construção e vários ambulatórios, não só em Criciúma, como na região carbonífera³¹²

Segundo o próprio Neri, o seu nome apenas fora cogitado pelo acordo entre PSD e PTB, que estipulava que os pessedistas deveriam apoiar trabalhistas para prefeito em algumas cidades. Em seu relato, o ex-prefeito diz que um primeiro nome fora cogitado, mas vetado pelo PSD.

O maior entrave aos acordos entre os dois partidos era o pároco Estanislau Cizeski. O “padre polaco”, como era mais conhecido, era militante ativo do PSD e exercia uma verdadeira patrulha ideológica, velando pelos “interesses de Cristo” na política cricumense. A primeira reação de Neri Gesuíno foi negar o pedido.

“(…) eu sou anticlerical declarado, principalmente contra o vigário de Criciúma que era o padre polaco Estanislau Cizeski. Vou prejudicar vocês porque o padre evidentemente vai apoiar o Aldo Luz (UDN) que é católico praticante (...). Daí diz ele: *e se o padre te apoiar?* – isso é uma brincadeira né? O polaco vai me apoiar se eu vivo metendo o pau nele por todo quanto é esquina. Diz ele: *não, responda minha pergunta, e se o padre te apoiar?* – eu achei uma coisa tão absurda que eu disse – se o padre apoiar, pode lançar o meu nome,³¹³

E o padre apoiou, segundo Neri, logo depois de uma contribuição financeira de Joaquim Ramos, irmão do candidato ao governo pelo PSD. Gesuíno foi escolhido devido ao receio da vitória do candidato udenista, Aldo Luz, caso Vânio Faraco concorresse ao pleito pelo PTB. O padre polaco jamais admitiria apoiar um “filo-comunista”.

Faraco estava muito fortalecido depois de promover uma “limpa” no diretório municipal do PTB. Com a saída de Paulino Búrigo, pedem desfiliação do partido três dos quatro vereadores petebistas, ou seja, Ariovaldo Machado, Pedro Andrade e Dorizo Rocha, além dos sindicalistas, João de Oliveira (o Garrafa), e Zelindro Serafim.

Nesse momento, a aliança entre Vânio e a esquerda sindical chega ao auge. A nova diretoria do partido conta com três membros do sindicato dos mineiros, além de militantes próximos ao grupo. A presidência, é claro, fica com Vânio Faraco. José Martinho Luiz, membro do conselho fiscal do órgão de classe torna-se o 2º vice-presidente do PTB; Jorge Feliciano é o 4º vice-presidente e Manoel Ribeiro, o 1º tesoureiro. Já Nero Fernandes, o 2º tesoureiro, era membro de antiga diretoria com Antônio Parente.³¹⁴

³¹² Entrevista de Néri Gesuíno da Rosa ao Cedoc-Unesc. Cedida em: 21/03/2002.

³¹³ Entrevista de Néri Gesuíno da Rosa ao Cedoc-Unesc. Cedida em: 21/03/2002.

³¹⁴ **Tribuna Criciumense**. 22 de abril de 1960.

Em fevereiro de 1961, os mineiros entram com dissídio coletivo, reivindicando 60% de aumento, mais abono família de Cr\$ 1.000,00 por dependente.³¹⁵ A amarga experiência da greve passada deixara os trabalhadores menos dispostos a enfrentar mais uma parede. Ainda no mês de janeiro, depois de perder em primeira e segunda instância, o sindicalista Obadias Barreiros sofre nova derrota no Tribunal Superior do Trabalho, perdendo o direito a indenização por ser demitido pela Carbonífera Metropolitana, mesmo sendo operário estável.³¹⁶

Mas o receio não significava não utilizar o “fantasma” da greve passada, como forma de pressionar os mineradores e governo para conseguir algum aumento. A assembléia de 01 de maio de 1961 estipula prazo até dia 31 para ser julgado o dissídio.³¹⁷ Já em 28 de maio, pouco antes de encerrar o tempo determinado, a diretoria do sindicato fica “autorizada deflagrar greve quando achasse necessário.”³¹⁸

Tanto o sindicato não estava pensando em realizar nenhum movimento paredista que o aumento sai apenas em julho do mesmo ano. Antonio Parente volta do Rio de Janeiro com um acordo de 30%. Como vimos anteriormente, o sindicato procurava estar de comum acordo com as demais entidades de mineiros, nas cidades vizinhas. Mas quando avaliavam que deveriam entrar em greve, mesmo sozinhos, o fizeram. A situação foi diferente em 1961. Agora o líder sindical limitou-se a lamentar:

“(...) se os sindicatos dos mineiros de Urussanga, Lauro Müller e Siderópolis tivessem mais espírito de luta o aumento seria mais elevado. Os entendimentos isolados daqueles sindicatos prejudicaram um aumento em melhores condições, bem com o abono família.”³¹⁹

Essa atitude foi causada pelo desgaste do instrumento grevista depois das demissões e do confronto aberto com os mineradores, mas também pelo ano eleitoral. Um maior espaço na política, e no PTB principalmente, criava amarras e oportunidades. Seria complicado articular uma greve aliando-se ao PSD, mas por outro lado, aceitando-se o mecanismo de aumento nos preços do carvão e a negociação, sem muita intransigência, garantiria alguns votos e reajustes salariais.

³¹⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia geral do dia 15/02/1961*, livro de atas nº 1.

³¹⁶ Demissão de operário estável. *Tribuna Criciumense*. 16 de janeiro de 1961.

³¹⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia geral do dia 01/05/1961*, livro de atas nº 1.

³¹⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia geral do dia 28/05/1961*, livro de atas nº 1.

³¹⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia geral do dia 06/07/1961*, livro de atas nº 1.

De fato, o texto do acordo salarial possuía uma cláusula que só o considerava válido mediante o aumento do preço do minério.³²⁰ Mas não se pode acusar a esquerda sindical de aceitar passivamente a lógica de trocar preço do carvão por salário. A situação mostra que a diretoria do sindicato tomou uma decisão estando isolada politicamente, depois de uma greve difícil, e sujeita as alianças que se apresentavam: o PTB e seu acordo político com os pessedistas.

Mas apesar dos acordos e espaços políticos alcançados pelos mineiros de Criciúma, não se pode dizer que a sua situação fosse menos incerta na produção da luta cotidiana. Em julho de 1961, quando voltavam de viagem ao Rio de Janeiro. Antonio Parente e Aldo Dittrich foram perseguidos por policiais da delegacia de ordem política. Os dois traziam o acordo do reajuste debaixo do braço e relatam aos trabalhadores na assembléia:

“(...) vínhamos de Florianópolis, após a volta do Rio de Janeiro, onde fui tratar do aumento salarial. Como estávamos para entrar em greve, devido ao aumento, fomos seguidos por ‘tiras’ da delegacia de ordem política, de Florianópolis para Criciúma, no ônibus. Em Tubarão fomos interpelados e ameaçados por tais tiras. Queriam saber o que levávamos e tentaram nos revistar. Devido à nossa reação e com o apoio de todos os passageiros do ônibus, os ‘tiras’ não lograram seus intentos. Diziam os ‘tiras’ que nós levávamos planos para a greve e apesar de apontarem suas armas, nada conseguiram. Na ocasião, o Dr. Aldo esclareceu que os documentos eram cópias do dissídio coletivo (...). Não fomos presos porque reagimos à altura. Esta violência deve merecer o nosso protesto contra o governo Celso Ramos, que está permitindo tais atentados à constituição como aconteceu em Pernambuco recentemente na greve dos estudantes. A polícia, como vimos, estava mal informada, pois ao invés de greve, já tínhamos aprovado o aumento.”³²¹

Mesmo sendo o vice-governador, Doutel de Andrade, um trabalhista, os sindicalistas não estavam livres de desconfiança. Embora a cidade votasse nos candidatos da esquerda, os mineradores possuíam muita força junto ao governo estadual e não viam com bons olhos a desenvoltura com que os sindicalistas falavam de greves, direitos e encampação das minas. A ação dos policiais foi uma tentativa de intimidação, de garantir que o acordo seria assinado.

³²⁰ *idem*

³²¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia geral do dia 06/07/1961**, livro de atas nº 1. Na madrugada do dia 7 de junho de 1961, cerca de 300 soldados do exército invadiram a Faculdade de Direito da Universidade do Recife, ocupada por cerca de 100 estudantes que exigiam o afastamento do diretor por não atender uma série de exigências. ALCANTARA, Christianne. Paulo Guerra: frases e fases de uma trajetória política. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001. p. 15.

3.2 Da Legalidade...

Nos dias 29 e 30 de agosto de 1961, dois mineiros de Criciúma estiveram visitando Porto Alegre, a cerca de 300 quilômetros de distância. Dessa vez, contudo, não foram os processos jurídicos que os fizeram rumar à capital gaúcha.

Para a surpresa nacional, na sexta feira, dia 25, o Presidente Jânio Quadros renunciava ao mandato. O Vice-Presidente, João Goulart, encontrava-se em visita oficial à China Popular. Muito se especulou sobre as razões do ato de Quadros. O mais provável é que o “presidente da vassourinha” pretendesse dar um golpe de estado, visando ampliar os seus poderes.³²²

Quadros pensava obter apoio popular para retornar em grande estilo. De fato, algumas aglomerações aconteceram no Rio de Janeiro, no comitê do Movimento Popular Jânio Quadros, porém manifestações foram abortadas. A “UNE decretou greve nacional, mas em favor da posse de Goulart”.³²³ No porto de Santos, os partidários de Jango ameaçaram uma greve, encontrando oposição dos “janistas”.³²⁴

No sul do país, o governador Leonel Brizola oferece, sem sucesso, apoio ao presidente demissionário. Jânio Quadros embarca para a Europa enquanto o Congresso Nacional, em sessão extraordinária, empossa o deputado Ranieri Mazzili na Presidência. Começa o longo regresso de João Goulart para o Brasil. Com as declarações dos ministros militares, de impedir a posse do Vice-Presidente, inicia-se a campanha pelo cumprimento da constituição, conhecida como Campanha da Legalidade. Brizola, cunhado de Goulart, assume o comando do movimento desde a sede do governo gaúcho, no Palácio do Piratini.

No dia 28, após a requisição da aparelhagem da rádio Guaíba, a Rede da Legalidade, veiculando mensagens de apoio à causa e discursos de Brizola, inicia suas transmissões por todo o país.³²⁵ A praça em frente ao palácio amanhece tomada pelos populares. Listas de adesão e apoio financeiro são preenchidas. No mesmo dia, o comandante do III Exército (responsável pelos estados sulinos), General Machado Lopes, encontra-se com o governador e sela o pacto para defender a posse de Goulart.

³²² Conversando com auxiliares seus, já no dia 26 de agosto, Jânio declara: “Não farei nada por voltar, mas considero minha volta inevitável. Dentro de três meses, se tanto, estará na rua, espontaneamente, o clamor pela reimplantação do nosso governo.” MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. **1961: que as armas não falem**. São Paulo: Editora SENAC, 2001. p. 127.

³²³ Idem, p. 125.

³²⁴ SILVA, Fernando Teixeira. **A Carga e a culpa**. Santos: HUCITEC, 1995. p. 174.

³²⁵ MARKUN, Paulo. op. cit., p. 196.

No dia seguinte, a delegação criciumense chega à Porto Alegre. Chamamos esta delegação de criciumense, e não delegação sindical, por que Antônio Parente e Manoel Ribeiro não representavam apenas os mineiros da região carbonífera. Sua missão compreendia também “entregar uma mensagem de apoio à causa da legalidade”, assinada pelo prefeito Néri Gesuíno Rosa.³²⁶

Ribeiro, além de vereador, era também Secretário da Federação dos Mineiros de Carvão no Brasil. Possivelmente, com a permanência na cidade por mais um dia, esteve a conversar com a delegação dos mineiros da cidade de São Jerônimo, que ficaram 10 dias acampados “em barracas, preparando as refeições num fogão de trempe e fazendo correr a cuia de chimarrão sempre fumegante”.³²⁷

No sul catarinense, o apoio à legalidade foi intenso, mas não foram identificadas greves ou movimentos de confronto. Enquanto os portuários, – tendo no porto de Santos, sob ocupação militar, seu trampolim da revolta – deflagraram uma greve nacional, congregando cerca de 300 mil trabalhadores a partir do dois de setembro³²⁸; e no Rio de Janeiro, as mais diversas categorias, de operários navais a padeiros, organizavam marchas e piquetes³²⁹, Criciúma permanecia apreensiva, mas em relativa calma.

Com o desenrolar da crise, porém, a ameaça de guerra civil punha a cidade na lista de alvos dos ministros militares. Segundo o major legalista Mario Schneider, “pela população e importância de sua produção, vital para o funcionamento da Siderurgia e produção de energia, nossa cidade é cobiçada pelos dois lados”.³³⁰

Pelo sul, um batalhão do 18º regimento de infantaria do “Glorioso Terceiro Exército”, posiciona-se em Criciúma, por pelo menos 10 dias. Pelo norte, “oito navios de guerra” e o porta-aviões Minas Gerais aguardavam em Florianópolis. A notícia da gigantesca nave causou alvoroço. A manchete estampada no dia onze de setembro era bem clara: Criciúma ameaçada de bombardeio.³³¹ E apesar de um navio daquele tipo não possuir artilharia, A Tribuna alertava que com “seus canhões, que alcançam quarenta quilômetros da costa, nossa cidade poderá ser facilmente alcançada.”³³²

³²⁶ **Tribuna Criciumense**. 04 de setembro de 1961.

³²⁷ MARKUN, Paulo. op. cit., p. 230

³²⁸ Os petroquímicos da refinaria Presidente Bernardes e os ferroviários da Santos-Jundiaí. SILVA, Fernando Teixeira. op. cit., p. 174.

³²⁹ Em 26/08/1961 “pararam os operários navais, em um total de 20 mil trabalhadores (...) em 28/08/1961, uma segunda-feira, 12 paralisações (...) aconteceram.” MATTOS, Marcelo Badaró [et alii]. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca**. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003. p. 144.

³³⁰ **Tribuna Criciumense**. 04 de setembro de 1961.

³³¹ **Tribuna Criciumense**. 11 de setembro de 1961.

³³² **Tribuna Criciumense**. 04 de setembro de 1961.

As forças legalistas dividiram-se, permanecendo o grosso da tropa a três quilômetros da cidade, enquanto um destacamento alojava-se no clube da Carbonífera Próspera. Ao todo, eram mil homens, carros de combate, “10 toneladas de munição e disposição para o que der e vier”. As ordens eram esperar “o Presidente João Goulart assumir” ou, caso contrário, continuar em direção ao norte.

Durante a permanência das tropas na região, os relatos são de solidariedade da população local com os soldados.³³³ Foram organizadas campanhas para presentear os “pracinhas com cigarros, conservas, aguardente (...) pelo zé-povinho, pela arraia-miúda.”³³⁴

3.2.1 ...ao Anticomunismo.

No jornal *Tribuna Criciumense*, a posição era de apoio declarado a causa legalista. O jornal reproduzia textos de entidades acadêmicas da capital gaúcha, exortando o “povo amigo da Capital do Carvão” a apoiarem a legalidade, bem como o comércio com a União Soviética. Discursos de Leonel Brizola eram adjetivados como “brilhantes”.³³⁵

A mudança na linha do periódico acontecera em meados do ano anterior, quando Manif Zacharias, Jacó Victor Cruz e Henrique Dauro Martignago, compraram o jornal do udenista José Pimentel, fundador do semanário. Zacharias, médico e presidente da loja maçônica “Presidente Roosevelt”, militara no PCB³³⁶.

Durante o “surto vermelho” da *Tribuna*, o sindicato dos mineiros, obteve uma boa cobertura das suas atividades. Para o primeiro de maio de 1961, o órgão de classe preparou uma intensa campanha no jornal. O advogado Aldo Dittrich estreava sua coluna intitulada “notas sindicais”. Na capa do jornal, uma chamada aos operários para participarem da festa/assembléia na Praça Nereu Ramos. Na contracapa, uma foto da diretoria e uma saudação aos trabalhadores:

Trabalhador! Esta é a tua data. Tua data por excelência, mais significativa que qualquer outra, mais expressiva que a própria data do teu nascimento, porque no dia de hoje, 1º de maio, milhões de trabalhadores, teus irmãos, em todos os países do mundo, estão com seus pensamentos voltados a ti, buscando-te num amplexo fraternal de união, de amor e de solidariedade.

³³³ MARKUN, Paulo. op. cit., p. 288.

³³⁴ Atochadas do Almirante. **Tribuna Criciumense**. 18 de setembro de 1961.

³³⁵ **Tribuna Criciumense**. 04 de setembro de 1961.

³³⁶ “[Ernesto Lacombe Filho], organizou e dirigiu, durante o período da legalidade [do partido], o secretariado municipal do PCB, de que fui, durante algum tempo, integrante.” ZACHARIAS, Manif. **Minha Criciúma de ontem**. Criciúma: Edição do Autor, 1999. p. 68.

Esta é a única data do ano, que, transpondo fronteiras geográficas (...) vai levar-te, trabalhador brasileiro, ao encontro de milhões de operários de outras raças e outras cores, talvez outras crenças e outras convicções, mas iguais a ti em sua condição social e humana (...) unidos a ti na busca de um comum ideal: a libertação da classe, sob a égide da justiça e ao amparo do Direito.

(...) forja e retempera teus líderes, condutores da massa, leais a ti e aos teus companheiros, amigos teus em todas as circunstâncias e nas quais possas confiar nas horas amargas das piores vicissitudes.

(...) Sê livre e sê forte, trabalhador de Criciúma, porque chegados são os tempos em que tua classe conduzirá a Sociedade! Não vacila! Empunha o facho que ilumina as sendas do futuro (...)

Essa mensagem pode resumir a unidade de petebistas de esquerda e comunistas no sindicato dos mineiros. Uma mensagem internacionalista, “transpondo barreiras geográficas”, de independência e de “classe para si” (tua classe conduzirá a Sociedade), arcabouço teórico do marxismo, somadas ao papel do Direito, imagem fortemente petebista.

Logo após o fim da campanha da legalidade, em 02 de outubro, o *Tribuna Criciumense* muda novamente de mãos. Os novos proprietários não se identificam, mas em nota, afirmam que não se desviariam “da trilha que até aqui vimos palmilhando”. Entretanto, nem o nacionalismo popular das jornadas de agosto/setembro de 1961, muito menos o marxismo-trabalhista expresso nas mensagens do sindicato mineiros, poderiam continuar. Nas páginas da *Tribuna*, o que se vê é o surgimento de uma “declaração de princípios”, assinada por autoridades da cidade e carregada da “doutrina social da igreja”³³⁷:

“Os abaixo assinados, reunidos de livre e espontânea vontade, na qualidade de vigários das Paróquias de Criciúma, Santa Bárbara, Rio Maina, Prospera e Içara – Prefeito Municipal de Criciúma, Mineradores homens de Partidos Políticos, Presidente da Associação Comercial e de profissões varias e independentes na política partidária debateram, com franqueza a situação nacional e de seus reflexos em nossa comunidade, tendo em vista ainda os recentes acontecimentos políticos com seus sérios e inequívocos reflexos no Poder Público, na sociedade na família, nos meios agrícola – (colonos), na classe operaria, nos meios estudantis, no comercio e industria em geral, e concluíram, a exame maduramente feito, e UNANIMEMENTE, -que a conjuntura atual, ante suas múltiplas facetas, - exige uma definição clara de princípios tantos no terreno das idéias, como na maneira e modo de ação social (...)

II – Se unem, independentemente de seus interesses quer partidários, quer particulares, - para luta em repudio a toda intervenção de pessoas, entidades, ideologias políticas ou não, em qualquer terreno que não estejam em real concordância com os gerais e altos interesses de nossa Comunidade, das classes em geral (...) em consonância com os tradicionais e são princípios cristãos do nosso povo, de nossa família. (...)

IV – Fica assentado que, no terreno ideológico, os signatários, de público, em consonância com os nossos melhores princípios de nacionalismo, brasilidade e cristandade, - e de sã e livre consciência – repudiam o COMUNISMO ATEU, - prontificando-se a combatê-lo, esclarecendo a opinião pública e isso sem quebra alguma dos princípios cristãos, expressos nas Encíclicas, - visando criar uma

³³⁷ Declaração de princípios. *Tribuna Criciumense*. 09 de outubro de 1961.

comunidade social ‘onde os pobres sejam cada vez menos sofredores e os ricos menos poderosos’, sem afastamento da harmonia e justiça social.

V – Repudiam, outrossim, a chamada luta de classe – reconhecendo tanto o valor do braço obreiro como do capital (...) Assim como o capitalismo explorador, subjugador, sob qualquer forma (...)

Entre os assinantes do documento, não espanta a figura do Padre Cizeski, provável articulador do mesmo, nem mineradores como Diomício Freitas e Sebastião Neto Campos, mas figuras do PTB, como o prefeito municipal Neri Gesuíno da Rosa e Romeu Carvalho, 1º vice-presidente do partido. A atitude do pároco era de constranger certas figuras da cidade a assinar o documento. Neri Gesuíno, que tinha diversas rixas com o sacerdote, traz um relato que não deixa dúvidas quanto à militância incisiva de Cizeski

(...) uma vez começou a crescer muito a igreja Assembléia de Deus (...). E teve uma canoa que virou com dois meninos. Um morreu, o outro ainda conseguiu escapar. Eu soube e fui lá. Dei assistência, levei para o hospital, aquela coisa toda. Pois ele [o padre] fez uma onda em cima de mim, que eu estava ajudando pessoa não católica.³³⁸

Não que Gesuíno fosse comunista. Mas era véspera de eleições no sindicato de Criciúma que aconteceriam menos de duas semanas depois. E a assinatura de um texto desse teor, era sem dúvida uma arma política contra a chapa da situação. A declaração exigia adesão não somente em palavras, mas em ações. Foi criado então o Movimento pelo Esclarecimento da Opinião Pública, centralizado nas paróquias, que coletava assinaturas da população.³³⁹

Na apuração das urnas, uma vitória apertada. O número de votantes crescera as eleições de 1959. Eram então 1670 eleitores contra 2127 na eleição de 1961. E enquanto a chapa da esquerda (situação) perdeu cerca de 200 votos entre um pleito e outro, a oposição, encabeçada por Antonio Faustino Goulart, mais que dobrou sua votação, saltando de 379 para 864 sufrágios.

³³⁸ Entrevista de Néri Gesuíno da Rosa ao Cedoc-Unesc. Cedida em: 21/03/2002.

³³⁹ Declaração de princípios. **Tribuna Criciumense**. 23 de outubro de 1961.

Tabela 19: Resultado das eleições do sindicato dos mineiros de Criciúma, em 1961³⁴⁰

urnas	local	Chapa1	Chapa2	brancos	nulos	total
1	Sede	144	67	11	43	265
1-a		107	80	4	38	229
1-b		89	44	4	37	174
2	Prospera	255	207	10		472
3	Catarinense	14	93	3		110
4	União	33	52	3		88
5	Mineração	164	37	7		208
6	Metropolitana	38	88	3		129
7	C.B.C.A.	150	37	4		191
8	Boa Vista	56	38	2		96
9	São Marcos	4	103	13		120
10	intinerante	25	18	2		45
		1079	864	66	118	2127

O empenho da igreja católica foi um fator de considerável responsabilidade nesses números. Mas também o fato de que Antonio Parente não era mais o candidato a presidência do sindicato. Em seu lugar, foi escolhido Manoel Ribeiro, tendo Jorge Feliciano como Secretário e Raul de Souza como tesoureiro.

³⁴⁰SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. Ata apuração das eleições de 28/10/1961, livro de atas nº 1.

3.3 Sindicato Rio Maina

Para Ângela de Castro Gomes, o princípio da unidade sindical foi imposto já na lei de sindicalização de 1931. A lei vinha “transformar e ao mesmo tempo concorrer com o padrão de associações até então existentes no movimento operário”³⁴¹. O novo sindicato seria caracterizado por um “órgão consultivo e de colaboração com o poder público”. Inserida na estratégia do governo em ter sindicatos sem influências de “ideologias estranhas”, a unidade garantia as vantagens oferecidas para o sindicalismo oficial. Entrar com processo na justiça do trabalho, por exemplo, somente se o operário fosse associado ao órgão oficial. Com a criação da carteira de trabalho, esta lógica se reforça.

No momento de sua criação, a unidade sindical, bem como todo o arcabouço de leis que fundavam o novo sindicalismo oficial, sofreu grandes resistências por parte da esquerda sindical. Os anarquistas, que viam os sindicatos como “escolas de anarquismo”, recusaram-se a participar do oficialismo, pois este “representava uma invasão do único meio de ação revolucionária de que dispunham”.³⁴²

Em tempo, se não é claro que os anarquistas rejeitavam a idéia de um sindicato por categoria/município, para os comunistas a unidade sindical tem raízes profundas no leninismo, com o conceito de centralismo democrático. Assim, o problema para os marxistas era a intervenção estatal nas organizações operárias, e não a unidade em si. Esta apenas reforçava a posição do governo em favorecer novas lideranças sindicais, na década de 1930.

Na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, alguns deputados operários da bancada classista levaram a cabo a idéia de liberdade da organização sindical. Badaró Mattos afirma que embora “muitos deputados classistas defendessem a unidade sindical e o reconhecimento legal dos sindicatos, criticavam o controle do Ministério do Trabalho explícito na lei do sindicato único”³⁴³. Curiosamente, com o apoio da Igreja e dos empresários, a proposta dos deputados operários foi incluída na Constituição de 1934, embora não tenha sobrevivido ao projeto do governo, que era o do monopólio da representação.³⁴⁴ Desde então, o registro oficial de apenas um sindicato de categoria, numa determinada região, figurou como uma das mais importantes bandeiras do sindicalismo brasileiro.

³⁴¹ GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 3ª Ed. p. 163.

³⁴² FRENCH, John. op. cit., p. 37.

³⁴³ MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p. 35.

³⁴⁴ Idem, p. 38.

Na Criciúma da década de 1960, a unicidade sindical era um lugar comum: uma cidade, um sindicato. Por essa razão, muitas foram as controvérsias em torno da criação de um novo órgão de classe no distrito do Rio Maina.

Em 07 de novembro de 1961, é fundada a Associação dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Rio Maina. Presentes à mesa o padre Humberto Oening, o vereador e ex-candidato a presidência do sindicato de Criciúma Dorizo Rocha, Zelindro Serafim e Antonio Faustino Goulart, candidato derrotado nas últimas eleições sindicais.

O advogado Antonio Boabaid é o primeiro a discursar, falando da importância de uma associação. Para ele a principal finalidade seria “dar assistência aos seus associados, intervindo junto aos patrões, para que os operários tenham melhor conforto em suas casas”.

Zelindro Serafim, por sua vez, frisou o caráter eminentemente anticomunista da nova associação que se formava. Para ele o que contava, era a união entre patrões e empregados:

[Zelindro] (...) emocionou todos o presentes com seu eloqüente e emocionante discurso, dizendo da sua satisfação, em ver realidade um de seus sonhos, vendo os seus colegas de serviço livres das garras do comunismo, porque criada e fundada a Associação, esses operários deixariam de pertencer a um sindicato, que ora é dirigido por elementos comunistas e agitadores, que sempre procuraram jogar os operários contra os patrões.³⁴⁵

O sindicalista participara ativamente das reuniões que desembocaram no Sindicato do Rio Maina. Para Zelindro Serafim, tudo começou com a segunda vitória de Antonio Parente e o racha no PTB:

O Parente ganhou, a nossa luta continuou. Porque o PTB não era mais o nosso partido. O partido apoiado por nós foi o Movimento Trabalhista Renovador, do Fernando Ferrari. Depois da eleição do Parente se cogitou a criação de outro sindicato.³⁴⁶

Zelindro alega que foi contra a criação de outro sindicato, por respeito a CLT, mas que foi voto vencido.

E foi na consolidação que li que não podia ter dois sindicatos no mesmo município. E foi por isso que discordei da minha turma que queria fundar outro sindicato. Fui convidado pra fazer uma reunião ampla pra decidir esse negocio do sindicato. E nesse ínterim, volta e meia, eu tava na radio sendo entrevistado, eu sempre dizia que não podia criar o sindicato. A reunião foi feita no salão da igreja matriz. Eu demonstrei que era contra, mas apesar disso o resto da turma foi a favor, e me venceram. Dois sindicatos enfraquece a classe. O próprio Diomício tava na reunião, o padre.

³⁴⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE RIO MAINA. **Ata da Assembléia geral do dia 07/11/1961.**

³⁴⁶ Entrevista de Zelindro Serafim a Gustavo Perez Lemos em 13/04/2006.

As conversações, segundo Serafim, ocorreram na Igreja Matriz, onde exercia o sacerdócio, o padre Cizeski. Participavam além de clérigos e sindicalistas, o minerador Diomício Freitas. A estratégia de criar outro órgão já estava montada, mas era ainda um plano B. Como foi visto, a eleição de 1961 foi vencida pela esquerda, mas por uma vitória apertada. Assim, não sendo possível vencer a eleição, utilizou-se uma carta na manga.

No centro da cidade, no sindicato de Criciúma, a diretoria mostrava-se preocupada com a associação. É decidido tomar medidas para impedir a instalação de um novo sindicato, como apresentar queixa-crime contra as pessoas que estavam “coagindo operários” das carboníferas União, Progresso, Metropolitana e São Marcos “a assinarem um lista a favor da Associação do Rio Maina”

Segundo as atas de Criciúma, houve muita reclamação por parte dos operários que se viram obrigados a aderir a associação do Rio Maina. De acordo com os sindicalistas, os trabalhadores pediam demissão do órgão do centro, para depois retornarem, secretamente e tornar a demissão “sem efeito” solicitando que pudessem “pagar as mensalidades na sede, ou seja, pedem para que o desconto não seja enviado às empresas que trabalham”³⁴⁷

As companhias que possuíam lavra no distrito do Rio Maina passaram então a proibir que os sindicalistas pudessem baixar as minas para verificar condições do trabalho, “mesmo com a presença do inspetor do trabalho”. A carbonífera São Marcos vai além: proíbe o próprio funcionário, Domingos Jerônimo da Silva, membro da diretoria do sindicato de Criciúma, de ir trabalhar. Domingos, após perder três dias de trabalho diz que “estava propenso a demitir-se da diretoria e do sindicato”³⁴⁸

A diretoria de Criciúma envia ofícios para sindicatos, federações e confederações, denunciando a situação. Mas pelo que se pôde averiguar, poucas foram as respostas. Chega-se a entrar com um processo contra associação, o que se revelou infrutífero.

Logo após o natal, é solicitada ao Ministério do Trabalho a transformação da associação em sindicato.³⁴⁹ Nesse conclave, o representante do governo declarou ser “perfeitamente legal a pretensão dos operários.”³⁵⁰ O presidente do sindicato de Lauro Muller, Benjamim Barreto, exaltou a figura dos mineradores por atender as “justas reivindicações operárias. Atitude louvável e acima de tudo espontânea.”

³⁴⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria do dia 12/12/1961*, livro de atas nº 1. Ata nº 472.

³⁴⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da reunião da diretoria do dia 02/02/1962*, livro de atas nº 1. Ata nº 480.

³⁴⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE RIO MAINA. *Ata da Assembléia geral do dia 26/12/1961*.

³⁵⁰ *Tribuna Criciumense*. 01 de janeiro de 1962.

Falando pelos mineradores, Diomício Freitas “externou (...) a satisfação em poder cooperar decisivamente, com o operariado, desde que esta classe prossiga demonstrando o entendimento que veio redundar na criação da associação (...)”. O empresário mandava claramente um recado aos operários, de que não aceitaria nada destoando do clima de “harmonia” entre patrões e empregados.

Os sindicalistas do Rio Maina, bem como seus empregadores, estavam particularmente empenhados em provar que a colaboração entre patrões e empregados era o caminho certo. Freitas, na reunião descrita anteriormente, anuncia a doação de uma ambulância “totalmente financiada pelos patrões.” Além disso, fora organizada uma caravana ao Rio de Janeiro, participando todos os sindicatos mineiros – menos o de Criciúma -, a associação do Rio Maina, dois padres e representantes dos mineradores, para conseguir um aumento salarial.³⁵¹

O aumento conseguido, cerca de 20%, é estampado em letras garrafais pela imprensa como uma “maíúscula vitória de mineiros e mineradores”:

“os representantes sindicais, medindo interesse demonstrado pelos senhores mineradores, não escondem a sua excepcional satisfação em poder desfrutar, junto a eles, de um sadio clima de entendimento, propício ao conseguimento de dezenas de outras vantagens(...)”³⁵²

A imagem do novo sindicato, dessa forma, era forjada para tornar-se a antítese da entidade de Criciúma. Enquanto este pregaria a discórdia aquele promoveria o entendimento. Enquanto um era a porta de entrada do “comunismo ateu” no município, o outro era “ungido” pelas autoridades eclesiásticas. Se as conquistas de um eram duvidáveis pois havia o perigo da demissão, em Rio Maina, o “clima de entendimento” produziria vantagens.

No centro de Criciúma, Manoel Ribeiro e demais membros da diretoria deviam de estar preocupados. Se seus adversários obtivessem sucesso, perderiam metade dos filiados, dado o tamanho das empresas que ficavam no distrito do Rio Maina, e a força política do órgão de classe ficaria comprometida. Por experiência política, não podiam aceitar que um aumento de 20% surgisse do nada, espontaneamente. Foi então enviada correspondência a CEPCAN, veiculada no *Jornal de Criciúma*, denunciando o que entendiam ser uma “bandalheira”.

A decisão do Plano do Carvão aumentava o preço do produto, que passava de Cr\$ 2.001,00 a tonelada, para Cr\$ 2.712,80. O mesmo percentual, cerca de 20%, havia sido repassado aos salários, mas com distorções. A denúncia residia no fato de que até então “a maioria esmagadora dos trabalhadores (...)” recebiam um salário mínimo profissional, isto é

³⁵¹ Maíúscula vitória de mineiros e mineradores. **Tribuna Criciumense**. 01 de janeiro de 1962.

³⁵² Idem.

por categoria, calculado em Cr\$ 12.121,00. Em outubro de 1961, com o aumento do salário mínimo regional, esses operários passaram a receber cerca de Cr\$ 14.112,00, que corresponde a ao valor do mínimo regional adicionada a taxa de insalubridade de 40%.

Pois o aumento de 20% pago pelos mineradores incidiu não no salário mínimo real (Cr\$ 14.112,00), mas no salário mínimo profissional (Cr\$ 12.121,00), que praticamente deixara de existir. O sindicato acusava que a maior parte dos trabalhadores do subsolo recebera, na verdade, cerca de Cr\$ 430,00 de aumento. Além disso, continuava a carta da diretoria, tudo isso fora feito sem os acordos formais entre os sindicatos dos mineiros, Ministério do Trabalho e sindicatos patronais.³⁵³

Com o avançar do ano de 1962, Criciúma torna-se um desfile de profissões de fé anticomunistas. Desde a posse de João Goulart, no ano anterior a campanha contra o “credo vermelho” adquiriu um “ritmo intenso e ininterrupto.”³⁵⁴

Com a aproximação das eleições parlamentares de 1962, a situação piora e inclusive o PTB catarinense denuncia os comunistas. Buscando um acordo estadual com o PSD, os trabalhistas promovem intervenção no diretório municipal de Joaçaba, derrubando a candidatura de Paulo Stuart Wright a Assembléia Legislativa. Vânio Faraco, “apontado como filo-comunista”, apóia o afastamento de quem não se afinasse com “o grupo democrático e cristão dentro do partido”³⁵⁵

O prefeito Neri Gesuíno alerta que os “vermelhos estariam tramando” uma campanha para derrubá-lo: em local “secretíssimo” os “chefes locais do comunismo” deliberavam desacreditar o vice-governador Doutel de Andrade e o próprio prefeito por estarem lutando contra a “infiltração comunista” no PTB.³⁵⁶

Pelo resultado das eleições de 1962 podemos traçar uma divisão um tanto mais nítida dos nomes mais comprometidos com o PCB e com PTB. Com o expurgo promovido pela direção estadual petebista contra os comunistas, Paulo Stuart Wright concorre a vaga de deputado pelo Partido Social Progressista – PSP. O mesmo ocorre em Criciúma com Aldo Dittrich e outros membros do sindicato, como o tesoureiro do sindicato Raul de Souza e Raimundo Verdieri.

A votação dos três é irrisória se comparada a importância do cargo que ocupam. Dittrich, o advogado, consegue pouco mais de 160 votos para a câmara de vereadores. Verdieri alcança 46 votos e Raul de Souza, poucos 20 votos. Já o secretário do sindicato, Jorge

³⁵³ A bandalheira do aumento. **Jornal de Criciúma**, 18 de março de 1962.

³⁵⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 248.

³⁵⁵ PTB denuncia o comunismo. **Jornal de Criciúma**. 15 de julho de 1962.

³⁵⁶ **Jornal de Criciúma**. 22 de julho 1962.

Feliciano, foi candidato a prefeito pelo PTB em Içara, que se emancipara em 1961 e tinha sua primeira eleição. A campanha, conta sua esposa Dona Mariazinha, não foi levada a sério pelos adversários:

No começo eles (os adversários) nem estavam ligando de começar a campanha política. Eles chateavam o Jorge: “tiraram um pé-de-chinelo debaixo da mina pra sair candidato a prefeito.” (...) E foi indo e indo e dali um pouco a coisa apertou e eles se apuraram, porque a eleição estava toda pro Jorge. E aí foi um forrobodó tão grande, que botaram padre e freira e tudo a dizer que o Jorge era comunista. O Jorge perdeu a eleição por 73 votos.³⁵⁷

Enquanto Dona Mariazinha afirma que Feliciano nunca fora do PCB³⁵⁸, o jornalista Davi Coimbra, autor de uma mini-biografia do sindicalista, o aponta como um “ativista ilegal do PCB” que “atuava com a cobertura do PTB.”³⁵⁹ Talvez, apenas os comunistas mais notórios, como Dittrich e Verdieri, foram obrigados a deixar o partido trabalhista. Ou talvez Feliciano fosse mais um simpatizante, um “comunista casual”

3.3.1 “Carvãoobras”

Passadas as eleições legislativas, o sindicato de Criciúma estava novamente trabalhando de forma unida, brigando por novo aumento salarial. A inflação subira muitíssimo desde o último ano e fechava 1962 com uma taxa de 47%. Foi tirada uma comissão para negociar com os mineradores um aumento “para fazer face ao custo de vida.”³⁶⁰

Em 23 de janeiro de 1963, uma nova assembléia para decidir sobre o aumento. Jorge Feliciano descreve a sua conversa com os sindicatos da região dizendo que “o que os outros sindicatos deliberassem, eles acatariam”. O advogado Aldo Dittrich comentou que “mais uma vez nós é que vamos decidir o aumento para os outros sindicatos”. Antonio Parente, que não fazia mais parte da diretoria, mas presidia a assembléia disse que não deveriam ir mais ao Rio de Janeiro “conseguir aumento para os patrões”.³⁶¹

³⁵⁷ Entrevista de Maria Feliciano a Gustavo Perez Lemos em 20/04/2006.

³⁵⁸ “Ele não foi do PCB, diziam que era comunista. Ele era do PTB.” Entrevista de Maria Feliciano a Gustavo Perez Lemos em 20/04/2006.

³⁵⁹ COIMBRA, David. **Atravessando a escuridão: memórias de um comunista casual**. Criciúma: UNESC, 1996. p. 54.

³⁶⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia geral do dia 12/11/1962**, livro de atas nº 1.

³⁶¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia geral do dia 23/01/1963**, livro de atas nº 1.

A greve é deflagrada em 31 de janeiro de 1963, com apenas as minas de Criciúma aderindo. Isolados, não tiveram força para fazer valer a palavra de Parente e não ir a capital fluminense. O aumento foi alcançado, porém, com aumento dos preços do carvão. O acordo previa 40% de reajuste salarial, mas os mineradores alegavam que a cobertura do Plano do Carvão era insuficiente. Segundo Feliciano, os empresários, em reunião com os sindicatos da região, pediram que fosse feita “mais pressão junto ao plano.”³⁶²

Essa, entretanto, não era a vontade do sindicato de Criciúma, o próprio Jorge Feliciano, ao dar esse informe, defende que se deveria lutar “pela encampação das minas e daí acabar com esta encrenca sem fundamento.”

O sonho da “Carvãoobras” era antigo e cheio de significados. Inspirada, certamente, na Petrobras, a empresa seria a tábua da salvação, pela ótica dos trabalhadores, da crise da indústria carbonífera.

Obadias Barreiros, operário da Metropolitana, escreveu um longo texto no jornal do sindicato, defendendo a encampação. Para ele, já existiam exemplos de que seria um bom negócio para os mineiros:

Sempre fui da opinião que as empresas de mineração deveriam pertencer ao Governo Federal. Dia a dia esta minha opinião, vem sendo comprovada através de fatos que diariamente ocorrem nas empresas de mineração de carvão do Brasil.

Um exemplo concreto, temos do CADEM no Rio Grande do Sul. Quando a empresa passou a dar menos lucro e enfrentando dificuldades técnicas, “graciosamente” pleiteou a sua encampação. Hoje está sob a administração do Governo Federal. Este simples fato fez com que o Governo Federal tomasse medidas para o aumento do consumo do carvão produzido no Rio Grande do Sul, instalando usinas termoeletricas e siderurgicas. Dentro de pouco tempo, o desemprego que existia nas minas gauchas não existirá mais. Os mineiros gaúchos terão melhores casas, melhores salários e principalmente melhores condições de trabalho.³⁶³

O sonho que acontecia (ou aconteceria) no Rio Grande do Sul, contrastava com a superexploração e os grandes lucros da indústria catarinense. Os mineradores não tinham nenhum risco na sua atividade. Até mesmo sua competência técnica é questionada:

Vejamos as minas de Santa Catarina. Uma lástima. Empresas particulares desorganizadas. Minerando em péssimas condições. Auferindo lucros monstruosos a custa da miséria e da exploração dos trabalhadores. Não temem risco algum. O governo federal, todo o ano, aumenta o preço do carvão, garantindo a estas empresas lucros cada vez maiores. Não melhoram as condições de trabalho. Além do aumento do preço do carvão, “para fazer face o pagamento dos aumentos salariais”, recebem ainda um “aumento extra para fazer face o aumento do custo dos materiais”

³⁶² SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia geral do dia 08/03/1963*, livro de atas nº 1.

³⁶³ BARREIROS, Obadias. Encampação das empresas de mineração de carvão pelo governo federal. *O Orientador do Mineiro*, agosto de 1960

(...)

Se alguém pensa que estes mineradores tem capacidade técnica, financeira ou administrativa para resolver o problema do carvão nacional está 'redondamente' enganado. O objetivo dos mineradores é o lucro puro e simples. (...) [eles não tomam] medidas para uma exploração mais técnica do carvão. Vale tudo...

(...)

Por estas razões (apesar do 'choro' dos mineradores alegando que o governo não ajuda), o governo federal deve encampar as minas. Criar a CARVÃO BRAZ, nos moldes da Petrobrás. Aumentará a produção do carvão. Os operários trabalharão mais descansados. Terão boas casas. Ótimos salários. Condições de trabalho excelentes. Não haverá desemprego.

E finalmente, o problema do carvão será solucionado quando a sua exploração for feita sem objetivo de lucro imediato, mas sim com espírito patriótico, o que somente é possível através de uma empresa estatal.

Assim, as duas maiores armas ideológicas dos mineradores, a “ideologia da crise” e o “mito do carvão nacional”, utilizados para conseguir apoio estatal para suas empresas, eram desafiados pela utópica “Carvãoobras”. Essa “companhia” representava a profunda diferença que existiu na política sindical mineira até o golpe de 1964. Eivada de getulismo, trabalhismo e comunismo, nessa empresa todos os sonhos do operário seriam satisfeitos.

Considerações Finais

As lutas dos trabalhadores de Criciúma só podem ser compreendidas, levando-se em conta o contexto de uma ampla ideologia trabalhista difundida nacionalmente. Leis, direitos, e nacionalismo faziam parte do caldo de cultura comum desses operários. As lideranças sindicais deveriam articular esses elementos para se manterem representativas.

De meados da década de 1950 em diante, uma série de fatores, como o ressurgimento das paredes e de um grande questionamento sobre as condições de vida dos mineiros, possibilitou a ascensão de líderes sindicais com uma postura claramente de esquerda. Independência da classe operária frente aos patrões, luta por ampliação de direitos e utilização de greves foram suas principais marcas. As outras lideranças, “democráticas” ou “pelegas” advogavam num sentido de colaboração com seus empregadores, de apostar no mecanismo de aumento dos preços do carvão, e de negociações de gabinete.

Entretanto todos eram partícipes do trabalhismo de certa forma, seja por considerarem a CLT um instrumento de conquistas, ou por advogarem a memória de Getúlio Vargas, ou ainda a autoridade de João Goulart. Mesmo os comunistas comungavam desses ideais, e por diversas vezes, encontramos dificuldades em dizer quem eram os petebistas e quem eram os militantes do PCB. Em alguns casos, sabemos que havia uma dupla militância.

A imagem de um eterno radicalismo da esquerda sindical mineira, deveu-se muito mais a greve de 1960, do que a uma atitude de enfrentamento permanente. Não se fazia uma greve por ano; pelo menos não de amplitude geral. Para organizar um movimento desse porte, demandavam-se grandes esforços, alianças e muito cálculo político do prestígio do sindicato. Era um momento de incerteza e uma greve mal feita, desacredita seu uso para os próximos anos.

Por outro lado, a imagem de grevistas empedernidos podia ter seu lado útil na hora das negociações. A ameaça da greve foi sem dúvida agitada, mesmo sabendo-se que não tinham condições de mantê-la, como por exemplo, em 1961.

Com relação ao mecanismo de preços do carvão, foi possível observar que ele foi utilizado tanto por “pelegos” quanto “combativos”. Entretanto não se pode afirmar que os empresários “alimentassem” greves. Elas eram utilizadas por conta e risco dos mineiros, para entrar com força na mesa de negociações. Ameaças de intervenção, por parte do Ministério do Trabalho e de demissões de empregados estavam incluídas nos riscos. Por vezes o desafio foi aceito.

O mecanismo dos preços era uma faca de dois gumes, tanto para mineradores quanto para mineiros. Para os trabalhadores era muito difícil conseguir reajustes maiores que a taxa acordada pelo governo. Para os patrões, a definição dos preços e do mercado pelo estado expunha a sua própria condição de serem desnecessários na relação. O discurso da livre iniciativa e da exaltação do minerador encontrava muito mais resistência. Se quem trabalhava era o mineiro, e quem pagava era o governo, que faz o minerador?

Assim podemos compreender o desejo de serem encampadas as minas de carvão por parte dos trabalhadores, notadamente os comunistas e trabalhistas de esquerda. É também importante assinalar que esses sindicalistas estavam em contato com outras realidades, primeiramente por deslocarem-se constantemente ao Rio de Janeiro em negociações salariais, mas também em congressos sindicais. O exemplo de outras categorias, como portuários e ferroviários e suas relações com o estado, influenciaram os pensamentos de uma economia, não estatal, mas patriótica, e “sem o objetivo de lucro imediato.”

A confecção de alianças com políticos locais, por sua vez, forçava as lealdades das lideranças sindicais. O apoio desses políticos nas eleições chegou a crucificar um dos lados da relação, os comunistas. Por outro lado, a aliança no sindicato não se desfez, obtendo a esquerda sindical a hegemonia durante sete anos, somente sendo derrotada pela força das armas.

Fontes

Arquivos:

Arquivo Histórico Municipal de Criciúma:

Jornais: **Folha do Povo**, 1952.

Tribuna Criciumense, 1955 a 1964.

Jornal de Criciúma, 1961 a 1963.

Arquivo Morto do Sindicato dos Mineiros de Criciúma:

Livro de Atas, 1952-1964.

Periódico: **O Orientador do Mineiro**, Agosto de 1960.

Arquivo Morto do Sindicato dos Mineiros do Rio Maina:

Livro de Atas, 1961-164.

Arquivo Morto da 10ª Zona Eleitoral de Criciúma:

Atas das eleições, 1958 e 1962.

Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

DEPOIMENTO de Addo Vânio de Aquino Faraco ao comando militar acantonado em Criciúma. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Dossiê golpe militar de 1964 – período revolucionário. Caixa 08.

Arquivo do Centro de Documentação da Universidade do Extremo Sul Catarinense:

Entrevista de Néri Gesuino da Rosa. Cedida em: 21/03/2002

Entrevista de Raimundo Verdieri. Cedida em: 07.03.2002

Entrevista de Rosária Meis Sanches Costa. Cedida em 14/06/1998

Acervo do Laboratório de História Oral da UFSC

Entrevista de Alda Bortolotto Preis, residente em Florianópolis. Concedida a Silvia Reiner em 30 de novembro de 2000.

Fontes Orais:

Entrevista de Ciro Manoel Pacheco a Gustavo Perez Lemos em 01/06/2003.

Entrevista de Adílio Melo da Silveira a Gustavo Perez Lemos em 06/09/2004.

Entrevista de Adílio Melo da Silveira a Gustavo Perez Lemos em 01/07/2005.

Entrevista de Rubens Garcia da Silva a Gustavo Perez Lemos em 18/01/2006.

Entrevista de Auzenir Guimarães Carvalho a Gustavo Perez Lemos em 15/04/2006.

Entrevista de Maria Isabel Verdieri a Gustavo Perez Lemos 10/04/2006.

Entrevista de Zelindro Serafim a Gustavo Perez Lemos em 13/04/2006.

Entrevista de Elói Gomes a Gustavo Perez Lemos – 21/04/2006.

Entrevista de Maria Feliciano a Gustavo Perez Lemos em 20/05/2006.

Sítios Visitados

ALCANTARA, Christianne. **Paulo Guerra: frases e fases de uma trajetória política**. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/perfil/parlamentares/PauloGuerra/05.html>> - Acesso em 07/08/2007.

BUONICORE, Augusto César. **Sindicalismo Vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952**. In. Cadernos AEL, v. 7, n. 12/13, 2000. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-12/Artigo-1-p11.pdf> Acesso em 16/12/2006.

Delegados do ministério do trabalho em Santa Catarina. Disponível em: http://www.mte.gov.br/delegacias/sc/sc_delegados.asp. Acesso em 18/08/2005

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/biografias/Parsifal_Barroso.asp> Acesso em 20/12/2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século XX**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx>>. Acesso em 21/04/2006.

SANTOS, Mauricio Aurélio dos. **A Carbonífera Próspera S/A: da estatização à privatização**. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_45.pdf>. Acesso em 30/04/2007.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. **Eleições Catarinenses (1945-1998)**. Florianópolis, 2001. Disponível em: <www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2006/resenha_historica.pdf> Acesso em 31/07/2005.

VARGAS, Milton. **Técnica, Tecnologia e Ciência**. In. Revista Educação e Tecnologia. Programa de pos graduação em Tecnologia. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba, nov. 2003. Disponível em: <www.utfpr.edu.br/documentos/PPI1041207.pdf> - Acesso em 23/02/2007

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.
- ARNS, Otília. **CRICIUMA 1880-1980: a semente deu bons frutos**. Florianópolis: Casa Civil, 1985.
- BELLOLI, Mário et al. **História do Carvão de Santa Catarina**. Criciúma: IOESC, 2002.
- BOA NOVA Jr., Francisco de Paula. **Problemas médico-sociais da indústria carbonífera catarinense**. Rio de Janeiro: Departamento de Fomento da Produção Mineral, 1953.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz / Editora da USP, 1987. 2ª edição.
- BRASIL. **Legislação do carvão nacional**. Brasília: Conselho Nacional do Petróleo, Assessoria de Relações Públicas, 1977.
- CAMPOS, Sebastião Neto. **Uma biografia com um pouco de história do Carvão Catarinense**. Florianópolis: Insular, 2001.
- CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- COIMBRA, David. **Atravessando a escuridão: memórias de um comunista casual**. Criciúma: UNESC, 1996.
- COSTA, Hélio da. **Em busca da memória**. São Paulo: Scritta, 1995
- COSTA, Marli de Oliveira. **Artes de viver :: recriando e reinventando espaços - memórias das famílias da Vila Operária mineira Próspera - Criciúma (1945/1961)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. (Dissertação de Mestrado).
- DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e mineiros na grande Orleans**. Orleans: Ed. do Autor, 1986.
- FERNANDES, Maria Luiza. **Partidos e sindicato : um estudo de caso : o sindicato dos trabalhadores na indústria de extração de carvão de Criciúma**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. (Dissertação de Mestrado).
- FERREIRA, Jorge. **O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005.
- FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (org). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil vl. 2).
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 5ª edição.

FORTES, Alexandre [et. al.] **Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

FRENCH, John. **O ABC dos Operários: conflitos de classe em São Paulo, 1900-1950**. São Paulo – São Caetano do Sul: HUCITEC, 1995.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1960**: Santa Catarina. Série Regional. Volume 1- tomo XV, 1961.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 3ª Ed.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

_____. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 4ª Ed.

_____. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e Políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. **1961: que as armas não falem**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MARTINS, Celso. **Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27 / Fundação Franklin Cascaes, 1995.

MATTOS, Marcelo Badaró [et alii]. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca**. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MILANEZ, Pedro. **Fundamentos históricos de Criciúma**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1991.

MIRANDA, Antônio Luiz e SELAU, Maurício da Silva. **Bairro da Juventude: 50 anos de história: a filantropia na poeira do carvão**. Criciúma. Editora Unesc, 2003

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NIEBUHR, Marlus. **Memória e cotidiano operário têxtil na cidade de Brusque – SC: a greve de 1952**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. (Dissertação de Mestrado).

PEDRO, Joana Maria e FLORES, Maria Bernardete Ramos (coord.). **(Re)inventando a cidadania: a história do sindicato dos eletricitários de Florianópolis**. Florianópolis: SINERGIA, 1994.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, Manoel Alves. **Caminho**. Florianópolis: Garapuvu, 2001. 2ª ed.

SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil (1945-1990)**. São Paulo: Ática, 1994.

SILVA, Fernando Teixeira. **A Carga e a culpa**. Santos: HUCITEC, 1995.

SILVA Jr., José da. **Santos Guglielmi: a trajetória do empreendedor**. Criciúma: Empresas Guglielmi, 1998.

_____. **Histórias que a bola esqueceu – a trajetória do Esporte Clube Metrópol e de sua torcida**. Florianópolis: CMM Comunicação, 1996.

SOUZA, Rogério Luiz de e KLANOVICZ, Jô (orgs.). **História: Trabalho cultura e poder**. Florianópolis: ANPUH/SC; PROEXTENSÃO/UFSC, 2004.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Saga, 1969. P. 204.

TEIXEIRA, Jose Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I – A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1997, 3 vols.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1993.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. **Elaboração de trabalhos técnico-científicos**. São Leopoldo: Biblioteca da UNISINOS, 2007.

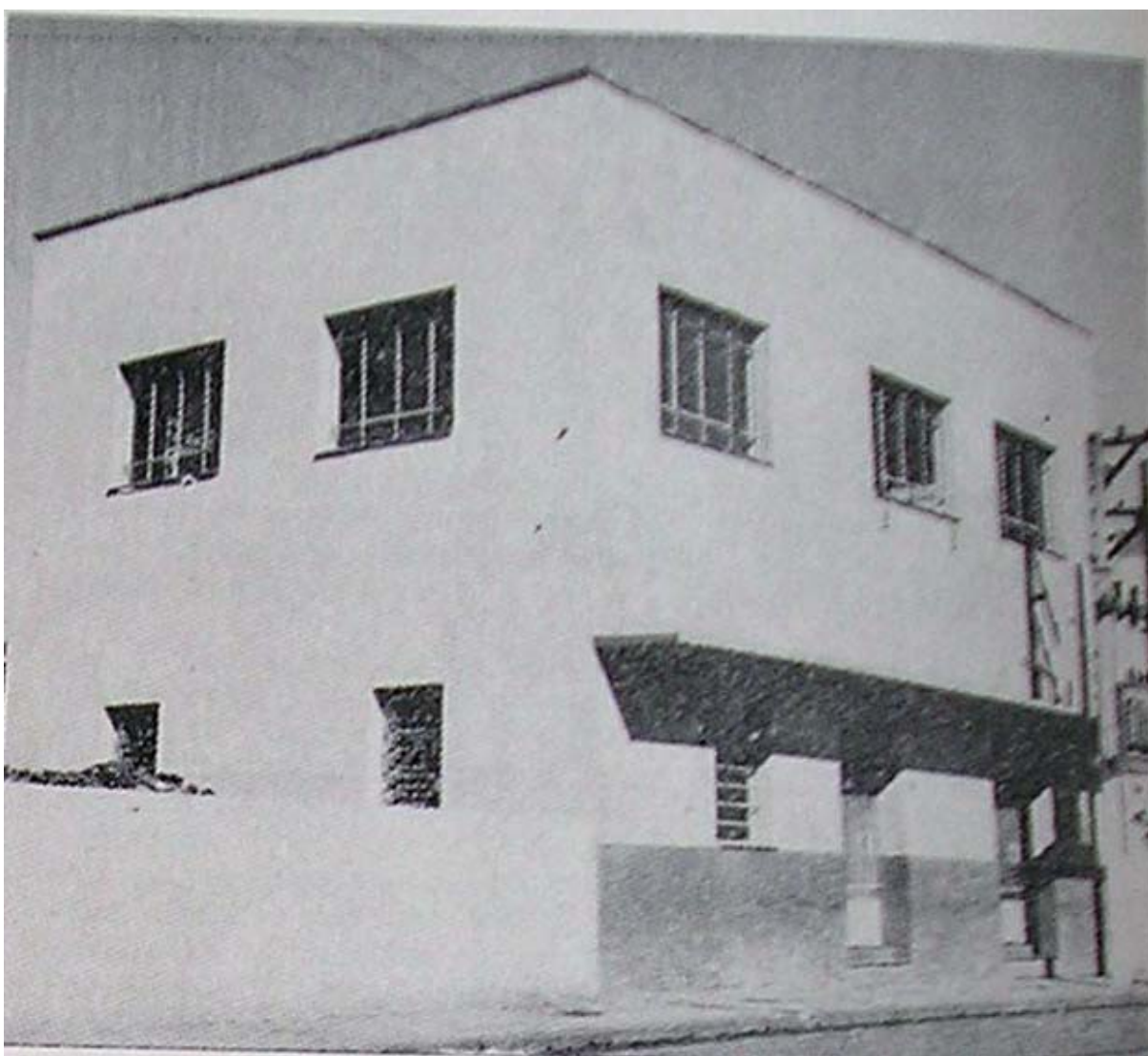
VOLPATO, Terezinha Gascho. **A pirita humana: os mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

_____. **Vidas Marcadas: trabalhadores do carvão**. Tubarão: Editora Unisul, 2001.

ZACHARIAS, Manif. **Minha Criciúma de ontem**. Criciúma: Edição do Autor, 1999.

Anexos

Fotografias:



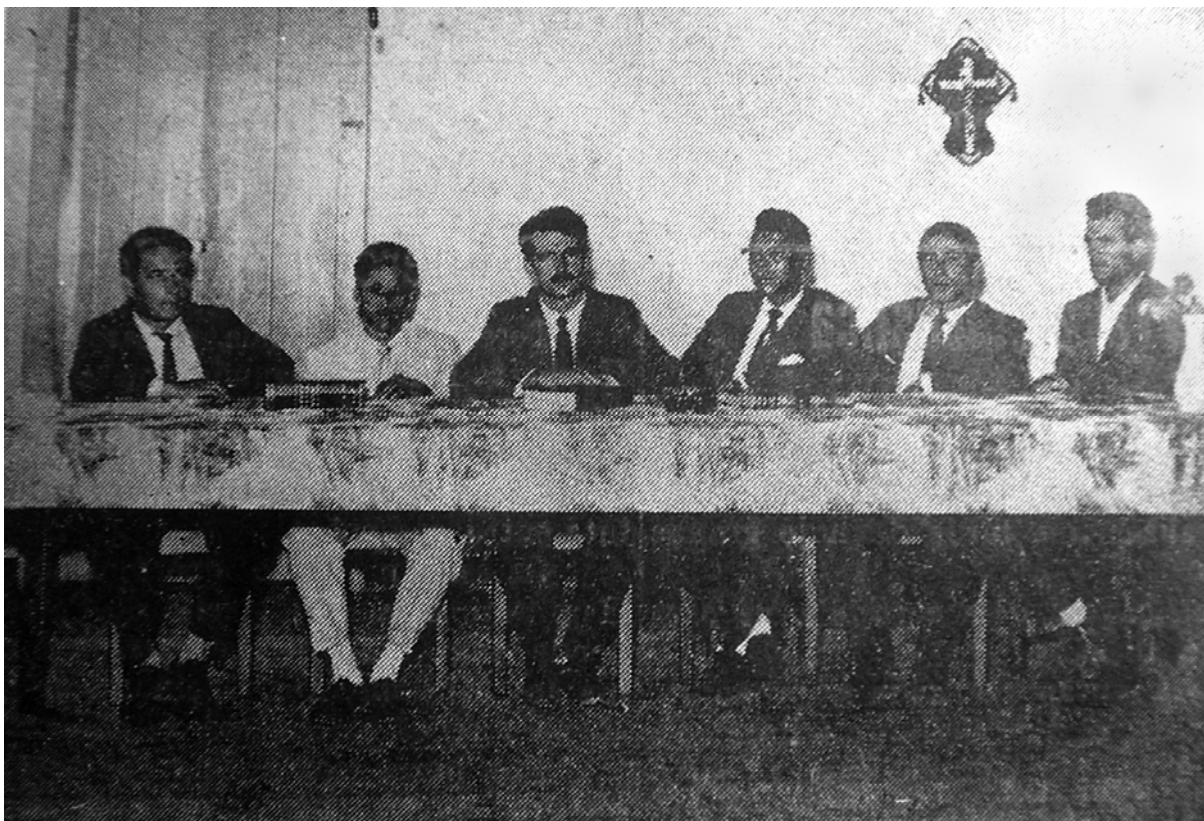
A então sede do sindicato dos mineiros de Criciúma. Foto de 1968.



Vila operária da CBCA, em 1955.



Em foto de 1955, para a Câmara Municipal, o sindicalista Auzenir Guimarães Carvalho.



Diretoria do sindicato dos mineiros em 1961. No centro, de bigode, Antonio Parente. À direita, Obadias Barreiros.



Comício "O Carvão é nosso" em 1959.



Passeata da greve de janeiro de 1960



Diretoria do sindicato dos mineiros de Criciúma em 1962. No centro, de preto Jorge Feliciano (secretário), Manoel Ribeiro (presidente) e Raul de Souza (tesoureiro).



Vista Aérea da Praça da Matriz em 1957.



Detalhe da passeata em apoio a golpe militar, quando da chegada do destacamento do exército. Na faixa é possível perceber a mensagem: Sindicalismo Sim, Comunismo Não



Liderando a passeata o comandante e o Prefeito Arlindo Junkes. Mais atrás, (o último homem de terno escuro) encontra-se o minerador Santos Guglielmi



Na porta da Igreja Matriz São José, o prefeito Arlindo Junkes, o comandante do batalhão e o Padre "Polaco", Estanislaw Cizeski.